

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**MARIA PEREIRA DA SILVA**

**A TRANSITIVIDADE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DE PERNAMBUCO**

RECIFE  
2014

MARIA PEREIRA DA SILVA

**A TRANSITIVIDADE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial no processo de obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Medianeira de Souza

Co-orientador: Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa

Recife

2014

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

S586t Silva, Maria Pereira da  
A transitividade nos Documentos Oficiais de Pernambuco / Maria  
Pereira da Silva. – Recife: O Autor, 2014.  
201 f.: il.

Orientador: Maria Medianeira de Souza.  
Coorientador: Marlos de Barros Pessoa.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.  
Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2014.  
Inclui referências e anexos.

1. Linguística. 2. Manuscritos. 3. Cartas. 4. Análise do discurso. 5.  
Comunicação escrita. I. Souza, Maria Medianeira de (Orientador). II.  
Pessoa, Marlos de Barros (Coorientador). III. Título.

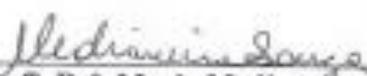
410 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2015-9)

**MARIA PEREIRA DA SILVA**

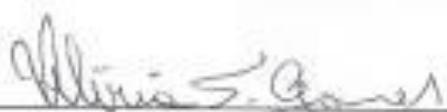
**A transitividade nos Documentos Oficiais de Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística, em 29/8/2014.

**DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:**

  
Prof. Dr. Maria Medianeira de Souza  
Orientadora - LETRAS - UFPE

  
Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza  
LETRAS - UFPE

  
Prof. Dr. Valéria Severina Gomes  
LETRAS - UFRPE

Recife - PE  
2014

## AGRADECIMENTOS

“Um amigo não empresta apenas a prancha. empresta o verbo, empresta o tempo.” (Martha Medeiros)

A **Deus**, primeiramente, pela conquista desse sonho;

Aos **meus pais** a quem tanto amo;

Às minhas irmãs e grandes amigas: **Taciana, Biana e Adriana**;

Aos meus cunhados: **Marlos, André e Silvino**;

Aos meus sobrinhos: **Andreza, José Neto, Brenda, Guilherme e Miguel**;

À Professora **Medianeira Souza**, orientadora, pelo respeito, admiração e amor ao que faz. Muito obrigada!

Ao Professor **Marlos Pessoa**, co-orientador, por ter me acolhido no início dessa pesquisa e pelos momentos de orientação. Muito obrigada!

A **Lídia Rafaela**, pelas valiosas discussões sobre Paleografia e orientação na transcrição dos documentos;

Aos funcionários do **APEJE** – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – em especial a **Hildo**, pelo profissionalismo e pela gentileza com que me acompanhou durante a coleta de dados;

Aos meus companheiros da Pós: **Ton, Sivaldo e Paulinha**, pela convivência, pelo respeito, pelo apoio, pela amizade, por serem meus amigos;

Às minhas grandes amigas, **Glauce, Maria Luiza, Fernanda Helena, Edinalva e Raquel** acompanharam o início desse projeto;

Aos meus colegas de trabalho, em especial, **Fernanda Calado, Rielza, Diacuí, Sílvia, Izabel, Vânia, Gisele, Telma e Micheline**;

A meu amigo, **Ricardo Torres**, por estar sempre na torcida e acreditando na concretização dessa pesquisa;

Aos meus amigos de longas datas: **Marcelo Bernardo, Jamesson, Cleidson, Emanuel**, que compartilharam os aprendizados pessoais e profissionais. Obrigada por tudo!

Aos meus amigos da Pós: **Renato, Michelle, Eduardo Vieira, Sônia, Leonardo Gueiros, Fernanda Maciel, Gabriela Modesto, Ricardo Barreto**, a todos que estiveram presentes nessa caminhada de dois anos;

A **todos** do PGLetras, **Evandra, Fabiele, Jozafas e Diva**, pela atenção nesses dois anos da minha formação acadêmica;

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar que papéis desempenham os Processos e os Participantes e como se organiza o Sistema de Transitividade nas cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX: (i) da Ordem Régia, responsável pela expedição de documentos emitidos pelo rei; (ii) do Ministério da Marinha, responsável pelas correspondências do governo português; e (iii) do Correio Geral, responsável pela fiscalização e controle das gestões econômica e financeira dos correios provinciais. No que tange ao Sistema de Transitividade, à luz da Linguística Sistêmico-Funcional, trata-se de um fenômeno sintático-semântico que tem como núcleo gerador não apenas o verbo, mas também toda sentença oracional. A justificativa pela Linguística Sistêmico-Funcional dá-se pelo fato de buscar compreender como as escolhas léxico-gramaticais eram feitas para representar experiências de mundo. Também foi delineado o contexto de produção em que se inserem as cartas oficiais, selecionadas no APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, correspondendo a 39 manuscritos, catalogados em um recorte temporal de 1752 a 1840. O aporte teórico é pautado nos seguintes autores: Halliday (2004), Furtado da Cunha e Souza (2011), Souza (2006), Ribeiro (2009), Lima-Lopes e Ventura (2008), Gouveia (2008), Fuzer e Cabral (2010), Cortez (2010) e Ghio e Fernandes (2008). Diante dos dados quantitativos obtidos, partiu-se para a descrição dos Processos e dos Participantes envolvidos, que são componentes do Sistema de Transitividade. Os resultados mostram a predominância dos Processos Materiais (41,79%), que representam ações materializadas no mundo concreto, seguidos dos Processos Relacionais (36,50 %), que estabelecem conexão entre entidades, dos Processos Verbais (18,51%), que expressam o *dizer* e, por último, dos Processos Mentais (0,31%), que realizam ações ligadas ao plano sentimental, cognitivo e perceptivo.

Palavras-chave: Linguística. Sistêmico-Funcional. Transitividade. Manuscrito.

## ABSTRACT

This dissertation intends to analyze the roles played by the processes and the Participants and how it organizes the system of transitivity in the official letters from the eighteenth and nineteenth centuries: (i) of the Royal Order of dispatch documents issued by the king; (ii) the Ministry of the Navy, responsible for the matches of the Portuguese government; and (iii) the General Post Office, responsible for the supervision and control of economic and financial efforts of the provincial post. Regarding the transitivity system in the light of Systemic Functional Linguistics, it is a syntactic-semantic phenomenon whose nucleus generator not only the verb, but also the entire clausal sentence. The justification for Systemic Functional Linguistics is given by the fact to search to understand how lexicogrammatical choices were made to represent the experiences of the world. It has also delineated the context of production in which they operate official letters, selected in APEJE - State Public Archives Jordão Emerenciano, corresponding to 39 manuscripts cataloged on a time frame from 1752 to 1840. The theoretical framework is delineated by the following authors: Halliday (2004) and Furtado da Cunha Souza (2011), Souza (2006), Ribeiro (2009), Lopes-Lima and Ventura (2008), Gouveia (2008), Fuzer and Cabral (2010), Cortez (2010) and Ghio and Fernandes (2008). Front of quantitative data obtained, decided to describe the Processes and Participants involved, materials (41.79%), that represent actions materialized in the concrete world, followed by Relational Processes (36.50%), that connect between entities, the Verbal Processes (18.51%), that express to tell and, finally, the Mental Processes (0.31%), that perform actions connected to the sentimental plane, cognitive and perceptual.

Key words: Systemic-Functional. Linguistics. Transitivity. Manuscript.

## LISTAS

### Quadros

Quadro1: Os Participantes, os Processos e as Circunstâncias -----	11
Quadro 2: Escala de Transitividade de Hopper e Thompson -----	53
Quadro 3: Processos, Significados e Participantes -----	56
Quadro 4: Processos Materiais distribuídos por cartas oficiais -----	69
Quadro 5: Processos Relacionais distribuídos por cartas oficiais -----	70
Quadro 6: Processos Verbais distribuídos por cartas oficiais -----	71

### Imagens

Imagem 1: Os quatro estratos do modelo LSF -----	45
Imagem 2: Estratos linguísticos e extralinguísticos -----	47
Imagem 3: Texto em Contexto -----	48
Imagem 4: Parâmetros do Contexto de Situação -----	48
Imagem 5: Padrões de experiências na oração -----	55
Imagem 6: Contexto de Cultura e Contexto de Situação -----	66

### Manuscritos

Manuscrito 1: século XVIII -----	21
Manuscrito 2: século XVIII -----	23
Manuscrito 3: século XIX -----	25
Manuscrito 4: século XVIII -----	30

### Tabelas

Tabela 1: Tipos de Processo e número de ocorrências -----	16
Tabela 2: Quantitativo das cartas oficiais -----	63
Tabela 3: Processos Materiais por número de ocorrências -----	68
Tabela 4: Processos Relacionais por número de ocorrências -----	70
Tabela 5: Processos Verbais por número de ocorrências -----	70

## **Lista de siglas**

OR – cartas oficiais da Ordem Régia

MM – cartas oficiais do Ministério da Marinha

CG – cartas oficiais do Correio Geral

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> -----	09
<b>2 CAPÍTULO I: DA CULTURA MANUSCRITA ÀS CARTAS OFICIAIS DOS SÉC. XVIII E XIX</b> -----	18
2.1 Importância da escrita-----	18
2.2 A escrita dos séc. XVIII e XIX no Brasil-----	20
2.3 A cultura dos manuscritos -----	28
2.4 Os Conselhos do Ultramar -----	31
2.5 Do contexto sócio-histórico -----	32
2.6 Do contexto de produção -----	34
2.7 Das características gerais dos textos -----	36
<b>3 CAPÍTULO II: ABORDAGEM SOBRE OS ESTUDOS FUNCIONALISTAS DA LINGUAGEM</b> -----	40
3.1 A Linguística Sistêmico-Funcional -----	42
3.2 A Transitividade: uma abordagem teórica -----	51
<b>4 CAPÍTULO III: A TRANSITIVIDADE VERBAL: OS PROCESSOS E OS PARTICIPANTES EM QUESTÃO</b> -----	62
4.1 A Composição do <i>Corpus</i> e Aspectos Metodológicos -----	63
4.2 A distribuição das ocorrências -----	67
4.3 Descrição dos Processos e dos Participantes encontrados nas cartas oficiais da Ordem Régia -----	72
4.4 Descrição dos Processos e dos Participantes encontrados nas cartas oficiais do Ministério da Marinha -----	83
4.5 Descrição dos Processos e dos Participantes encontrados nas cartas oficiais do Correio Geral -----	89
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	97
<b>REFERÊNCIAS</b> -----	100
<b>ANEXOS</b> -----	106

## 1. INTRODUÇÃO

É certo que a língua é o reflexo da sociedade. Dessa concepção, entende-se que, ao estudar uma língua na sua existência concreta, não se pode separá-la da sua história, do seu desenvolvimento estrutural e das mudanças sistemáticas e funcionais que são essenciais à sua constituição como instrumento de comunicação e de interação.

Assim, é importante compreender como a história social da língua desenvolveu-se, pois a variação e a mudança linguísticas são fundamentais ao seu dinamismo permanente de atualização, visando às necessidades comunicativas dos seus falantes, verificando assim a necessidade de pesquisar, analisar e descrever como as mudanças das formas linguísticas ocorrem pressionadas pelo uso.

Podemos destacar a preocupação de muitos historiadores no que se refere ao estudo da língua como uma instituição social e cultural, compreendendo que ela possui história. Para comprovar essa preocupação, destacam-se estudiosos como Varrão e humanistas da Renascença que se detinham em estudar a história da língua. Diante desse ponto de vista, compreende-se que a língua é um instrumento que se presta à interação social e que a descrição de seu funcionamento pode revelar muito a respeito da situação pragmática em que é utilizada. Desse modo, faz-se necessário investigar não só os fatores linguísticos, mas também os fatores sociais, pois a língua, por ser uma forma de interação, está sujeita a constantes transformações.

Diante do exposto, verifica-se a preocupação em estudar a língua em uso, comprovando que *ela é um fenômeno predominantemente social* (Cf. BURKE, 1995, p.11). Assim, levando em consideração todos esses aspectos, entende-se que as mudanças linguísticas estão fortemente relacionadas a condicionamentos sociais. Isso evidencia a necessidade de estudar uma língua na sua existência concreta, não a separando da sua história, do seu desenvolvimento estrutural e das transformações sistemáticas e funcionais. Em outras palavras, o estudo dessas transformações é essencial às necessidades dos falantes, estando a língua sempre a serviço do processo de interação do homem com seus interlocutores.

É válido destacar a concepção de língua estudada por Halliday (1973, *apud* RIBEIRO, 2009, p.19), pois é com base nesse autor que a análise do *corpus* será fundamentada. Para ele, “toda língua se organiza por meio de três aspectos

essenciais: o Ideacional (ou reflexivo), o Interpessoal (ou ativo) e, por último, o Textual”. A língua é socialmente orientada e vista como uma rede de opções inter-relacionadas, na qual cada sistema é representado por um conjunto de escolhas possíveis, visando à construção de significados. Essa rede de opções é classificada na Linguística Sistêmico-Funcional, doravante também de LSF, como Metafunções.

A Metafunção Ideacional expressa a informação enunciada na interação linguística, permitindo aos interlocutores dizerem o que está intrínseco e/ou extrínseco; a Interpessoal indica o papel social que a linguagem desempenha por meio do sistema de Modo e de Modalidade e a Textual que é responsável pela tessitura do texto e a operacionalidade da linguagem. Nessa perspectiva, é importante frisar que essas três Metafunções acontecem simultaneamente, podendo ser identificadas no momento da interação. Assim, a língua é estruturada por meio das Metafunções Ideacional, Interpessoal e Textual.

Desse modo, a presente dissertação visa estudar o Sistema de Transitividade nas cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX, amparada pelos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Para tanto, é importante destacar que a LSF é uma teoria linguística que se concentra no falante, agente social do discurso construído, a quem compete fazer um conjunto de escolhas hierarquizadas e paradigmáticas, visando produzir significados e manter relações linguísticas e sociais contextualizadas. Isso decorre do fato de que a língua ou qualquer outro sistema semiótico se interpreta com base em opções interconectadas, sendo a oração, um constituinte da língua e responsável por organizá-la.

A Transitividade é responsável pela organização do conteúdo que se deseja expressar em uma interação verbal, coordenando a escolha dos Processos e de seus respectivos Participantes. Trata-se de um fenômeno sintático-semântico, de abrangência frasal, que não se esgota apenas no nível do verbo, o núcleo gerador de toda a estrutura argumental da sentença transitiva. Assim, é no Sistema de Transitividade que o *mundo das experiências gerenciáveis* é construído. E essa construção só é possível por meio dos *Processos* (Cf. HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Dessa maneira, a função da oração é determinada pelo uso a que se sujeita a linguagem. Essa unidade gramatical mais significativa é o ponto de partida para investigar nas cartas oficiais como as autoridades usam a linguagem e como ela está estruturada para ordenar, solicitar, remeter, mandar, pedir, encaminhar, dentre

outras, em um dado contexto. É no Sistema de Transitividade que o usuário da língua constrói um mundo de representações, tendo como base três elementos fundamentais: (i) o Processo, que é o elemento central, representado pelo grupo verbal; (ii) os Participantes, representados por grupos nominais, os quais podem realizar a ação, ou serem, de alguma maneira, afetados por ela, ou seja, *quem faz o quê*; e, por último, as Circunstâncias, representadas por grupos adverbiais, tendo como função adicionar informações ao Processo, conforme se evidencia no exemplo: “*Vossa Excelencia me determina na portaria de 10 de janeiro do corrente (CG 175)*” que ilustra também os outros dois componentes do processo. É válido ressaltar que a análise das Circunstâncias não constitui um objeto de estudo desta dissertação. Todavia, aparecem, às vezes, sob considerações mais detalhadas quando isso é necessário ao melhor desenvolvimento dos pontos que mais interessam a esta pesquisa, conforme o quadro 1.

#### Quadro 1 – Os Participantes, os Processos e as Circunstâncias

Vossa Excelência	Me	determina	na portaria de 10 de janeiro do corrente
Participante 01 (realiza a ação)	Participante 02 Material	Processo (afetado pela ação)	Circunstância (onde e quando o fato pode acontecer)

Percebe-se, no quadro1, que “*Vossa Excelencia*” (Participante 01) realiza a ação de “*determinar*” (Processo), recaindo sobre “*me*” (Participante 02), sendo essa ação identificada nas expressões, as quais indicam o local e o tempo, “*na portaria*” e “*10 de janeiro do corrente*” (Circunstâncias). Os Processos, os Participantes e as Circunstâncias são elementos que expressam nossa experiência por meio da linguagem. Em relação aos Processos, pode-se destacar a existência de vários tipos, dentre os quais três são principais: Materiais, Mentais e Relacionais; e três, os secundários: Comportamentais, Verbais e Existenciais.

Assim, a teoria sistêmica estuda as opções de escolhas, isto é, um conjunto de possibilidades que se realizam em um entorno particular. Desse modo, entende-se que o poder da linguagem reside fundamentalmente em uma enorme rede de opções inter-relacionadas entre si, permitindo assim definir como uma rede de

sistemas se organiza. Percebe-se que não é fácil explicar como a linguagem está organizada e como ela se relaciona com a função que cumpre na vida humana. Diante disso, duas perspectivas são essenciais para entender como ela se relaciona: a primeira, a linguagem como um sistema; a segunda, a linguagem como texto. É preciso enfatizar que não se trata de fenômenos independentes, mas fenômenos com dois pontos de vista, relacionando entre si o sistema e o texto por meio do sistema de “instanciação”, ou seja, o sistema e o texto vistos como dois polos de uma escala de instanciação.

A escolha pela Linguística Sistêmico-Funcional para análise desse *corpus* pauta-se no fato de que ela representa um modelo de análise usado para explorar o texto e de que modo a estrutura linguística se configura, permitindo relacionar o domínio léxico-gramatical e o contexto de produção. Desse modo, entende-se que o ser humano representa experiências do mundo, seja exterior, seja interior, por meio de textos, os quais são materializados no nível léxico-gramatical, considerados como um potencial de significados. Trata-se então de uma unidade semântica, uma instância de significado social em um contexto de situação.

Compreender que papéis desempenham os Processos e os seus Participantes nas cartas oficiais: (i) da Ordem Régia, que tinham como finalidade expedir os documentos assinados pelo rei; (ii) do Ministério da Marinha, responsável pelas correspondências do governo português; e (iii) do Correio Geral, responsável pela fiscalização e controle das gestões econômica e financeira dos correios provinciais e como se organiza o Sistema de Transitividade nesses textos, é o foco desta pesquisa.

No que diz respeito à caracterização dos textos selecionados, é válido salientar que se trata de fenômenos históricos, vinculados à vida cultural e social, pois os gêneros textuais respondem às necessidades comunicativas dos seus usuários, impostas pelas demandas sociais de uma sociedade. Trata-se então de “entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa” (Cf. MARCUSCHI, 2005).

Partindo de uma breve abordagem histórica acerca dos gêneros textuais, observa-se que, em uma primeira fase, havia um número restrito deles, pois predominava a cultura do oral; na segunda fase, depois do surgimento da escrita, aproximadamente século VII A.C., os textos multiplicaram-se. No século XV, em uma terceira fase, observa-se a expansão dos gêneros textuais devido ao aparecimento

da cultura impressa. Já, na fase da industrialização, no início do século XVIII, surge a explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade quanto na escrita (Cf. MARCUSCHI, 2005). Tudo isso evidencia que essas novas formas de comunicação verbal contribuíram para o surgimento de novos textos circulando na sociedade.

É importante frisar que os gêneros textuais estão ancorados em outros gêneros já existentes. Destaca-se, então, a carta que, entre os séculos XVIII e XIX, era considerada como gênero básico, possibilitando, assim, por meio dessa, o surgimento de novos gêneros como, por exemplo, as cartas oficiais, configurando então que um gênero não é uma forma fixa e cristalizada definitivamente.

Diante do que foi exposto, é válido destacar a existência importante de duas abordagens históricas sobre o gênero carta: a primeira diz respeito à origem que, no início do século XVIII, era usado como carta comercial, tornando-se, na metade daquele século, documento privado (Cf. MARCUSCHI, 2004). Já a segunda, refere-se ao termo *carta*, documento que ganhou difusão na Idade Média, entendido como mensagem, seja manuscrita ou impressa, dirigido a uma pessoa ou a uma organização, tendo como objetivo comunicar-lhe algo (Cf. PESSOA, 2002).

A partir dessas várias mudanças que o gênero carta foi sofrendo no decorrer dos séculos e também, dependendo do propósito comunicativo, destacam-se vários tipos. São eles: a carta aberta, dirigida publicamente a alguém por meio dos órgãos da imprensa; a carta de adjudicação, documento judicial que garante a transferência de bens; a carta de partilha, expedida aos herdeiros por causa de herança; a carta régia, documento em que um monarca dirige-se diretamente a uma autoridade, sem passar pela chancelaria (Ministério), entre outras atribuições (Cf. SILVA, 2006). Obviamente, esses vários tipos de cartas passaram, então, a ter tratamentos diferenciados. De acordo com Pessoa (2002), a carta é um gênero textual que exerceu grande influência na *história das línguas*, porque esse texto era usado por letrados e estadistas, desde a Antiguidade, tendo como objetivo de mantê-los informados.

Bazerman (2005) afirma que o gênero carta é **um dos mais importantes** para a história da língua e também contribuiu para o surgimento dos documentos públicos. Entretanto, é importante enfatizar a existência de dois tipos básicos de carta: a *correspondência oficial e/ou comercial* e a *carta pessoal*. Esta diz respeito a uma comunicação mais próxima entre dois indivíduos, **revelando o uso de uma**

**Língua mais natural.** Aquela se refere ao uso mais formal, mais elaborado, visto que a relação entre remetente e destinatário não apresenta intimidade. Para Stowers (*apud* BAZERMAN, 2005), as cartas evoluíram de usos formais e oficiais para incluir expressões de preocupação pessoal, e, posteriormente, mensagens particulares. Assim, deve-se ressaltar que os gêneros textuais se transformam de acordo com as mudanças pelas quais passam a sociedade, visando atender às necessidades dos grupos sociais de acordo com os propósitos comunicativos.

De acordo com as especificidades pragmáticas e os propósitos comunicativos das cartas oficiais, encontram-se, neste *corpus*, vários tipos: carta de lei, carta régia e carta dos secretários. Essas mudanças na forma são decorrentes de fatores, tais como: quem era autoridade que expedia o documento, de quem fazia cumprir, a quem competia executar, entre outros.

Desse modo, o que levou a investigar o Sistema de Transitividade, da Metafunção Ideacional da linguagem (Cf. HALLIDAY, 1985; 2004) nas cartas oficiais, foi o fato de que este sistema organiza o conteúdo informacional nos gêneros textuais, visando à construção de sentido do texto. O propósito é compreender como são veiculadas as experiências para construir o sentido pretendido, evidenciando que a Transitividade está relacionada não só ao conjunto de escolhas individuais e conscientes dos falantes, mas também as sociais ou contextualmente motivadas.

O objetivo geral desta dissertação é investigar de que modo é articulado e codificado linguisticamente o Sistema de Transitividade da LSF nas cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX, por meio dos Processos e dos Participantes com maior número de ocorrências.

Será empreendida uma análise da língua escrita em funcionamento, em um recorte temporal de 1752 a 1840. Sendo assim, o texto é considerado o ponto de partida para fazer esse estudo, visando compreender de que modo ele estabelece sistematicamente os propósitos sociais para utilizar eficazmente os sistemas de escolhas disponíveis aos usuários da língua para produzir significado em contextos específicos de uso, como os selecionados para esta investigação

Para se atingir a nossa meta principal, o caminho a ser percorrido fundamenta-se nos seguintes objetivos específicos: (i) descrever o papel do Sistema de Transitividade nas cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX; (ii) identificar qual (ais) Processo (s) predomina(m); (iii) construir um perfil dos Participantes envolvidos nos discursos por se tratar de autoridades diversas e (iiii) compreender como o Sistema

de Transitividade, em especial o papel dos Participantes e dos Processos, contribui para atender às várias finalidades a que se presta o gênero cartas oficiais, tais como solicitar, encaminhar, convocar, visando à construção de significados.

Essa busca incessante para entender como o Sistema de Transitividade se organiza nos documentos oficiais decorre de alguns questionamentos os quais nortearão essa pesquisa: que funções desempenham os tipos de Processos e os seus Participantes nos documentos analisados? Que revela o Sistema de Transitividade nesses documentos? Que relações estabelecem os Processos Relacionais, denominados de verbos de ligação, entre as entidades?

Os fundamentos teóricos, os quais nortearão esta pesquisa, são pautados na Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (2004) e seus desdobramentos em Furtado da Cunha e Souza (2011), Souza (2006), Gouveia (2009), Ghio e Fernández (2008), entre outros. O *corpus* é constituído de 39 cartas oficiais, correspondendo ao período de 1752 a 1840; sendo 18 enviadas pelas autoridades régias; 10 pelo Ministério da Marinha e 11 pelos Correios Gerais. Esse conjunto de texto é fruto de pesquisa realizada no APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Recife. Para estudar esses documentos foram feitas as transcrições, preservando a forma estrutural dos textos, de acordo com as noções de Paleografia de Acioli (2003).

O interesse em analisar o Sistema de Transitividade, proposto por Halliday (2004), em textos dos séculos XVIII e XIX, é justificável pela carência de estudos dessa linha de pesquisa, por isso, como ponto de partida, escolheu-se um *corpus* que permitiu identificar os Processos e os Participantes, conseqüentemente, as orações. O critério adotado, para compor o conjunto de orações a ser analisado, foi o número de ocorrências dos Processos nos textos, a partir de seis ocorrências. Feita a seleção, restou um grupo de 189 orações, classificado conforme o tipo de Processo previsto pela LSF. Essas orações são formadas pelos Processos Materiais, Relacionais, Verbais e Mentais.

O número de ocorrências por Processos ficou distribuído da seguinte maneira, conforme ilustra a tabela 1.

**Tabela 1 – Tipos de Processo e número de ocorrências**

<b>TIPOS DE PROCESSO</b>	<b>NÚMERO DE OCORRÊNCIAS</b>
MATERIAIS	79
MENTAIS	06
RELACIONAIS	69
VERBAIS	35
TOTAL GERAL	189

Confirmados os Processos selecionados, o passo seguinte é a análise das orações, a qual visa investigar como funcionam os tipos de Processos e os Participantes, propostos pelos estudos hallidayanos. É válido destacar que, de acordo com o critério de ocorrência adotado na análise, os Processos Comportamentais e Existenciais não foram identificados. Salienta-se que a classificação da Transitividade é de base funcionalista.

Esta pesquisa se divide em cinco partes: a primeira intitulada de *Introdução* apresenta tópicos importantes como a fundamentação teórica, a justificativa, os objetivos, o *corpus* e a análise dos dados.

O Capítulo I é dedicado à contextualização do *corpus*, fazendo uma breve abordagem sobre a importância da escrita e da predominância dela no Brasil nos séculos XVIII e XIX, das flutuações ortográficas presentes nos documentos analisados, da cultura dos manuscritos, dos Conselhos Ultramarinos, do contexto sócio-histórico em que foram produzidas as cartas oficiais até chegar às características gerais dos textos.

O Capítulo II, intitulado os percursos teóricos da Transitividade, traça uma abordagem sobre a Transitividade, segundo os pressupostos funcionalistas. Serão apresentadas, de forma sucinta, as concepções propostas por Hopper; Thompson (1980), Givón (1984) e Halliday (2004). Quanto a isso, os postulados hallidayanos servirão de pilar fundamental para a análise do *corpus*.

O Capítulo III apresenta a análise dos dados, como a constituição do *corpus*, o número de ocorrências, a seleção das orações, dos Processos e dos Participantes encontrados, conforme as diretrizes da Linguística Sistêmico-Funcional.

A parte final desta dissertação é constituída pela análise do Sistema de Transitividade de Halliday (2004), apresentando, nas Considerações Finais, os

resultados e as conclusões alcançadas com base no aporte teórico escolhido para fundamentar este trabalho.

Desse modo, espera-se fazer com que: (i) os usuários da língua portuguesa compreendam o papel da Transitividade nos textos analisados; (ii) propiciar, por meio do Sistema de Transitividade, um novo olhar na maneira de estudar a oração em seu entorno particular e (iii) ensejar novos estudos que conciliem gêneros textuais e Sistema da Transitividade, com base na Linguística Sistêmico-Funcional, contribuindo com novas análises.

Para esse fim, tomou-se por bem selecionar um *corpus* ligado à administração pública de Pernambuco dos séculos XVIII e XIX. Nele foi possível perceber que o emprego de uma linguagem sobejamente formal estava vinculado às relações hierárquicas instituídas entre aqueles que solicitavam algo e aqueles a quem eram feitas as solicitações. É notório, pois, que a interação pela linguagem reflete nesses textos as rígidas relações sociais que se davam em certas condições do período escolhido para a recolha do *corpus*.

## CAPÍTULO I

### 2 DA CULTURA MANUSCRITA ÀS CARTAS OFICIAIS DOS SÉCULOS XVIII E XIX

*“A escrita criou um texto ‘fixo’, original e objetivo.”*

(OLSON, 1997)

Este capítulo objetiva contextualizar o *corpus* escolhido para objeto de análise desta dissertação. A parte inicial traz uma reflexão sobre a importância da escrita e as diversas mudanças sofridas por ela, como o manuscrito, o impresso, entre outros. No entanto, não se pode esquecer a importância da escrita e as várias contribuições que ela trouxe para o homem e para a sociedade.

Para isso, faz-se necessário compreendê-la no sentido mais amplo, ou seja, pensar nela como modo de organização social em que a produção e a circulação do conhecimento, dos costumes e dos valores se fazem por meio de e em sua função, considerando-a como um processo cultural, um modo de organização dos discursos e do conhecimento, surgindo, não para representar a fala, mas comunicar informações (Cf. PESSOA, 2010). Também o capítulo aborda como era a escrita nos séculos XVIII e XIX no Brasil, a importância da cultura do manuscrito e a contextualização sócio-histórica e de produção das cartas oficiais analisadas.

#### 2.1 Importância da escrita

O advento da escrita como processo histórico possibilitou ao homem materializar o pensamento em textos, permitindo-lhe armazenar e propagar informações ao longo do tempo, tornando-a memória mais fidedigna de um povo ou de uma comunidade. É válido salientar que a história da escrita é longa e complexa.

Assim, viajar por esse percurso longo e complexo é adentrar pelas várias mudanças que a escrita sofreu, desde a invenção da fonética pelos fenícios até o aperfeiçoamento com os gregos. Essas mudanças de símbolos, da escrita ideográfica à cuneiforme, da cuneiforme à alfabética, de formas e de significados representam o armazenamento e a propagação de diferentes tipos de escrita que surgiram ao longo da história da humanidade, para que os usuários pudessem fixar

o que pensavam, o que sentiam ou sabiam expressar, entrelaçando não só a história da escrita, mas também a história do próprio homem, representando então a necessidade de *comunicar* e *expressar* o pensamento humano ( Cf.HIGOUNET, 2003).

Quanto ao papel que a escrita exerce nas sociedades, Olson e Torrance (1997, p.7) compartilham a ideia de que ela:

não produz uma nova maneira de pensar, mas a posse de um registro escrito pode permitir que se faça algo antes impossível como reavaliar, estudar, reinterpretar, assim por diante.

Nesse contexto, atribui-se o desenvolvimento da escrita às necessidades humanas de se comunicar, expressar o pensamento e descobrir o desconhecido. Acredita-se que o surgimento da cultura escrita como processo histórico tenha provocado modificações radicais nas atividades humanas e nas formas culturais, conforme pontua Olson (1997, p.268):

A escrita, historicamente, transformou a mente e a sociedade e, mais particularmente, a ideia de que a aquisição da cultura escrita foi o principal fator no desenvolvimento intelectual, linguístico e social.

A escrita, assim como a oralidade, é um meio para se chegar a vários fins, não um fim em si mesmo. Olson (1997) considera quatro fatores essenciais como marca de uma tradição cultural, na ciência, na filosofia e na literatura, relacionando a cultura escrita ocidental às formas de pensamento.

O primeiro é a escrita como suporte para fixar e armazenar o pensamento, isentando a pessoa de guardar tudo na memória; o segundo fator é que o uso de textos acarreta a existência de instituições que se especializam e se diferem entre si; o terceiro é a existência de instituições específicas, visando inserir os aprendizes em outras instituições, dando ênfase à aprendizagem leiga da escrita, como fator primordial de valores os quais são vivenciados nas escolas. Como último fator, há o da função metalinguística da escrita como a capacidade de ser pensada, de ser estudada em si mesma. Para Olson (1997, p. 269),

Os textos têm a função de armazenar e arquivar. Podem-se adicionar informações novas e substituírem-se as antigas. A escrita tem uma vantagem enorme por permitir armazenar textos, superando em muito a capacidade de armazenamento individual de qualquer conhecedor.

Diante dessas transformações, percebe-se que a escrita surgiu como uma necessidade de criar uma alternativa rápida e eficiente de reprodução e de divulgação dos escritos para a geração futura. É válido salientar que o *corpus* pertence aos séculos XVIII e XIX, nos quais o poder da escrita já estava se delineando na sociedade. No espaço da burocracia administrativa, a escrita assume o papel de agente ordenador de certas atividades, tornando explícito o que estava implícito (Cf. PESSOA, 2013).

## **2.2. A escrita dos séculos XVIII e XIX no Brasil**

Segundo Pessoa (2013, p.28), duas etapas marcaram o desenvolvimento da escrita no Brasil: uma antes da imprensa e outra depois da imprensa, equivalendo aos séculos XVIII e XIX, porque a imprensa só chegou ao Brasil em 1808. Desse modo, três fases marcaram a difusão da língua escrita no Brasil: a primeira é que uma grande parcela de indivíduos não tinha contato com a língua escrita, restando apenas uma pequena elite de emigrados e seus filhos educados pelos tios-padres; na segunda, a escrita se propaga de acordo com as necessidades econômicas e, por último, a chegada da imprensa é fundamental para a difusão das técnicas da escrita e da ampliação do número de leitores.

De acordo com Acioli (2003, p. 226), a escrita predominante nos documentos dos séculos XVIII e XIX apresenta forte influência da *processada* ou *processual*, caracterizada por apresentar uma rapidez de traçado, tornando-se a preferida dos escrivães brasileiros. Nessa escrita, predomina a separação irregular das palavras, a ligação das letras, a variedade de abreviaturas e a confusão no traçado das letras, dificultando então a leitura, talvez por se tratar de texto produzido na hora originalmente. Também é importante destacar que a escrita servia nesses textos burocráticos para documentar e não explicitar o que estava sendo determinado, ordenado, solicitado, entre outros, pois o assunto tratado já era de conhecimento da autoridade.

O que chama a atenção no *corpus* é que a escrita apresenta caracteres ligeiros, grandes, ultrapassando em cima e embaixo das duas linhas horizontais. Esse tipo de escrita é denominada de chancelaria e era muito usada no meio administrativo, conforme o manuscrito 1.



Manuscrito 1: séc. XVIII

Sua Magestade foy servido ordenar ao Ouvidor dessa / Capitania tomasse contas do Provedor que os Officiaes da Mesa de Santo/ Antonio Megerão para cobrar as esmollas que os moradores da mesma Capitania/ offerecem ao mesmo santo, como também do que tivesse recebido dos mos/steyros : E he o mesmo Senhor servido, que necessitando elle para esta deligencia/do auxillio de Vossa Senhoria lhe dê todo o de que necessitar, e porque os officiaes dita/Meza representarão ao mesmo Senhor que nessa Capitania senão guardavão/inteiramente os privilegios, que lhe tinha concedido, se hão de remetter a Vossa Senhoria [danificado]/ me ordena recomende a Vossa Senhoria muy particularmente os faça observar não con/ sentindo que as esmolos que se tirarem se apliquem a outra igreja que não/ seja a do ditto santo nesta corte, como se expressa nos mesmos papeis/ Deuz guarde a Vossa Senhoria. Lisboa a 7 de abril de 1752. (OR5)

Em relação aos tipos de manuscritos produzidos no Brasil, Acioli (2003, p. 57) faz uma distinção entre os documentos *originários do Brasil* e os *documentos manuscritos de importância histórica produzidos no Brasil, após o Período Colonial*.

Nos primeiros, encontram-se cartas e requerimentos; já os outros tipos de documentos compreendem os registros das Câmaras Municipais, das igrejas e dos cartórios. Essa discussão sobre os tipos de textos produzidos no Brasil possibilita entender quais critérios eram estabelecidos para escrever, pois, de acordo com as instituições que produziam esses textos, como o Poder Judiciário, a Igreja e o Poder Legislativo atendiam a finalidades diferentes.

Além dessas observações acerca desses documentos, pode-se identificar também um outro critério dentro de uma visão mais linguística que é a diferença entre texto e tradição discursiva. O texto refere-se à espécie, o qual estabelece uma relação de tradição com outros textos, conforme os propósitos comunicativos, ou pela repetição de determinado conteúdo ou pela repetição de certos traços formais. Em outras palavras, só enunciamos por meio de texto, cujo sentido está presente não só nas palavras e nas construções, mas também nas relações sociais estabelecidas. Em suma, a repetição é um critério definidor da historicidade e tradicionalidade dos textos, visando à reiteração no tempo de um elemento de forma ou de conteúdo guardado na memória (Cf. LONGHIN, 2014).

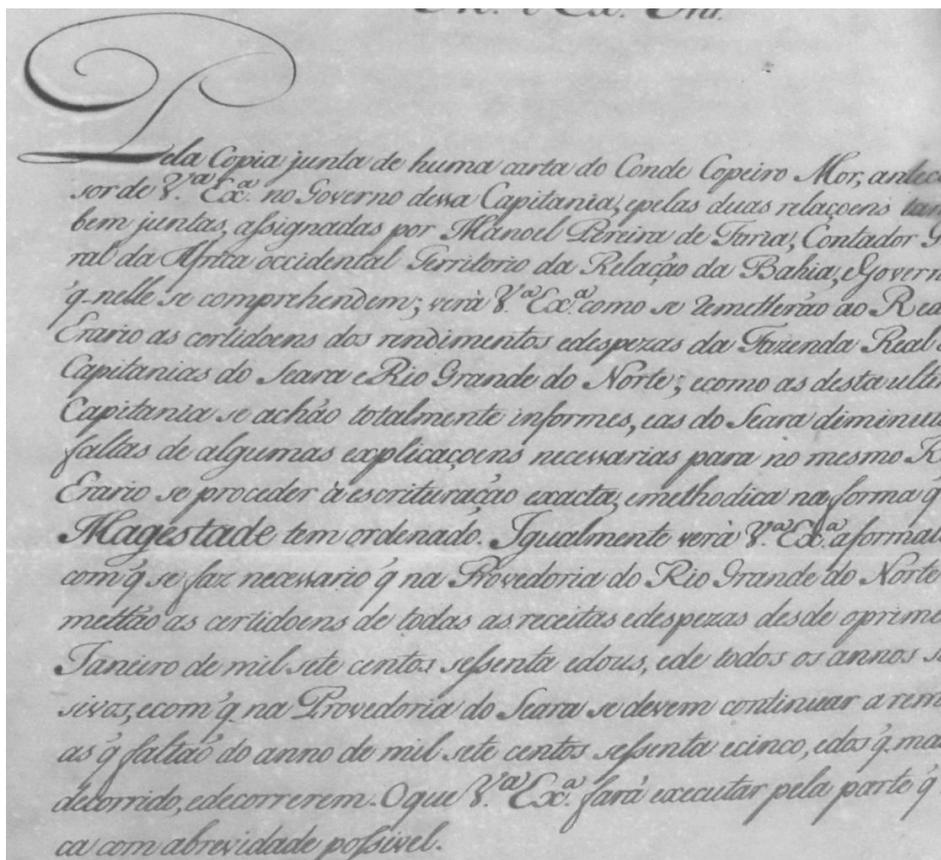
A tradição discursiva designa um conjunto histórico de técnicas, aproximando tanto do ponto de vista formal, quanto semântico. Trata-se de um fenômeno historicamente instável e, portanto, modificável. Essa instabilidade é decorrente das transformações socioculturais, econômicas, políticas, tecnológicas, as quais interferem nos novos “modos de dizer” (Cf. LONGHIN, 2014). Isso evidencia que as mudanças ocorrem na maneira de como se diz e de como se faz. Assim, a historicidade dos textos diz respeito aos textos armazenados na memória da comunidade, na forma de modelos que são colocados em cena novamente, repetindo, às vezes, uma finalidade de dizer; em outras vezes, aspectos de forma e/ou conteúdo, determinando o que dizer e como dizer (Cf. LONGHIN, 2014).

Com o advento do jornal, percebe-se o surgimento de novas tradições, de novos gêneros, como o editorial político, o relatório policial, o anúncio e outros. Dessa maneira, considerando os séculos XVIII e XIX, compreende-se que a função do gênero carta, como gênero básico, contribuiu para o desenvolvimento de novas tradições ( Cf. PESSOA, 2002).

É nesse contexto que se chega a um aspecto interessante sobre os textos. Trata-se das características tanto no aspecto textual, quanto no aspecto de produção. Para isso, é preciso analisar o texto do ponto de vista de sua organização

tanto estrutural quanto semântica, descrevendo peculiaridades importantes, como referência, sequenciação, argumentação e construção de sentido.

Nos textos do século XVIII, quase não há subdivisão em parágrafos. Os períodos são muito longos, acompanhados de intercalações e inversões. Essas marcas textuais da tradição manuscrita são características da prosa burocrática ou institucional (Cf. PESSOA, 2002). A ausência de paragrafação interfere muito na construção de sentido do texto, corroborando a crença de que se trata de textos escritos que, principalmente os do século XVIII, não tinham a preocupação de explicitar o conteúdo. Podemos perceber esses fatores no documento que segue .



Manuscrito 2: séc. XVIII

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/  
 Pela copia junta de huma carta do Conde Copeiro Mor, anteces-  
 sor de Vossa Excelencia no governo dessa Capitania, e pelas duas  
 relaçoens tam-/bem juntas, assignadas por Manoel Pereira de Faria,  
 Contador Ge-/ ral da Africa occidental Territorio da Relação da Bahia,  
 e Governo/que nelle se comprehendem; será Vossa Excelencia  
 como se remetterão ao Real/Erario as certidoens dos rendimentos e  
 despezas da Fazenda Real das/ Capitanias do Ceara e Rio Grande  
 do Norte; e como as desta ultima/Capitania se achão totalmente  
 informes, com as do Ceara diminutas e/faltas de algumas  
 explicaçoens necessarias para no mesmo Real/Erario se proceder a

escrituração exacta, e methodica na forma que Sua/Magestade tem ordenado. Igualmente verá Vossa Excelência a formalidade/com que se faz necessario que na Provedoria do Rio Grande do Norte se remetão as certidoens de todas as receitas e despezas desde o primeiro de/janeiro de mil sete centos sessenta e dois, e de todos os annos succes-/ sivos, e com que na Provedoria do Ceara se devem continuar a remetter/as que faltão do anno de mil sete centos sessenta e cinco, e dos que mais tem/decorrido, e decorrerem. O que Vossa Excelencia fará executar pela parte que se to-/ ca com a brevidade possível./Deus Guarde a Vossa Excelencia. Lisboa 27 de janeiro de 1768. (OR10)  
Segue assinatura

Como se pode notar (manuscrito 2), as marcas textuais da tradição manuscrita encontradas são a falta de paragrafação, intercalada com períodos longos e inversões de termos e a ausência de pontuação, dificultando assim o sentido do texto. Conforme já foi mencionado, esses fenômenos eram muito comuns nos textos dessa centúria e também pode ser comprovado pelo fato de que a ortografia ainda se encontrava em fase instável no Brasil. E essa instabilidade foi se modificando a partir do momento que a escrita foi se difundindo e assumindo novas características, passando a interferir nos documentos que circulavam nas administrações públicas.

Para Pessoa (2013), não existe a rigor muita diferença entre os textos burocráticos dos séculos XVIII e XIX, evidenciando a ideia de que os profissionais da escrita do século XVIII já tinham algum conhecimento com a ortografia oficial. Constata-se que, em alguns textos, havia a existência de fenômenos bem espontâneos de produção linguística e que eram muito criticados na linguagem burocrática, como a inadequação, a falta de clareza, como se os textos não tivessem sido revisados.

Outro fator que interferiu foi o domínio das técnicas de escrita por quem escrevia os textos, pois, naquela época, existiam profissionais com pouca habilidade exercendo a função de profissionais da escrita. Também se verifica que, nas cartas oficiais analisadas, a repetição de algumas expressões e as abreviaturas eram muito frequentes, constituindo-se então como marcas de estilo.

Nas correspondências oficiais do século XIX, a letra é bem semelhante à dos documentos do século XVIII. Entretanto, algumas diferenças começam a despontar como a paragrafação cumprindo a função de distribuição visual do conteúdo, as frases são mais soltas, a pontuação é mais frequente e diversificada, como o ponto

e vírgula, os dois pontos, entre outros. Essas mudanças que já começam a despontar nesses textos são decorrentes do surgimento da imprensa. Isso não quer dizer que acabaram totalmente essas flutuações ortográficas. Veja o manuscrito 3.

Vigar.º Ignacio Pinto.  
 No Anno de 1799 este Inocencio da  
 Costa Mouzinho, alvarou de Juiz Ord.º, nesta Vi-  
 lla de Alagoas, occupou juntam.º pelas leis o Cargo  
 de Ouvidor Geral, e com esta autoridade se fez publico, e queria  
 proceder summariam.º, contra o d.º Cabo, prendendo-o por  
 morte, e com esta not.º, auzentou-se elle oje desta Villa, e  
 desde o dia em que fora acommetido, nunca ja mais nella  
 me consta substira, nem mais morara em comp.º de  
 Seus Pays, e Irmans ôrradas, e velhas.  
 Esta he a cauza q.º teve o d.º Cabo de Esqua-  
 dra, Manoel Queluz Midina, de se retirar desta Villa,  
 das Alagoas, he esta a verd.º com que devo informar, e  
 com palavra de ôrra, o afirmo por ser publico  
 Quartel do Eng.º V.º Antonio da Villa  
 das Alagoas 23 de Fev.º 1801

Manuscrito 3: séc. XIX

Vigarão Ignacio Pinto/ No anno de 1799 este Inocencio da/ Costa Mouzinho, alvarou de Juiz Ordinário, nesta Vi-lla de Alagoas, occupou juntamente pelas leis o Cargo/ de Ouvidor Geral, e com esta autoridade, se fez publico, e queria/ proceder summariamente, contra o dito Cabo, prendendo-o/ para morte / , que com esta noticia, auzentou-se elle oje desta Villa, e/desde o dia em que fora acommetido, nunca ja mais nella/me consta substira [termo ilegível], nem mais morara em companhia de/ Seus Pays, e Irmans ôrradas, e velhas./ Esta he a cauza que teve o dito Cabo de Esqua/dra, Manoel Queluz Midina, de se retirar desta Villa,/ das Alagoas, he esta a verdade com que devo informar, e-/ com palavra de ôrra, o afirmo por ser publico./ Quartel do Engenho Santo Antonio da Villa/das Alagoas 23 de fevereiro de 1801.  
 Segue assinatura.( OR26)

Alguns fenômenos ortográficos foram encontrados tanto nos textos dos séculos XVIII quanto nos do século XIX. São eles:

(A) A existência de letras duplicadas<sup>1</sup>, *aquelle*, *aquellas*, *communição*, *Illustrissimo*, *ellas*, *tabella*, *occorreu*, *remetter*, *mallas*, *metter*, *differentes*, *occazião*, *officiaes*, entre outras.

1. **Illustrissimo** e **Excelentissimo** Senhor/Com a inclusa **tabella** do Orcamento para as/Despesas do 1º de julho de 1832 a 30 de junho de/1833 satisfação na forma que me determina *Vossa Excelencia/* na Portaria de 10 de janeiro do corrente, resolvendo/na referida **tabella** (...) (CG175)

2. (...) as **mallas**, que servem de conduzir as corresponden-/cias terrestres desta *Provincia* para as **differentes** agencias/concertadas irmãs e aliadas outras pelo Arsenal de Guer-/ra, não me **occorreu** na *quela* **occazião** pedir igualmente/ a *Vossa Excelencia* para que fossem por ali feitas duas mallas novas mais reforçadas para conter as correspondências de Maceió, Alagoas, e as de mais Agencias, que pode afluir com/ a chegada direta a esta *Provincia* de alguma Embarcação/ do *Rio Grande do Norte*, e *Bahia*, como tambem seus pastas pequenas de/ couro para conduzir dentro as correspondencias **officiaes** (...) (CG178)

3. (...) todas **ellas** sem exce-/pção vem avulsas como mesmo as cartas sem **aquel-/la** formalidade prescripta pelo Regulamento da Administração Geral dos Correios de 5 de Março/de 1829; por que como estrangeiro não são obri-/gados aformalisar malas, nem a **metter** dentro d'**el-/las** cartas ou amostras de fasendas: e como *Vossa Excelencia/na* precitada(...) (CG180)

(B) Trocas da letra z pela letra s e vice-versa em vários vocábulos, como *incluza*, *fes*, *reprezentarão*, *ocazioins*, *dispoziçoens*, *cauza*, *caza*, *accuza-lo*.

1. (...) Me pareceo mandar vos remeter a copia **incluza/da** informação do Vedor *geral* asignado pello Secretario (...) (OR1)

2. (...) Caetano Ricardo da Silva o **fes** em Lisboa a sete de janeiro de mil sete/centos e cinquenta e dois. (OR1)

3. (...) **Meza representarão** ao mesmo Senhor que nessa Capitania senão guardavão/inteiramente os privilegios, que lhe tinha concedido, se hão de remetter (...) (OR5)

4. (...) os **prezos** incursos no contrabando do referido na-/vio, e com todas as provas, que contra elles houve-/rem acrescido./A mesma charrua leva gente compe-/tente para guarnecer o dito Navio **Holandez**, e/nesse porto se deverão repartir as suas respectivas/equipagens. (OR11)

(C) O verbo ser antecedido de h na terceira pessoa.

1. (...) E **he** o mesmo *Senhor* servido, que necessitando (...) (OR5)

2. (...) E **he** servido,/ que *Vossa Senhoria* mandando o embarcar (...) (OR11)

<sup>1</sup> Fonseca (2005) classifica as consoantes geminadas de duplicadas ou dobradas, usadas no latim e que surgiram na escrita na segunda metade do século XVI.

(D) A presença do h sendo usado entre hiatos, como *sahio*, *ahi* e antes do numeral *hum*.

1. (...) Affonço de Albuquerque, e sua guarnição alguma couza/a conta do que se lhe devia, a qual **sahio** hoje para a Ba-/hia; afim de que, achando *Vossa Excelencia* meio de **ahi** man-/dar satisfazer aquelles o que se lhe deve, o haja de effetu-/ar, no que muito confia (...). (MM192)
2. (...) comunicação; por *quanto* penço dever poupar a Nacao a despeza que actual faz esta/Administaçam com mais **hum** correio desnecessário, *Vossa Excelencia*/porem decidirá o que for mais justo. (...) (CG173)
3. (...) os quais achao-se/contidos em **hum** caixão à cargo d'aquelle Agente.(...) (CG179)

(E) A abreviação<sup>2</sup> de várias classes de palavras, como pronomes, substantivo, adjetivo, conjunção, advérbio e outras.

1. (...) de fevere**iro** do presente anno que o Cap**itam** mor do Ceara lhe/ impedia a jurisdição que lhe he dada pelo Alvara de dezoito de outubro de mil,settecentos,e nove para fazer a nomeação de Ajudante das Ordenanças de pé no seu destritto, em/ cuja posse elle Cap**itam** mor dos Aquiras estava havia onze annos, suppondo o de Ceará que se/ [armava] àquelle pela ordem de três de Novembro de mil settecentos, quarenta e nove, **que** man/dasse nas provas os postos das Ordenanças sem proposta das Camaras, não attendendo o dito/Capitam Mor do Ceará serem aquelles de **que** sem nomeação lhes passavam os governadores das/gentes o que visto. Me pareceo ordenar vos informei com vosso parecer ouvindo por/meritto o Cap**itam** Mor do Ceara que dara a razão da duvida que temos. El Rey Nosso Senhor o/ mandou pelos Consel**heiros** do seu Consel**ho** Ultramar**ino** abaixo assignados, e se passou por duas vias (...) (OR4)
2. (...) **Sua** Mage**stade** foy servido ordenar ao Ouvidor dessa / Capitania tomasse contas do Provedor **que** os Officiaes da Mesa de Santo/ Antonio Megerão **para** cobrar as esmollas **que** os moradores da mesma Cap**itania**/ offerecem ao mesmo santo, como também do que tivesse recebido dos mos/ steyros (...) (OR5)

Esses fenômenos ortográficos identificados nas cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX revelam pequenas variações na escrita daquele período. Um fato a ser considerado diante dessas flutuações ortográficas é que não existia ainda no Brasil uma norma ortográfica estável.

Havia tentativas isoladas de alguns estudiosos de fixar modelos, como o livro *Ortografia da Língua Portuguesa* (1671), de João Franco Barroco, obra exaustiva,

---

<sup>2</sup> Os trechos em negrito referem-se aos termos abreviados.

que se preocupava em descrever o português de Portugal. Nessa obra, o autor discutia o que era ortografia, questões sobre a invenção da escrita e a origem latina da língua. Também chamou a atenção a obra *Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa* (1739), de João Moraes Madureira Feijó. Essa obra apresentava inclusive uma preocupação com a norma e, no manual, as pronúncias corretas, ou acentos; questões sobre pontuação e algumas abreviaturas. Tratava-se, no geral, de um manual de bom uso da língua.

Entretanto, apenas em 1840, ocorreu a primeira mobilização para disseminar as regras para todos. Essa mobilização foi com Antônio Feliciano de Castilho, primeiro protagonista de um conflito acerca da ortografia da língua portuguesa, o qual propunha a adoção de um método de leitura repentina, denominado o *Método Português de Castilho*.

Depois de uma descrença pela adoção desse método pelos pedagogos em relação à metodologia e à sua eficácia, Castilho não conseguiu sucesso, e o método nunca foi aplicado em Portugal (Cf. TAVARES ; RICARDO, 2009). Outra obra que surgiu foi a *Cartilha Maternal, Arte de Leitura*, de 1876, escrita por João de Deus. Nessa obra, o autor introduziu um método relativamente inovador, denominado método nacional de aprendizagem da escrita da língua portuguesa. Contudo, foi em 1898 que saiu a primeira portaria referente à questão ortográfica da Direção Geral da Instrução Pública: *Conjugação dos verbos e sinopses gramaticais*. Diante do exposto, percebe-se que o Brasil ainda não apresentava um modelo, um acordo ortográfico, confirmando então essas flutuações na escrita brasileira. Portanto, a primeira normatização ortográfica oficial ocorreu em 1911, liderada pelo filólogo Gonçalves Viana que defendeu a simplificação e o distanciamento do latim a fim de unificar e simplificar a escrita entre Brasil e Portugal.

Esta dissertação pode contribuir para chamar a atenção para a história da escrita sob outra perspectiva, a dos seus usos, para que a história social da língua sirva de referência para compreender a tradição escrita dos séculos XVIII e XIX, revelando sua natureza e complexidade de seus usos.

### **2.3. A cultura dos manuscritos**

O termo manuscrito, segundo Martins (2005, p.93), é o texto escrito à mão, predominando por muito tempo, mesmo depois do surgimento da imprensa. Desse

modo, manuscrito é toda “inscrição” feita em papel ou em pedra, marfim, bronze ou mármore. Todavia, esse termo é reservado aos “manuscritos” em papel, papiro ou pergaminho. Aos outros, denomina-se gravura ou escultura. O *Dictionnaire*, de Furtière, destaca dois sentidos para a palavra *manuscrit*: “livro ou obra escrita à mão” e o “original de um livro, o texto do autor sobre o qual ele foi impresso” (Cf. CHARTIER, 2002). De fato, o manuscrito configura-se como um texto escrito à mão, independente dos instrumentos que o auxiliam e das características artísticas que apresenta.

Durante a Idade Média, o livro era uma exclusividade da Igreja. Desse modo, as grandes abadias possuíam um *scriptorium*, onde produziam os manuscritos, passando pela preparação do pergaminho até as ilustrações, as quais eram fundamentais como elementos decorativos e usados para representar graficamente os textos. A cópia dos manuscritos era considerada um exercício espiritual para os monges, visando aprimorar suas virtudes e destacar seus merecimentos sobrenaturais. Destaca-se como característica artística dos manuscritos a iluminura e a minialura, denominadas tipos de ornamentação de textos. Esta era uma técnica mais restrita, na qual determinadas letras como as iniciais capitais eram decoradas por ornamentos simples e letras de fantasia. Já o manuscrito iluminado era decorado com ouro ou prata.

A permanência pela publicação manuscrita está ligada ao fato de se ter um maior controle do texto, assim como de sua circulação e interpretação. É importante frisar que, nos séculos XV e XVI, a publicação dos manuscritos foi reforçada para controlar a forma dada pelos autores às suas obras. Mas é, no século XVI, que os manuscritos atingem um nível de importância. Quando se discute a manutenção desses textos, surge a ideia de que sua substituição ocorreu com o surgimento do impresso. Essa concepção é errônea, pois, segundo Chartier<sup>3</sup> (2002, p.84), a manutenção do manuscrito permaneceu até o século XX.

Pode-se citar acerca dos manuscritos brasileiros a influência ibérica, mostrando que esses documentos, emitidos no Brasil, eram despachados na Corte e se apresentavam caligrafados. Nesses documentos, as consultas ao Conselho Ultramarino eram habituais para os pareceres dos procuradores da coroa ou despachos régios. Esses documentos eram redigidos por escrivães de notas,

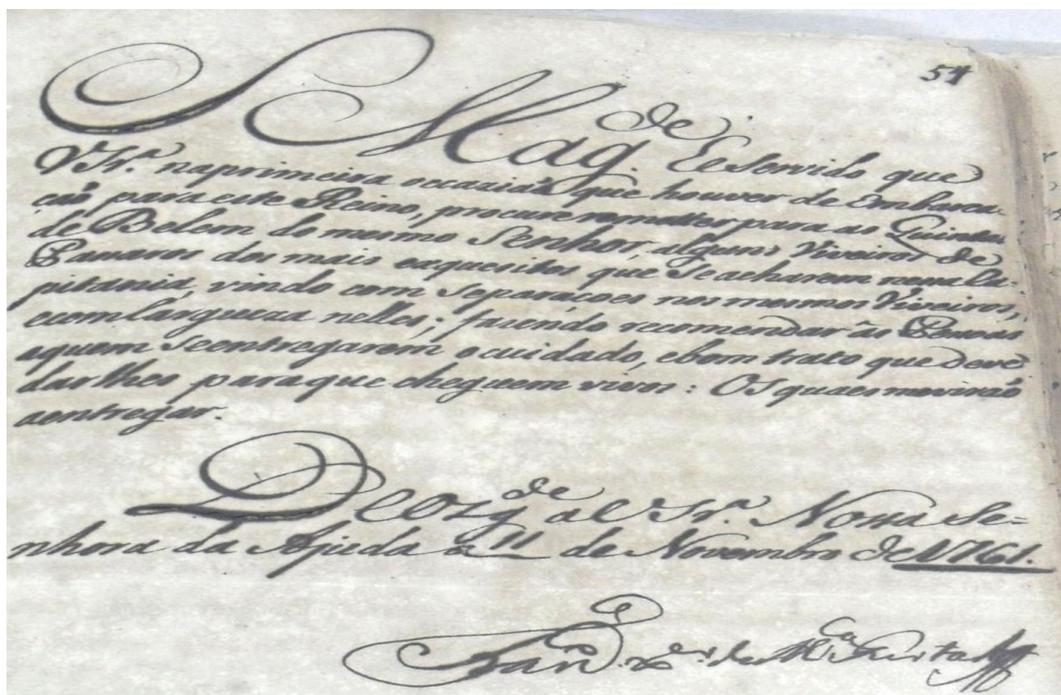
---

<sup>3</sup> Chartier (2002) enfatiza a oposição entre *print culture* e *scribal culture*.

profissionais responsáveis pela escrita desses textos. Tal especificidade no processo de redação de tais textos converte-se hoje uma grande dificuldade para os paleógrafos no momento que eles têm de transcrever esses escritos. Não raramente, esses são, em algumas passagens, de interpretação difícil. Também vale salientar que esses textos apresentam grande número de nomes e sobrenomes abreviados, pois, conforme já citado, não havia um modelo de escrita padronizado para esses documentos.

O que chama atenção nos manuscritos é o emprego da grafia, englobando aspectos como a pautação, a ausência da paragrafação, a pontuação irregular e truncada e a presença tanto de abreviaturas quanto de palavras abreviadas. Esses elementos, tão presentes nesses textos, confirmam, então, que a leitura se dava, na maioria das vezes, em voz alta, como forma de sociabilidade compartilhada, de mobilização cultural e política dos novos meios citadinos (Cf. CHARTIER, 2009).

Assim, ao se pesquisar a história dos manuscritos, é importante levar em consideração elementos importantes, como a grafia, a sua relação com o som, a ausência ou a escassez de sinais de pontuação, a segmentação, a ausência ou o pouco recurso da paragrafação e das interrupções sintáticas, dificultando, muitas vezes, a apreensão do significado dos textos, como se pode verificar no manuscrito a seguir.



Manuscrito 4: séc. XVIII

*Sua Magestade he servido que/Vossa Senhoria na primeira ocasião que houver de embarca/ cão para este Reino, procure remetter para as Quintas/de Belem do mesmo Senhor, alguns viveiros de/passaros dos mais esquesitos que se acharem nessa ca-/ pitania vindo com separações nos mesmos viveiros,/ e com largueza nelles; fazendo recomendar as pessoas/ a quem se entregarem o cuidado, e bom trato que deve/dar lhes para que cheguem vivos: os quaes me virão/a entregar./ Deoz Guarde a Vossa Senhoria Nossa Se-/ nhora da Ajuda a 11 de novembro de 1761.(OR6)*

Diante dessas marcas textuais encontradas, não se pode esquecer que o manuscrito é fruto de uma cultura oral e sua produção e veiculação se davam por meio da oralização, pois não há manuscritos isentos de erros, de lacunas, de lugares obscuros, de palavras e frases sem sentido, sem concordância (Cf. PESSOA, 2005).

## **2.4 Os Conselhos do Ultramar**

Dando continuidade à história dos manuscritos, enfatiza-se também a importância dos Conselhos Ultramarinos, já citados, os quais eram responsáveis por todos os papéis referentes às questões originárias do Brasil, que ultrapassavam a competência do Governador Geral ou Vice-Rei. Primeiro, os documentos eram remetidos a Lisboa e depois transformados em consultas do conselho, antes de serem enviados ao rei para despacho final. O Conselho Ultramarino mais importante foi criado em 1642 e tinha como objetivo julgar as correspondências enviadas ao rei e era constituído, inicialmente, por três conselheiros: dois fidalgos, um ligado à justiça, mas tinha que ser letrado, e também um secretário. Esses conselheiros, para serem nomeados, deveriam ter conhecimento sobre os problemas ultramarinos.

Por meio de regimento, a sessão iniciava com o relato dos conselheiros. A função do secretário era redigir o parecer, consoante a decisão da maioria. Havendo discrepância na matéria, os votos deveriam ser registrados separados. A resolução régia era comunicada ao Conselho para que pudesse expedir os documentos oficiais necessários. Havia também as consultas do serviço real, quando era o rei que

analisava; as consultas de partes, quando os processos se formavam no próprio conselho; as consultas mais específicas, como as da Junta do Comércio e do Conselho da Fazenda. Esses documentos eram organizados em códices<sup>4</sup> e classificados em livro de consultas do serviço de El Rei, livro de cartas oficiais, livro de mandados, livro de cartas, livro de decretos, livro dos contratos reais, consultas de partes, consultas mistas, consultas da Junta do Comércio, consultas do Conselho da Fazenda, registros de provisões, registros de regimentos e registros de ordens.

Destacam-se também os documentos régios que tinham as formas de cartas, alvarás e outros. Dentre os manuscritos de grande importância histórica, escritos no Brasil, destacamos os das Câmaras Municipais, das Ordens Régias e do Ministério da Marinha, os quais subsidiarão nossa pesquisa, sendo objetos de investigação da língua e de sua historicidade, analisando as diferenças nos seus usos, porque o texto, na visão hallidayana, é definido como a instância de uso da linguagem viva, desempenhando um papel em um Contexto de Situação. Assim, é essa dinamicidade da língua que propõe investigar, buscando compreender como o uso contribui para a construção de sentido dos textos à luz da Linguística Sistêmico-Funcional.

Para que se possa entender sobre a cultura dos manuscritos brasileiros, convém fazer uma contextualização sócio-histórica da época em que os documentos foram escritos.

## **2.5. Do contexto sócio-histórico**

A estrutura da administração pública era constituída por setores do governo, do judiciário, da fazenda, da organização militar e do eclesiástico. Durante o período colonial, no Brasil, a sociedade era estruturada a partir de dois sistemas interligados de organização: no primeiro, a administração da metrópole funcionava por meio de normas burocráticas e de relações impessoais; já no segundo, sem contar com o reconhecimento oficial, baseava-se apenas em interesse, parentesco e objetivos comuns. A administração colonial era formada pelo Senado da Câmara, composto

---

<sup>4</sup> Os códices (ou *codex*, da palavra em latim, que significa livro) eram os manuscritos gravados em madeira, em geral do período da era antiga tardia até a Idade Média. Os manuscritos do Novo Mundo foram escritos por volta do século XVI.

por procuradores, tesoureiros, juízes singular e ordinário, escrivão de órfãos, almotacel<sup>5</sup> e juízes de vintena<sup>6</sup>.

Quanto mais o Brasil passava a ter importância para as finanças portuguesas, a estrutura burocrática se expandia, porém eram necessários mais cargos e funções para gerenciarem a vida colonial que, por conta disso, aumentava também o número de textos em circulação. Na administração pública, havia funcionários responsáveis pelo ofício de escrever e, para isso, precisavam demonstrar um mínimo de conhecimento de leitura e escritura. A função do escrivão, por exemplo, exigia habilidade leitora e escritiva. Segundo, Schwartz (1979, p.115, *apud* FONSECA, 2005, p. 75):

A corte efetuava todos os seus negócios por escrito através de depoimento escrito ou testemunho reconhecido por tabelião. As partes em litígio podiam submeter objeções orais somente nas causas que envolvessem somas inferiores a um mil-réis e, uma vez que a soma era pequena, poucas causas desse tipo chegaram ao Tribunal. Esta dependência de declarações, testemunhos, questionários e depoimentos escritos emprestou grande importância desse cargo. Não podíamos ignorar o fato de que, na categoria de intermediários entre os magistrados e as partes em litígio, os escrivães muitas vezes tinham a função de tomar decisões.

No entanto, muitos cargos da burocracia profissional eram preenchidos como forma de recompensa oferecida pela Coroa, não levando em consideração a habilidade de leitura e de escrita. Tal falta de habilidade no tocante a essas duas práticas dificultava a produção de textos. Essa dificuldade era agravada ainda pela inexistência de uma norma ortográfica oficial. O resultado de todas essas lacunas é uma flutuação ortográfica nos documentos. Ainda no âmbito dos cargos concernentes à escrita, vale ressaltar a situação do ofício de tabelião, atividade para a qual era exigida uma prova de aptidão. Apesar disso, não era difícil encontrar profissionais desse ofício sem muita habilidade para a escrita.

Diante desses fatores, percebe-se que, até o século XVII, a instrução era direcionada apenas à camada dirigente, composta da pequena nobreza e seus descendentes. Entretanto, na metade do século XVIII, coube trazer para a escola a instrução primária, já que se faziam necessárias técnicas de leitura e de escrita, permitindo, assim, o aumento da proficiência em língua portuguesa (Cf. FONSECA,

---

<sup>5</sup> Almotacel – oficial municipal encarregado da fiscalização das medidas e da taxação dos preços dos alimentos, de distribuir ou regular a distribuição em tempo de escassez.

<sup>6</sup> Juízes de vintena – conjunto formado por vinte elementos.

2005). É no século XVIII que o uso da escrita se expande na Colônia, no meio de uma camada do funcionalismo público em crescimento, que passa a usar a língua escrita. A partir desse século, a posse do livro, que antes era escassa, tornou-se mais acessível e sua distribuição estava relacionada à posição social e, principalmente, à categoria profissional.

Tal fato mostra que o Brasil daquela época era caracterizado pela política de difusão e de técnicas da escrita, ou seja, ensinar a ler e a escrever. As elites culturais eram constituídas por burocratas do governo da Capitania, ouvidores de comarca, advogados ou bacharéis e os clérigos. Isso confirma a sociedade colonial de formação patriarcal e religiosa, tendo a Igreja muito prestígio naquela época. Os proprietários dos engenhos e das fazendas de gado estavam no topo da pirâmide social, porém em posições inferiores à burguesia comercial e à burguesia metropolitana portuguesa. É esse o contexto sócio-histórico em que foram escritos os documentos selecionados.

Na sequência, faz-se necessário apresentar, de forma sucinta, uma caracterização geral dos textos que constituem o *corpus*, selecionado para este trabalho, os quais foram retirados de um período que abrange os anos de 1752 a 1840. Essas cartas oficiais foram redigidas por profissionais da escrita, os quais apresentavam maior ou menor grau de conhecimento acerca da ortografia e, muitos deles, seguiam um modelo já existente, mantendo, muitas vezes, a tradição quanto à forma e à estrutura. No trabalho com esse *corpus*, procurar-se-á compreender o contexto em que os textos foram produzidos, bem como identificar quais os Processos e os Participantes são predominantes, segundo a Linguística Sistêmico-Funcional, na construção de sentido.

## **2.6. Do contexto de produção**

Para chegar à análise do *corpus*, é importante compreender quais fatores interferem no contexto de produção, como ocorrem as relações sociais, o produtor do texto e, principalmente, o texto, o qual precisa ser estudado como objeto em processo e não como um produto que chegou ao fim (Cf. FONSECA, 2005). É importante que se reconstrua o momento e as condições em que os textos foram produzidos a partir de marcas linguísticas existentes nos próprios textos. Essas marcas possibilitam identificar o modo como o que foi dito pelo locutor pode ser lido,

como uma possibilidade, uma solicitação, um pedido, uma necessidade, entre outras.

Também relacionando o contexto em que as cartas oficiais foram produzidas, dois fatores possibilitam compreender melhor essa relação entre sociedade e texto: o primeiro é que os domínios da leitura e da escrita eram muito restritos; o segundo mostra que a maioria da população era apenas habilitada a ler e a escrever. Também outros fatores precisam ser considerados. Entre eles, dependendo da época e do lugar, o texto poderia ter sido escrito por um escrevente oficial<sup>7</sup> e assinado por outra pessoa, ou seja, uma autoridade, como Governador da Capitania, Marquês de Pombal, entre outras.

Diante disso, determinar com veemência o autor do texto torna-se pouco provável por se tratar de manuscritos originais dos séculos XVIII e XIX. Conclui-se, então, que se trata de textos *autógrafos*, ou seja, manuscritos originais, os quais são redigidos pelo próprio autor ou textos *apógrafos*, escritos por outros, mas valendo-se como *autógrafos*.

Há, no *corpus*, cartas oficiais oriundas de diversos órgãos. Entre eles, destacamos as Ordens Régias, que eram expedidas pelo rei e autorizadas com a sua assinatura; o Ministério da Marinha, departamento do governo português que se ocupava dos assuntos marítimos, militares e civis; e o Correio Geral, que tinha a função de fiscalizar e controlar as gestões econômica e financeira das administrações gerais dos correios provinciais.

Os autores dos textos eram provavelmente do sexo masculino, apresentavam grau de instrução variado. Alguns ocupavam cargos públicos de destaque, ligados à política ou portadores de títulos de nobreza, como governador, vedor (administrador da Colônia), marquês. Outros cargos eram relacionados à vida militar ou civil, como capitão-mor, juiz, ouvidor.

Algumas cartas oficiais apresentam dificuldades para identificar o autor por trazerem o nome de forma abreviada ou simplesmente a rubrica, tratando-se de textos *apógrafos*, mas denominados *autógrafos*. Percebe-se que as relações sociais eram fortemente assimétricas em face da natureza do Estado português e sua relação com a Colônia Brasil, evidenciando o uso das formas de tratamento representando poder, posição de maior prestígio, como as seguintes: *Dom Joze por*

---

<sup>7</sup> Fonseca (2005) usa esse termo para se referir ao produtor de texto.

*graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem (OR1); Sendo presente a El Rey Meu Senhor a Carta (OR14)*. Nessa condição, as cartas oficiais se inserem em um evento comunicativo, relacionando-se, de uma forma ou de outra, a um domínio social específico.

Por se tratar de cartas oficiais em que se prioriza a informatividade, faz-se necessário contextualizar o gênero encontrado no *corpus*, fundamentando-se na perspectiva de que todo texto, compreendido na sua materialização do discurso, pertence a um determinado gênero discursivo, porque a língua não é somente um instrumento usado para a comunicação entre os falantes. Ela é uma atividade dialógica que prioriza as condições sócio-históricas.

## **2.7. Das características gerais dos textos**

Levando em consideração a relação indissociável entre língua e sociedade, entende-se que as condições sócio-históricas de produção refletem-se nos textos. Desse modo, o texto implica significações que cada leitor constrói a partir de seus próprios códigos de leitura, quando ele recebe ou se apropria desse texto de forma determinada (Cf. CHARTIER, 2009). É nessa perspectiva que a escrita contribui para a transformação de novas formas de discurso e de novos gêneros, pois critérios são estabelecidos para designar um conjunto histórico de técnicas, aproximando-se, então, tanto do ponto de vista formal quanto semântico.

Assim, o estudo da língua e da história dessa língua se faz com base em textos no seu contexto de uso, considerando também a sociedade que produz essa língua. Por isso, antes de apresentar as características importantes acerca do gênero textual carta, cabe tecer algumas considerações importantes sobre os gêneros textuais.

Sabe-se que, na tradição ocidental, o termo *gênero* estava voltado aos estudos dos gêneros literários, classificados, segundo Brandão (2009, p.8-9, *apud* FONSECA, 2005, p.43), em *lírico*, *épico* e *dramático*. Além dessas classificações tradicionais da literatura, havia também o da retórica antiga, denominados de discursos *deliberativo*, *judiciário* e *epidítico*. Atualmente, o termo *gênero* abrange outros domínios das ciências, como a Etnografia, a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, entre outras, embora representem ideias diferentes. Diante do exposto,

entende-se que os gêneros textuais estão presentes no dia a dia das pessoas e nas diferentes relações sociais<sup>8</sup>.

Um fato importante que contribuiu para essa mudança foi o advento da Linguística Textual, cujo foco se centrou no texto como unidade de sentido, estabelecendo as relações entre discurso e fatores sócio-históricos. Segundo Barros (1999, *apud* FONSECA, 2005, p. 42), essa nova maneira de encarar o texto trouxe para os estudos linguísticos uma mudança de posicionamento: a concepção de língua como lugar de representação apenas de significados objetivos foi substituída pela consideração de língua como meio convencional de agir no mundo.

Assim, os gêneros textuais não podem ser considerados apenas objetos de uma classificação estável e definitiva<sup>9</sup>. Eles surgem, mudam, desaparecem, de acordo com as transformações pelas quais passa a sociedade. A história é, pois, no fundo, também uma ciência do texto que mostra como os gêneros do discurso mudam ao longo do tempo e sob que condições políticas, sociais e culturais (Cf. PESSOA, 2005).

Exemplificando a afirmação do parágrafo anterior, cita-se o caso das cartas oficiais, objeto de estudo deste trabalho, aos quais, ao longo da história da sociedade, passaram por grandes mudanças. Segundo Pessoa (2002), na Antiguidade e na Idade Média, a denominação *carta* estava relacionada a documento e a *palavra* tinha mais caráter pessoal e espontâneo. Já o termo *epístola*, sentido mais literário, guardando até hoje esse sentido.

É válido salientar que, ainda consoante o autor citado, ao longo dos tempos, muitos documentos, de natureza diversa, foram escritos em forma de cartas, pelo fato de a estrutura desse gênero possibilitar qualquer tipo de comunicação, desde uma solicitação, uma necessidade, um pedido. Amparado nessas possibilidades, os gêneros são classificados pelas suas diferentes finalidades em categorias diversas. Assim, carta é definida como *uma unidade funcional da língua, empregada em situações características, as quais são marcadas pela ausência de contato imediato entre emissor e destinatário*. (Cf. PESSOA, 2002).

---

<sup>8</sup> Os gêneros textuais “nunca podem ser objetos de uma classificação racional, estável e definitiva”. (BRONCKART, 1999, p. 138, *apud* FONSECA, 2005, p. 43)

<sup>9</sup> Marcuschi (2005, p. 22-23), *com* base em autores como Biber (1988), Swales (1990), Adam (1990) e Bronckart (1999), define tipo textual como uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição. Gênero textual designa textos materializados que se utilizam cotidianamente e que apresentam características sócio-comunicativas.

Em relação à análise das cartas oficiais, o que se percebe é que seus autores tinham como critério seguir a tradição textual da época, tanto em relação à estrutura formal quanto em relação ao nível da linguagem.

No tocante às formas convencionais, os textos apresentam, no geral, a estrutura tradicional semelhante à das cartas<sup>10</sup>, como (1) vocativo, (2) narrativa ou exposição, (3) fecho, protocolo final: local e data, (4) destinatário, (5) cargo e assinatura. O modelo a seguir é o de maior incidência encontrado no *corpus*: (1) *Illustrissimo e Excelentissimo Senhor*/(2) *Peloz conhecimentos juntos manda/va Vossa Excelencia descarregar, e pôr na sua devida/arrecadação as seis centas arrobas de polvora/que Sua Magestade ordenou se embarcassem/ nas duas naos da Companhia Geral decla-/radas nos ditos conhecimentos, as quaes Vossa Excelencia/ applicara segundo a necessidade o pedir/ (4)Deoz Guarde Vossa Excelencia Palacio de/Nossa Senhora da Ajuda,a(3) 27 de novem/-bro de 1765.(5) Segue assinatura/ cargo. Os contextualizadores propriamente ditos: assinatura, local, data e outros elementos como o título, início do texto, autor, estilo de época são considerados aspectos importantes para a construção da coerência textual.*

Ainda com referência à formalidade, um dos aspectos que também chama a atenção nas cartas oficiais analisadas é o cumprimento de despedida, apresentando uma estrutura mais ou menos fixa, podendo ser abreviado ou não, e é repetitivo na maioria dos textos. O fecho presente é *Deoz guarde a Vossa Senioria (OR7)*; *Deoz Guarde Vossa Excelencia Palacio (OR8)*; *Deos Guarde à Vossa Excelencia (CG186)* e *Deos guarde a Vossa Excelencia (MM193)*. Segundo Acioli (1994, *apud* PESSOA, 2005, p.43), o uso de *Senhor* era exclusivo para o rei. Para as demais autoridades, hierarquicamente inferiores, empregava-se *Vossa Excelência* ou *Vossa Mercê*, ou ainda *Senhor Governador* e *Senhor Ouvidor*.

Daí entende-se que o gênero textual carta se prestava a atender às demandas impostas pela administração pública, denominada de cartas oficiais e, por outro lado, observa-se, que, ao longo da história, no curso das práticas comunicativas, esse gênero influenciou o surgimento e a formação de outros, como é o caso do ofício. O gênero textual ofício constitui uma espécie de carta e tem como uma de suas características *a ausência direta de contato entre o remetente e o destinatário* (SILVEIRA, 2007, p.228). Tem-se, nesse contexto, uma

---

<sup>10</sup> Segundo Marcuschi (2000), a noção de carta é apenas um guia para a realização de um grande número de outros gêneros.

correspondência que tende a ser diádica, ou seja, com um remetente e um destinatário.

Além desses aspectos, é importante frisar que o ofício se presta a várias finalidades, entre elas: tratar de assuntos institucionais, solicitar, encaminhar, convocar, agradecer, convidar e estabelecer ordem. Infere-se que o ofício, hoje, tem assumido as atribuições dos diversos tipos de cartas na administração pública.

Para finalizar este capítulo, ressalta-se que a escrita é usada para representar a língua, possibilitando refletir sobre ela e tomar consciência acerca dela nos seus contextos de uso. Desse modo, ao lidar com a língua escrita, seja lendo ou escrevendo, tem-se a concepção de dois fatores: do mundo e da linguagem. Logo, o ato de ler e escrever tem como função fundamental estabelecer relação com o pensamento, e é nessa relação que o indivíduo tem consciência do mundo e da linguagem. Assim, compreende-se que a escrita estimula as pessoas a terem consciência do texto como objeto de representação da língua por meio de sinais visíveis que a torna conteúdo de reflexão e de análise.

Destaque-se que o propósito deste capítulo é contextualizar o *corpus* escolhido. Com isso, pretendeu-se esclarecer os aspectos que serão o alvo das análises a serem realizadas sob a égide da Linguística Sistêmico-Funcional.

## CAPÍTULO II

### 3 Abordagem sobre os estudos funcionalistas da linguagem

*Vida toda linguagem, há, entretanto um verbo, um verbo sempre, e um nome aqui,  
ali, assegurando a perfeição eterna do período...*

Mário Faustino

Este capítulo inicia com uma abordagem sobre o Funcionalismo, corrente linguística derivada do Estruturalismo, desenvolvido a partir dos anos 30. É importante destacar que a Escola de Praga introduziu o conceito de função da linguagem por meio de parâmetros funcionais, como função, propósito e contexto, buscando explicar como as formas se realizam no contexto. Também será enfatizada a Linguística Sistêmico-Funcional para fundamentar a análise dos dados, o Contexto de Cultura e de Situação, as Metafunções e o Sistema de Transitividade.

Os estudos desenvolvidos pela Escola de Praga foram retomados pelos funcionalistas europeus e norte-americanos e vêm se ampliando em diferentes escolas. Antes de falar um pouco sobre a importância dessas escolas, compete fazer um esboço sobre o termo Funcionalismo; para, depois, citar algumas das principais correntes funcionalistas, nas quais se destacam autores como THOMPSON (1980), GIVÓN (1984), SIMON DIK (1997), HALLIDAY (2004) e outros. Por último, será enfatizada a Linguística Sistêmico-Funcional, para fundamentar a análise dos dados, pelo Contexto de Cultura e de Situação, pelas Metafunções e pelo Sistema de Transitividade.

O termo função significa entender o papel que a linguagem desempenha na vida dos falantes. Trata-se então de uma teoria que se preocupa não só com os aspectos extrínsecos, mas também intrínsecos das funções da linguagem, pois a multiplicidade funcional reflete na organização interna da língua, revelando assim as várias necessidades a que a linguagem serve, proporcionando ao homem reação e referência à realidade extralinguística, pois as frases são unidades comunicativas que veiculam informações, criando entre elas um elo entre a situação da fala e a própria situação do texto. Tal fato constata que o contexto é essencial, para que as frases sejam realizadas de forma efetiva.

Também é válido salientar que o termo funcionalismo não se restringe apenas à Escola Linguística de Praga, pois outras abordagens funcionais se destacaram e

ganharam autonomia. Destacamos, também, o Funcionalismo Norte-Americano, o Funcionalismo Holandês e o Funcionalismo de Michael A. K. Halliday. Importante ressaltar que o funcionalismo dialoga com outras áreas de investigação, como a Fonologia, o Cognitivo, a Psicolinguística, a Linguística Histórica, entre outras, sendo possível, no transcorrer dos objetivos dessa pesquisa, acionar, por exemplo, a Linguística Histórica, pois o *corpus* selecionado refere-se a documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX.

Isso confirma a existência de diversos modelos funcionalistas, os quais se diferenciam, porém se unem para caracterizar como a linguagem funciona. Independente do modelo a ser seguido ou adotado, o que interessa é entender o modo como os usuários da língua se comunicam efetivamente.

A revisão teórica é fundamentada nas obras de tais autores: Halliday (2004), Furtado da Cunha e Souza (2011), Souza (2006), Ribeiro (2009), Lima-Lopes e Ventura (2008), Gouveia (2008), Fuzer e Cabral (2010), Cortez (2010) e Ghio e Fernandes (2008).

A Linguística Norte-Americana, inspirada em Talmy Givón (1984), Paul Hopper (1980) e Sandra Thompson (1980), entende que a língua é usada para satisfazer as necessidades comunicativas. Assim, as estruturas gramaticais devem ser explicadas de acordo com o uso real a que elas se prestam na comunicação. Entende-se também que a língua reflete a função que exerce.

Os princípios norteadores dessa corrente linguística são : a linguagem é uma atividade sociocultural; a estrutura é não arbitrária, motivada, icônica; a mudança e a variação estão sempre presentes; o significado é dependente do contexto e não atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável, não rígida; as gramáticas são emergentes; as regras da gramática permitem desvios. Isso significa que a gramática de uma língua varia para atender às necessidades cognitivas ou interacionais de seus usuários, partindo do pressuposto de que a gramática não rígida de uma língua natural é viva, dinâmica, adequando-se aos fatores internos e externos do sistema linguístico.

Diante disso, entende-se que a gramática das línguas naturais é um sistema flexível, que sofre mudança e é afetado pelo uso atribuído do dia a dia. Assim, o modelo funcionalista visa explicar a forma como a língua desempenha funções na interação. Ressalta-se que a função mais importante da língua é a interação contínua entre os falantes. Para isso, compreende-se que a gramática é um conjunto

de convenções de natureza distinta, que exhibe padrões morfossintáticos estáveis, vinculando a gramática ao discurso para explicar a forma da língua nas funções que ela desempenha na comunicação.

Sendo assim, o conjunto de estratégias criativas usadas pelos falantes para organizar o funcionamento do texto em determinada situação comunicativa evidencia então a capacidade que os falantes têm não apenas para codificar e decodificar experiências, mas também para usar a língua de maneira interacional e satisfatória.

De acordo com os postulados do Funcionalismo Holandês, a gramática é uma teoria geral que se refere à organização gramatical das línguas naturais. Ainda em relação a essa questão, destacam-se dois tipos de sistemas de regras: o primeiro refere-se às regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas; já o segundo, às regras pragmáticas.

O sistema de regras é instrumental em relação às metas e aos propósitos desse sistema. Já o sistema pragmático entende que as expressões linguísticas devem ser descritas e analisadas dentro de uma visão geral. É uma teoria geral da gramática para integrar o estudo da forma, do significado e do uso do modo para que não só os traços linguísticos formais sejam incorporados a uma perspectiva teórica ampla, mas também os traços semânticos e os pragmáticos numa perspectiva teórica mais geral.

Uma gramática funcional deve apresentar uma teoria ampla da interação verbal, mostrando quais propriedades das expressões linguísticas são mais importantes, relacionando as regras e os princípios que guiam essa interação. Isso significa que essas expressões linguísticas devem ser usadas pelo usuário da língua como instrumentos para evocar o ouvinte à interpretação que deseja.

### **3.1 A Linguística Sistemico-Funcional**

A Linguística Sistemico-Funcional é estudada não só para descrever a língua em uso, mas também desenvolver trabalhos como o Programa de Alfabetização para estudantes de escolas primárias e secundárias na Austrália e o desenvolvimento de programas de treinamento de empresas, entre outros. A LSF também serve de instrumento teórico-metodológico para outras áreas, destacando-se então a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Computacional.

Em síntese, a Linguística Sistêmico-Funcional tem como foco de interesse o uso da língua como forma de interação entre os falantes, sendo de orientação social e não biológica. Trata-se de uma teoria geral que estuda o funcionamento da linguagem humana a partir de uma abordagem descritiva que tem como base o uso da língua, ou seja, a partir de uma construção teórico-descritiva coerente que fornece descrições plausíveis a respeito do como e do porquê a língua varia em função de e em relação a grupos de falantes e contextos de uso ( Cf. GOUVEIA, 2009).

Essa teoria procura entender os meandros da comunicação humana, a relação entre os indivíduos entre si e destes com a sociedade como um todo. Segundo Furtado da Cunha e Souza (2011, p.24), a preocupação da LSF consiste em “compreender e descrever a linguagem em funcionamento como um sistema de comunicação humana e não como um conjunto de regras gerais”.

Assim, essa teoria vê a língua em uso como fator fundamental de caracterização e, conseqüentemente, da sua descrição, pois, recusa-se, segundo os estudos hallidayanos, de investigar descrições meramente estruturais, propondo olhar tanto para o sistema da língua quanto para as suas funções, adotando como princípio fundamental a concepção de que o sistema gramatical da língua apresenta forte relação com as necessidades sociais e pessoais as quais a língua é usada.

Um sistema define-se como um conjunto de opções de significado inter-relacionados, servindo de entrada para outros sistemas ou subsistemas, formando, no seu contexto, uma rede de sistemas semióticos estratificados, compostos pelos níveis semântico-discursivo, léxico-gramatical e fonológico/grafológico para a realização de sentidos. Essa rede de sistema semiótico se constrói socialmente, se ativa biologicamente e se inter-relaciona através de canais físicos para a construção e a interpretação de significados em contextos sociais.

Então, entende-se que é uma teoria que se apresenta como ferramenta para estudar a língua em uma perspectiva sócio-semiótica, pois a linguagem é um sistema semiótico social, um dos sistemas de significação que compõem a cultura humana (Cf. FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011).

De todos os sistemas semióticos, a língua é a principal fonte de poder, vista enquanto escolha feita pelos falantes envolvidos na situação comunicativa para expressar os significados pretendidos, porque a língua é um participante ativo na constituição da realidade e de todos os processos humanos. Do ponto de vista

hallidayano, a língua se estrutura em torno de duas possibilidades: a cadeia (o sintagma) e a escolha (o paradigma), levando em consideração a ideia de que cada escolha produz significado. Por seu turno, Gouveia (2009, p.15):

Enquanto potencial de significado, a língua se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas, as quais correspondem a certas funções básicas da linguagem. [...] Acima dos sistemas linguísticos e dos falantes, há a linguagem, que cumpre certas funções (três funções fundamentais), uma realidade que existe para potencializar possibilidades de uso e complementar outras capacidades humanas.

Assim, a expressão linguagem como semiótica social se emprega como conceito unificador da distinção entre a língua como “sistema” e a língua como instituição social, pois, de acordo com a Língua Sistêmico-Funcional, a linguagem é um fenômeno fundamentalmente social, é uma participante ativa na constituição da realidade.

Diante desses pressupostos, compreende-se que a língua se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas as quais correspondem a certas funções da linguagem, defendendo a ideia de que acima dos sistemas linguísticos e dos falantes existem uma realidade que é a linguagem que apresenta certas funções para potencializar possibilidades de uso e assim complementarem outras capacidades humanas. Podemos destacar que, além da função comunicativa, a linguagem desempenha funções fundamentais, encarando a troca e a negociação do significado como a razão da existência da linguagem.

Uma teoria sistêmica é uma teoria de escolhas, conjunto de opções de significados inter-relacionados, servindo de base para a entrada de outros sistemas ou subsistemas, formando, então, uma rede de sistemas. Esse modelo estuda as línguas como sistemas estratificados compostos por níveis semântico-discursivos, léxico-gramatical e fonológico, conforme se evidencia na imagem 1 que segue.

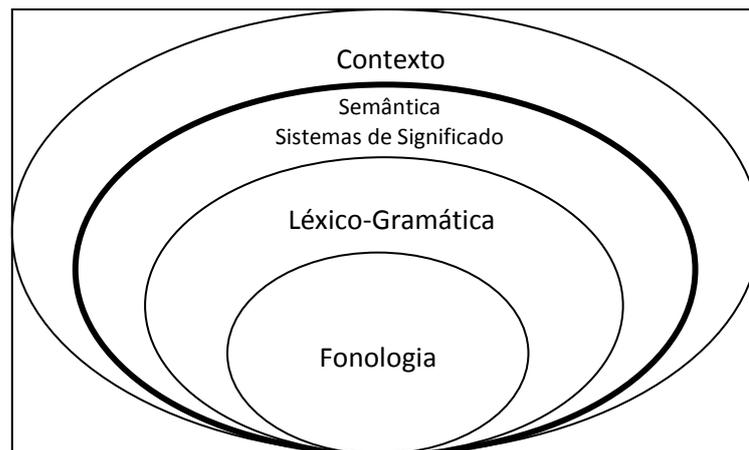


Imagem 1: Os quatro estratos do modelo SF.  
 Fonte: Adaptado de GHIO; FERNANDEZ, 2008, p.122.

Trata-se de uma teoria centrada principalmente na análise das seleções léxico-gramaticais, visando entender que esse nível é o que melhor descreve o estrato nuclear dos estudos linguísticos que é o plano semântico-discursivo. Não se pode esquecer que o produto de uma sequência de escolhas é o texto, estruturado em frases, as quais codificam o significado da interação linguística.

Partindo desse pressuposto teórico, elege-se então o texto como unidade semântica fundamental, pois se trata de um evento do discurso. Logo, o texto é a forma linguística de interação social, uma unidade de uso linguístico, que produzimos quando interagimos.

Também, de acordo com o ponto de vista da descrição gramatical, o texto é a atualização do potencial de significado da língua, pois,

[para Halliday, 1978, p.22], o texto é forma linguística de interação social. É uma progressão contínua de significados, em combinação tanto simultânea como em sucessão. Os significados são as seleções feitas pelo falante das opções que constituem o potencial de significado; o texto é a atualização desse potencial de significado, o processo de escolha semântica. (GOUVEIA, 2009, p.19)

Partindo desse ponto de vista, de um lado, há um modelo de base semântica, sendo a língua um potencial de significado, e o resultado dessa escolha é o texto, visto como instanciação do sistema. Sob essa ótica, os estudos desenvolvidos por Halliday compreendem que a língua enquanto sistema e a língua enquanto conjunto de texto, vista com duas perspectivas diferentes: a da potencialização e a da instanciação. Por outro lado, o texto é visto como espécime ou artefato. Diante

disso, o texto corresponde a uma instanciação do sistema e a unidade de análise e de descrição da LSF, procurando compreender o que o texto mostra acerca do sistema.

De fato, o texto enquanto instanciação do sistema engloba a unidade de descrição, que é a oração, a unidade principal de processamento da léxico-gramática, pois os significados são guiados na estrutura gramatical de forma integrada. Já o texto como artefato - olha-se para o texto como um objeto de direito próprio, e o interesse nele está em saber o que significa, como significa e por quê; o texto é concebido como uma unidade de análise e de descrição na LSF, enquanto modelo de análise textual.

O que diferencia a LSF de outras correntes e teorias é que se trata de uma teoria de descrição gramatical de base paradigmática. Em razão desse ponto de vista, as escolhas paradigmáticas constituem potenciais de significado, de escolha, cujo resultado final é o reconhecimento da língua como um sistema semiótico complexo com diferentes níveis ou estratos. Para caracterizar o sistema semiótico, a LSF se apropria do conceito de estratificação para dar conta dos níveis organizacionais, pois cada um deles se realiza em outro estrato, estabelecendo entre eles um elo em função de sua realização.

De maneira prática, para se efetivar e para dar conta no processo de comunicação, o falante em um contexto sociocultural opera com o estrato semântico, realizando-se, portanto, no estrato da léxico-gramática, partindo do significado para o fraseado. O nível léxico-gramatical não pode se desvincular da semântica e da fonologia. Isso significa afirmar que a relação dialética existe entre as opções realizadas nos textos e as opções que o sistema oferece como potencial de significado. Desse modo, o texto é uma janela para o sistema, porém a oração é a unidade principal de processamento da léxico-gramática.

Conhecer uma língua implica, entre outras coisas, saber como usá-la. Desse modo, a LSF analisa produtos autênticos de interação social, como é o texto. Segundo Butt (2000, p.3, *apud* FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011, p. 25) “um texto ocorre em dois contextos, um dentro do outro: o contexto de cultura e o contexto de situação”. Trata-se da realização de níveis extralinguísticos em níveis linguísticos com vistas ao atendimento de necessidades comunicativas, conforme se verifica na imagem 2.



Imagem 2: Estratos linguísticos e extralinguísticos. ( Adaptado de GOUVEIA, 2009, p.25)

Tal visão é inerentemente dialógica e interativa, porque o texto é tanto a realização de tipos de contextos quanto a demonstração do que é relevante para os membros culturais em determinadas situações. Assim, são vários os fatores contextuais que determinam os significados, pois é importante levar em consideração o texto não só como produto, mas também como processo, centrando-se em ambos os aspectos. Então, o texto é um evento da interação verbal, o qual adota como forma fundamental o diálogo entre os falantes.

Não se pode esquecer que o texto é uma instância de significado social em um contexto de situação particular, ou seja, o resultado de um processo contínuo de escolhas na rede de significados da cultura, codificados no sistema linguístico. O texto enquanto realização de potencial linguístico é o resultado de uma quantidade infinita de opções simultâneas e sucessivas de significado, uma trajetória das escolhas que realiza o usuário da língua por meio de três níveis distintos: o semântico, o léxico-gramático, o fonológico. Para Furtado da Cunha e Souza (2011, p.26), “os textos são produtos autênticos da interação social”. Na LSF, todo texto é multidimensional, realizando mais de um significado simultaneamente, conforme as Metafunções que organizam a linguagem. Portanto, o texto é, então, um processo contínuo.

Outro conceito importante que deve ser discutido é o de *Contexto*, pois todo texto e todo discurso, de acordo com a LSF, são concebidos em determinados

contextos de produção. Então, pode-se falar em dois tipos de contextos: o Contexto de Cultura, que compreende “todos os significados possíveis de fazerem sentido em uma cultura particular” (Cf. FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011), e o Contexto de Situação, que estuda as características extralinguísticas do texto, conforme se verifica na imagem 3.



Imagem 3: Texto em contexto. ( Adaptado de SOUZA, M. M., 2006, p.37)

Diante disso, percebe-se que os usuários da língua dentro do Contexto de Cultura fazem uso da linguagem em contextos específicos, classificados de acordo com a linguística funcional, de Contexto de Situação. A junção desses dois contextos resulta numa relação de semelhança e de diferença entre um texto e outro. Assim, os significados que construímos ao usar a língua estão sempre relacionados ao Contexto de Cultura e ao Contexto de Situação, apresentando uma relação sistemática entre o texto e o contexto, isto é, entre as relações linguísticas e verbais e a situação extralinguística em que se produzem. Conforme a LSF são três as variáveis que caracterizam o Contexto de Situação (ou de Registro): *Campo*, *Relação* e *Modo do discurso*. Esses aspectos podem ser vistos na imagem 4.



Imagem 4: Parâmetros do contexto de situação. (Adaptado de SOUZA, M. M., 2006, p. 38)

*Campo* refere-se ao que a interação trata, ou seja, à prática social, correspondendo ao que é dito ou escrito sobre algo; *Relação* diz respeito aos papéis desempenhados e às relações interpessoais entre os participantes da situação; e *Modo* indica como a língua é organizada para alcançar os objetivos pretendidos. É importante dizer, ainda, que fatores contextuais linguísticos e extralinguísticos ligados a esses contextos determinam os significados. Desse modo, o uso é a marca fundamental para a caracterização de uma língua, que se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas, e essas redes correspondem a três funções fundamentais: a *Ideacional*, a *Interpessoal* e a *Textual*. Sob essa perspectiva, a linguagem pode representar conteúdos relacionados à nossa experiência, estabelecer interações no âmbito social com os outros e possibilitar a organização e as informações presentes nos textos.

Segundo a LSF, a linguagem é vista **como tal**, devido às funções em que se desenvolveu na espécie humana. Tendo em vista tais considerações, Gouveia (2009, p.17) explica:

A linguagem desempenha três funções fundamentais: (1) a linguagem serve para expressarmos conteúdo, para darmos conta da nossa experiência no mundo; (2) para estabelecermos e mantermos relações sociais uns com os outros; e (3) para possibilitar o estabelecimento de relações entre partes de uma mesma instância de uso da fala, entre essas partes e a situação particular de uso da linguagem.

É importante enfatizar que cada uma das funções da linguagem acima apresentada corresponde a uma *Metafunção* específica. Esse termo, segundo o autor citado, “foi adotado para sugerir que a função é componente nuclear na totalidade da teoria”. Desse modo, classificam-se as Metafunções em três grandes grupos de significados. São eles: o Significado Experiencial, que representa as escolhas feitas no Sistema de Transitividade; o Significado Interpessoal, que corresponde às escolhas feitas nos Sistemas de Modo (papéis dos participantes da interação) e o de Modalidade, o qual se refere à posição do falante a respeito da mensagem e do interlocutor; e o significado textual, que está relacionado às decisões referentes à distribuição das informações, os quais são componentes escolhidos para serem Tema/Rema e Dado/Novo.

A Metafunção Ideacional da linguagem representa a manifestação do conhecimento do mundo exterior ou interior, tendo como variável *Campo*, subdividindo-se em dois componentes: Experiencial, que expressa a experiência

humana por meio do Sistema de Transitividade; e Lógico, que oferece recursos para formar complexos gramaticais. Segundo Furtado da Cunha e Souza (2011, p.26), a Metafunção Ideacional “representa/constrói os significados de nossa experiência através do Sistema de Transitividade”, o qual será estudado de forma mais abrangente. A Interpessoal corresponde à oração como troca que, por sua vez, faz parte da variável do Contexto de Situação, *relações* entre o falante e o usuário da língua, suas intenções e relações por meio do Sistema de Modo e de Modalidade e, por último, a Metafunção Textual diz respeito à *tessitura* do texto, ou seja, como se constrói o discurso por meio do sistema de Tema e Rema.

Na estrutura temática, é possível observar aquilo que o autor põe em destaque, encontrando-se “pistas” acerca do desenvolvimento textual, contribuindo então para determinar como ocorre a progressão da informação. É importante salientar que, embora exista uma relação semântica entre a estrutura de informação e a estrutura temática, nem sempre o Dado-Novo coincide com o Tema-Rema. O primeiro é orientado pelo ouvinte, ao passo que o segundo é orientado pelo falante. O Tema é o que o falante seleciona como o ponto de início de seu enunciado. O Rema é o que segue o Tema, que é o restante da mensagem.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a oração é a unidade da categoria mais alta da gramática. É o ponto de origem do Sistema de Transitividade, Modo e Tema. São esses sistemas que realizam simultaneamente três significados: uma *representação*, uma *troca* e uma *mensagem* e têm uma relação sistemática com a léxico-gramática da língua para produzir não só significados de acordo com as necessidades comunicativas dos falantes, mas também compreender o Contexto de Situação em que o texto é produzido.

Cada elemento da língua é visto como potencial de significado, que se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas e que correspondem a certas funções básicas da linguagem, pois os elementos linguísticos não realizam significados se estiverem isolados, sendo, para isso, necessário estar codificado em um enunciado a fim de que esses sentidos sejam alcançados por meio de escolhas feitas pelos usuários da língua em seu contexto de uso. Há, como exemplo, o uso de uma sentença transitiva do processo *fazer*, como *Recebi ordem de Vossa Excelência para me fazer vela nestas águas (MM31)*, o qual indica um sentido, e o mesmo processo em uma sentença intransitiva, como *Vossa*

*Excelência fez na junta que mandou convocar (OR9)*, trazendo informações diferentes.

Então, compreende que uma gramática funcional centra-se no uso da língua, tendo como principal preocupação as funções das estruturas gramaticais e seus significados em seus contextos de uso, expressando significados os quais estão relacionados às três funções básicas da linguagem, as quais existem para potencializarem possibilidades de uso e assim complementarem outras capacidades humanas. Logo, as funções da linguagem ou Metafunções dão lugar a componentes gramaticais aos quais conjugam redes de escolhas de caracterização semântica, para que a linguagem possa satisfazer as necessidades de uso dos falantes.

### **3.2 A Transitividade: uma abordagem teórica**

Com o intuito de ampliar os estudos sobre os fenômenos constitutivos da linguagem, observa-se que a Transitividade tem consecutivamente despertado o interesse de estudiosos. Diante disso, visando compreender os conceitos acerca da Transitividade e situar o leitor acerca dos pressupostos funcionalistas, esta seção divide-se em três partes: *a noção de Transitividade escalar de Hopper e Thompson (1980)*; *a noção de Transitividade semântica de Givón (1984)* e *a Transitividade da LSF (2004)*.

O termo *Transitividade* origina-se do latim *transitivus* e significa *que vai além, que se transmite*, denotando então a transferência de um agente para um paciente. De acordo com os estudos gramaticais, a Transitividade é um fenômeno gramatical complexo que envolve diferentes aspectos morfossintáticos e semântico-pragmáticos e suas inter-relações (Cf. FURTADO DA CUNHA ; SOUZA, 2011).

Conforme as autoras supracitadas, esse fenômeno vem sendo estudado sob o olhar de diversos pontos de vista, com ligações formalistas ou funcionalistas. Entretanto, o ponto de vista adotado nessa abordagem é funcionalista, tomando como concepção o conceito de língua como atividade social enraizada no uso cotidiano e condicionada por pressões advindas de situação de interação variadas, e a gramática como uma estrutura dinâmica e maleável, que emerge das situações cotidianas de interação. Desse modo, busca-se compreender a Transitividade em uso, e não somente em estruturas.

A Transitividade refere-se à maneira como o verbo estabelece relação com os sintagmas nominais numa mesma oração. Na vertente da gramática tradicional (GT), a transitividade diz respeito à classificação dos verbos em transitivo direto, indireto, direto e indireto e intransitivo. Os transitivos são os verbos que, para completarem a significação exigem complementos, como o exemplo *Deoz Guarde Vossa Excelencia (OR8)*, em que o objeto direto *Vossa Excelência* completa o sentido do verbo. Já os intransitivos apresentam significações completas, não exigindo complemento, como no exemplo *... as que faltão do anno de mil sete centos sessenta e cinco (OR10)*. O que distingue, segundo a GT, o verbo transitivo indireto do transitivo direto é a presença obrigatória da preposição, como em *He servida mandar remeter a Vossa Senhoria por copia o aviso de 23/de junho de 1774 (OR17)*. Também a GT registra o objeto direto preposicionado, como em *Deus guarde a Vossa Excelencia (OR 10)*.

Diante dos exemplos citados, a noção de Transitividade, de acordo com a visão dessa gramática, gera uma incompletude de sentido do verbo pelo fato de não prever participação de todos os elementos da oração, embora o conceito de Transitividade esteja mais associado ao verbo. Desse modo, percebe-se que essa incompletude de sentido do verbo torna-se mais semântica do que sintática (Cf. SOUZA, 2009) e, assim o fenômeno da Transitividade não se deve restringir simplesmente em classificar verbos transitivos e intransitivos, como se a língua fosse estruturada em sentença pronta e acabada, dando a entender a existência de duas línguas: uma que se fala e se usa na interação entre os falantes, e outra que as gramáticas do português descrevem.

Para os funcionalistas de vertente americana, Hopper e Thompson (1980), a Transitividade é o mecanismo que tem como função organizar a frase e, conseqüentemente, o texto. Ela é, portanto, de caráter organizacional, de abrangência frasal e o verbo se comporta como núcleo gerador da estrutura transitiva. Partindo desse ponto de vista, a Transitividade é compreendida como uma propriedade da oração, apresentando relações entre o verbo e seus argumentos, classificando esse fenômeno de *a gramática da oração*. De acordo com esse modelo teórico, a Transitividade apresenta um componente semântico e um componente sintático.

Uma oração transitiva pode ser representada por dois participantes, um sujeito agente e um paciente afetado pela ação do sujeito, codificado sintaticamente

como objeto direto. Esses traços prototípicos orientam a análise dos vários usos transitivos, pois, é importante destacar que o protótipo nem sempre se configura como único exemplo de uso da língua. Desse modo, segundo Furtado da Cunha e Souza (2011), tendo como pressuposto Hopper e Thompson (1980), não existe obrigatoriedade da presença em conjunto de sujeito, verbo e objeto para que um evento seja identificado como transitivo. Vale ressaltar que a transitividade é responsável por organizar toda a oração e, conseqüentemente, o texto e o discurso.

Portanto, a Transitividade é concebida como um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos, de abrangência oracional, usados a fim de “medir” o grau de transitividade. São eles:

### Quadro 2 – Escala de Transitividade de Hopper e Thompson

Parâmetros	Transitividade Alta	Transitividade Baixa
1. Participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	Não ação
3. Aspecto do verbo	Perfectivo	Não perfectivo
4. Pontualidade do verbo	Pontual	Não pontual
5. Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
6. Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
7. Modalidade da oração	Modo realis	Modo irrealis
8. Agentividade do sujeito	Agentivo	Não agentivo
9. Afetamento do objeto	Afetado	Não afetado
10. Individuação do objeto	Individuado	Não individuado

Fonte: Extraído de FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011, p.47

Tais parâmetros evidenciam que as características mais prototípicas envolvem uma transitividade mais alta e as menos prototípicas estão atreladas a uma transitividade mais baixa. Dessa forma, as sentenças com alto grau de transitividade caracterizam-se por apresentar um maior número dos traços descritos: tem dois ou mais participantes; contém um verbo de ação; o verbo é télico (indica ação concluída); a ação é pontual, intencional (voluntária), ocorre em um mundo real e é apresentada na forma afirmativa; seu sujeito é agente (humano ou animado) e seu objeto é sintagma nominal singular e definido (Cf. SOUZA, 2006). Então, percebe-se, partindo dessa análise, que toda a sentença é classificada como transitiva, e não somente o verbo.

Diante do exposto, entende-se que a Transitividade não é simplesmente analisar uma sentença, mas vinculá-la a outras propriedades da transitividade com função comunicativa, pois os falantes moldam seus enunciados de acordo com seus

objetivos comunicativos e de acordo com a percepção de necessidades dos ouvintes, sendo alguns enunciados não mais importantes do que outros. A afirmação de que os usuários moldam seus enunciados de acordo com seus objetivos comunicativos, apresentando - de certa forma - uma relação com a Transitividade da LSF, a qual está ligada à transitividade nas cartas oficiais, entendendo-a como um fenômeno léxico-gramatical que desempenha função na construção de significado desse gênero.

De fato, essas observações teóricas acerca da Transitividade são muito pertinentes, visto que confirmam a necessidade de desenvolver um estudo mais cuidadoso sobre as manifestações transitivas de modo mais amplo. Logo, é de suma importância levar em consideração não só outras perspectivas teóricas sobre a Transitividade, como também a da LSF, nosso recorte teórico para análise, que é entendida como recurso léxico-gramatical para representar uma gama de ações e atividades.

Assim, o Sistema de Transitividade é a relação estabelecida entre o verbo e os participantes, constituindo um recurso sintático-semântico, permitindo compreender a atribuição de significado dada por um indivíduo em relação ao mundo. Ele corresponde a um sistema de escolhas de Processos (sintagmas verbais), de Participantes (sintagmas nominais) e de circunstâncias (sintagmas adverbiais), os quais, em uma comparação com o que proporia a gramática tradicional, seriam verbo, substantivo e advérbio, respectivamente.

Percebe-se então que a Transitividade é a organizadora do conteúdo que se deseja expressar em uma situação de interação verbal, sendo *executada* pela Função Ideacional, uma vez que o sistema transitivo coordena a escolha dos processos verbais e de seus respectivos participantes, cabendo, assim, às metafunções auxiliarem no entendimento da relação entre *significado* e *conteúdo* em análises de sentenças de uma língua, pois, segundo a LSF, a carga de significado expressa um conteúdo.

É importante destacar que a oração é, de fato, de caráter ideacional, já que a sua estrutura e, conseqüentemente, o seu funcionamento são movidos por padrões – variáveis de acordo com os usos de cada língua – de representação das experiências humanas.

Nesse prisma, o estudo hallidayano relaciona oração, função ideacional e transitividade, concluindo que a organização transitiva é a gramática da oração, uma unidade estrutural, que visa expressar uma gama particular de significados ideacionais ou cognitivos.

Uma oração é uma unidade estrutural, por meio da qual expressamos uma gama particular de significados ideacionais, nossa experiência dos processos, os processos do mundo exterior, concretos e abstratos, e os processos de nossa própria consciência, como ver, gostar, pensar, falar e assim por diante. A transitividade é simplesmente a gramática da oração em seu aspecto ideacional (Cf. RIBEIRO, 2009, p. 44).

Para Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 68), a Transitividade é a base da organização semântica da experiência, possibilitando a identificação de atividades humanas que estão sendo expressas através da representação de ações e experiências por meio dos principais papéis, como os *Processos*, os *Participantes* e as *Circunstâncias*, visando analisar *quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias*. A imagem 5 ilustra os componentes do Sistema de Transitividade que manifestam essas ações e experiências.



Imagem 5: Padrões de experiências na oração. (SOUZA, M. M., 2006, p. 51)

Pelo Sistema de Transitividade, os Processos (verbos), divididos entre Principais e Secundários, referem-se aos elementos codificadores de ações, estados e sentimentos, tendo ou não a presença dos Participantes, representados por sintagma nominal. Conforme Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 68), as Circunstâncias são consideradas “informações adicionais” aos diversos Processos, sendo elas materializadas por meio dos sintagmas adverbiais.

Em relação aos tipos de Processo, destacam-se três como Principais: Materiais, Mentais e Relacionais; três como Secundários: Verbais, Existenciais e Comportamentais, conforme se identifica no quadro 3 .

**Quadro 3 – Processos, significados e Participantes**

PROCESSO	SIGNIFICADO	PARTICIPANTES OBRIGATÓRIOS	PARTICIPANTES OPCIONAIS
Material	Fazer, Acontecer	Ator	Meta, Extensão e Beneficiário
Mental	Sentir	Experienciador e Fenômeno	-
Relacional: Atributivo Identificador	Ser Classificar Definir	Portador e Atributo Característica e Valor	-
Verbal	Dizer	Dizente e Verbiagem	Receptor
Existencial	Existir	Existente	-
Comportamental	Comportar-se	Comportante	<i>Behaviour</i>

Fonte: Extraído de FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011, p. 76

Constata-se que as orações representam os Processos, tendo como pressuposto as atitudes humanas do *fazer*, *acontecer*, *sentir* e *ser*, organizadas no escopo semântico da língua e materializadas na gramática da oração, a qual é constituída de um sistema transitivo, explicitando a experiência do significar. Por isso, dependendo do tipo de Processo, os Participantes recebem diferentes denominações, conforme representamos na figura acima. De acordo com Halliday & Mathiessen (2004, *apud* SOUZA, 2006, p.53), os Processos Secundários estão entre os limites dos Processos Principais, preservando então alguns traços dos Processos que lhes cercam.

Esses tipos de Processo são entendidos como um espaço semiótico, cujo foco para o estudo do Sistema de Transitividade é a questão da escolha, apresentando regiões com áreas centrais que correspondem a processos prototípicos; entretanto, essas regiões são contínuas, não rígidas, confirmando então os processos como categorias indefiníveis, constituindo-os como princípio fundamental o da *indeterminação semântica*, uma vez que o mundo das experiências é bastante indeterminado, o qual se reflete no modo como a gramática constrói seu sistema de tipos de Processo. Por isso, agora, é importante compreender cada tipo de Processo e seus Participantes, destacando, no início, os *Processos Principais – Materiais, Mentais e Relacionais* e, depois, os Secundários, *Verbais, Existenciais e Comportamentais*.

Os *Processos Materiais* dizem respeito aos processos em que a entidade faz algo, os quais envolvem ações físicas e representam as orações do “fazer” e do “acontecer”. Podem ser representados por verbos como *nadar, telefonar, comprar*, entre outros. Esses processos têm como Participante<sup>11</sup> obrigatório o *Ator* responsável pela ação. É um participante que faz a ação, seja em orações transitivas, como *Caetano Ricardo da Silva* o fez em Lisboa a sete de janeiro de mil setecentos e cinquenta e dois (OR1); seja em orações intransitivas: ... em resposta da que a Vossa Excelencia (*eu*) escrevi em 6 de fevereiro de 1765 ... (OR9).

Os *Processos Materiais* apresentam Participantes como: (i) *Meta*, para quem o processo é direcionado, afetado pela ação, como nos exemplos: ... *precorremos a Costa* athe Serenhaem, Ilha de Santo Aleixo.. .(MM34); e *Recebi Ordem de Vossa Excelencia...* (MM 162); (ii) *Extensão*, aquele que não é afetado pela ação verbal, compreendido como um complemento da ação verbal; especificando-o, como se verifica nos exemplos: A administração do mesmo correio que se *acha devoluto*, e que he bastante para se agasalharem... (CG166), e ontem hum correio que devia hir em companhia de outro que se *acha prompto* para aquella cidade, e auterando eu o risco que... (CG170), e, por último,(iii) o *Beneficiário*, o participante que se beneficia da ação verbal, como no exemplo: (*Eu*) *recebi* a Carta de Vossa Senhoria com data de 15 de janeiro do presente anno... (OR16).

Vale frisar que, na LSF, *Meta*, *Extensão* e *Beneficiário*, além de outros participantes que podem ocorrer nesse tipo de processo, como *Escopo*, *Recipiente* e *Cliente*, são opcionais. Também outra consideração importante é que as orações transitivas codificam experiências do tipo *alguém faz algo a alguém* e por isso respondem à pergunta *o que x fez a y?* Isso pode acontecer na forma passiva ou ativa. Nas orações intransitivas, codificam experiências do tipo *alguém faz algo*, respondendo assim à pergunta *o que x fez?* . De acordo com Halliday e Matthiessen (2004 *apud* FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011, p. 55), os *Processos Materiais* são classificados em dois tipos principais: os *criativos*, como *aparecer, criar, compor, emergir, produzir, pintar, construir, estabelecer, abrir*, etc., e os *transformativos*, como *colorir, destruir, quebrar, cortar, dissolver, iluminar*, dentre outros.

Os *Processos Mentais* dizem respeito à apreciação humana do mundo, pois não se trata de ações, mas de reações mentais, de pensamentos, de sentimentos e

---

<sup>11</sup> Os Participantes envolvidos estão em itálico.

de percepções. São os processos do *sentir*, os quais incluem os de *percepção* (*ver, ouvir, perceber, etc.*); de *afeição* (*gostar, amar, odiar, assustar, agradar, entre outros*); e de *cognição* (*pensar, saber, compreender, perceber, imaginar etc.*). Os Participantes<sup>12</sup> obrigatórios, presentes nos Processos Mentais, são o *Experienciador*, que experimenta o sentir, sendo um participante consciente; e o *Fenômeno*, o que é percebido, compreendido, ou experienciado. Os Participantes são o *Experienciador* e o *Fenômeno*: (*eu*) faço saber a **vos Governador** e Capitam general da Capitania de Pernambuco... (OR1); porque (*eu*) sei o **grande zello** com que Vossa Excelencia promove os interesses da Real Fazenda ...(OR12). Orações, ou sentenças, que apresentam os Processos Mentais referem-se à pergunta *o que você sente, pensa ou sabe sobre X?* Isso confirma a predominância de verbo que não trata de ações, porém de reações mentais, de pensamentos, sentimentos e percepções.

Os *Processos Relacionais* indicam a ideia do *ser*. Esses estabelecem relações entre as partes da oração, atribuindo sentido. Essa relação pode denotar: Intensidade (quando uma qualidade é atribuída a uma entidade) e Possessividade (quando existe uma relação de posse). Os Processos Relacionais podem ser classificados como Atributivos ou Identificadores, apresentando uma relação entre o participante, caracterizado de *Portador*, e outro participante, denominado *Atributo*, o que qualifica o *Portador*<sup>13</sup>, conforme o exemplo: ... das quaes sera **eterno** o meo *agradecimento e a sujeição* com que a mesma obediencia executara os seus estimaveis *perceitos* (OR12). Já nos identificadores, “há a definição ou identificação de uma entidade através de outra, é o participante *Característica*, a entidade definida, e o *Valor*, o termo definidor ou identificador” (Cf. FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011).

Nas orações Identificativas, há a identificação, ou definição, de uma entidade através de uma outra. Esse tipo de oração tem um participante *Característica* - a entidade definida - e um participante *Valor* - o termo definidor ou identificador, tornando concretos os conceitos referidos:...as *correspondencias officiaes*, que são por esta Administraçam constantemente **remettidas de umas para outras**

---

<sup>12</sup> O Participante Experienciador está em negrito e o Participante Fenômeno em negrito.

<sup>13</sup> Os Participantes Portador e Característica estão em negrito e os Participantes Atributo e Valor em negrito. É importante salientar que, nessa pesquisa, trabalharemos com a diferença entre orações Atributivas e Identificativas, englobando as relações que indicam Intensidade, Circunstância e Possessividade.

**Authorities in various points** aonde senão acha estabelecido regularmente Agencias de Correio, o que agora o faço designando Vossa Excelencia de assim o determinar(CG178).

Diante do exposto sobre os três Processos Principais: Material, Mental e Relacional, cumpre agora apresentar os outros Processos: Verbal, Comportamental e Existencial. Para a LSF, esses três processos apresentam relações com os Processos Principais.

Os *Processos Verbais* representam os processos do *dizer*, do *comunicar* e do *apontar*. Porém esse “*dizer*”, entendido em uma visão ampla, representa diversas significações no campo da troca verbal. Segundo Furtado da Cunha e Souza (2011), esse tipo de Processo encontra-se entre os Relacionais e os Mentais e mostram relações simbólicas produzidas na mente e representadas pela linguagem. Os Participantes envolvidos são: o *Dizente*, participante inerente que diz, comunica, aponta algo; o *Receptor*, participante opcional para quem o Processo Verbal se dirige; a *Verbiagem*, participante que codifica o que é dito ou comunicado e o *Alvo*, a entidade que é o alvo do que é dito. São exemplos dos *Processos Verbais* como *dizer, declarar, perguntar, ordenar, oferecer, demandar, contar, relatar*, entre outros. São realizados em exemplos<sup>14</sup> como ...*Vossa Excelencia* determine o que devo executar a este respeito. (CG170) e ...em consequencia, pois (*eu*) pesso à *Vossa Excelência* digne-se di dar suas providencias... (CG179)

Os *Processos Comportamentais* estão situados entre os Processos Materiais e Mentais, são responsáveis por codificar comportamentos, sejam eles psicológicos, como *ouvir* e *assistir*; fisiológicos, como *respirar, dormir*, e atividades verbais, como *conversar* e *fofocar*. São, em parte, *ação*; em parte, *sentir*. Apresentam obrigatoriamente um participante consciente, o *Comportante*; e o *Fenômeno*; não obrigatório, responsável por estender o processo. Assim, a LSF sugere que há Processos Comportamentais como *olhar, assistir, encarar, preocupar-se*, etc., que estão mais próximos de ações mentais, e outros que estão mais próximos de ações materiais, como *dançar, respirar, deitar*, etc. A exemplo dos Processos Mentais, os Comportamentais exigem que pelo menos um de seus participantes seja uma figura animada ou personificada.

---

<sup>14</sup> Os Participantes envolvidos estão em itálico.

Por último, os *Processos Existenciais* dizem respeito a algo que existe e acontece. Segundo Halliday (1985 *apud* RIBEIRO, 2009, p.53), as orações desse tipo de processo são construídas, prototipicamente, com o verbo *ser* ou com outros verbos que exprimem a ideia de existência (*existir, surgir*), acompanhados de grupo denominado de *Existente*, que se configura como o único participante de um processo existencial. O Existente pode representar uma pessoa, um objeto, uma instituição ou uma abstração e também uma ação ou evento.

Segundo Furtado da Cunha e Souza (2011, p. 75), em português, os Processos Existenciais prototípicos são *haver, existir e ter*. Essa situação é evidenciada nos trechos: Quanto posso a firmar a Vossa Excelencia he que por esta parte da Costa não há *embarcação alguma de suspeita*(MM34) e Constando nesta Secretaria de Estado, que de Pernambuco há *mais occasioens de correspondências com a Costa de Guinne*, Ordena O Principe Regente Nosso Senhor... (MM19)<sup>15</sup>.

Além dos Processos e dos Participantes, outro componente importante do Sistema de Transitividade são as *Circunstâncias*<sup>16</sup>, porque adicionam significados à oração pela descrição do contexto no qual o processo se realiza. Conforme Furtado da Cunha e Souza (2011, p.76), as funções circunstanciais parecem menos fundamentais para o processo do que as funções de participação. Esse fato diz respeito à incapacidade de as *circunstâncias* desempenharem a função de sujeito.

As *Circunstâncias* são usualmente realizadas léxico-gramaticalmente por advérbios ou sintagmas adverbiais e podem ocorrer livremente em todos os tipos de processos. Entretanto, dependendo do contexto de uso, um tipo de circunstância pode revelar outro sentido, além de sua significação básica. Em termos de significado, os principais tipos de elementos circunstanciais são de Extensão e Localização; Modo; Causa; Acompanhamento; Assunto e Papel.

Como temos visto, o Sistema de Transitividade apresenta a oração como representação de experiências, levando em conta três aspectos importantes: (1) a seleção dos Processos; (2) a seleção dos Participantes e (3) a seleção das Circunstâncias. A Transitividade é um fenômeno de cunho ideacional, realizado pelo construto semântico básico de representação dos processos, que são codificados no texto, visando então à construção de seu significado global.

---

<sup>15</sup> O Existente encontra-se sublinhado nas orações.

<sup>16</sup> Apesar da sua importância, elas não constituem o foco deste trabalho.

Assim, investigar o Sistema de Transitividade em um gênero textual possibilita elucidar como os sentidos foram construídos, para que se possa descrever o que está sendo dito sobre determinado assunto e como as mudanças do significado estão sendo efetuadas. Daí o interesse em investigar o Sistema de Transitividade nas cartas oficiais dos séculos XVIII e XIX, visando compreender como esse fenômeno linguístico se comporta nesses textos a fim de construir significados.

Até o momento, dois percursos teóricos foram realizados: o primeiro diz respeito à contextualização do *corpus*; já o segundo apresenta sínteses importantes sobre as correntes funcionalistas, a LSF e o Sistema de Transitividade. Depois dessas etapas de cunho teórico, cumpre expor os procedimentos analíticos adotados nessa pesquisa para, enfim, passar a descrever sobre o papel dos Processos e dos Participantes com vistas a evidenciar como foi feita a construção dos significados nas cartas oficiais selecionadas para análise.

### CAPÍTULO III

#### 4 A TRANSITIVIDADE VERBAL: OS PROCESSOS E OS PARTICIPANTES EM QUESTÃO

*“A linguagem é como é, por causa das funções em que se desenvolveu na espécie humana.”*

(Gouveia, 2009)

Este capítulo visa descrever que papéis desempenham os tipos de Processos e de Participantes do Sistema de Transitividade, categoria léxico-gramatical, relacionada à Metafunção Ideacional da Linguística Sistêmico-Funcional. Este capítulo da dissertação tem como propósito entender a maneira como os Processos e os Participantes representam experiência humana e como esses componentes se configuram na construção de significado.

Delimitado e selecionado o *corpus*, o percurso inicial foi selecionar os Processos, por meio de uma leitura minuciosa dos textos, identificando os verbos predominantes nas cartas oficiais. Depois, adotou-se como critério selecionar os Processos a partir de seis ocorrências, constituindo assim o conjunto de orações a ser analisado. Esse critério, depois de quatro refinamentos, rendeu uma listagem de 189 orações. Para chegar a esse quantitativo de Processos, a contagem foi feita manualmente, analisando minuciosamente, cada ocorrência nos documentos. Para chegar a esse quantitativo, também foram excluídas das análises as sentenças com verbo que modaliza como *dever* que apresentaram um índice bastante relevante, mas excluídas da análise.

Optou-se também selecionar as orações simples, constituídas de um verbo principal; as perífrases, considerando apenas o verbo principal; e, por último, a oração projetada, visando identificar os Participantes diretamente envolvidos com os tipos de Processo, elementos centrais do Sistema de Transitividade. As orações selecionadas são formadas por Processos Materiais, Relacionais, Verbais e Mentais. Não foram encontrados nas análises os Processos Comportamentais e Existenciais.

É válido salientar que os textos selecionados visam compor a análise qualitativa e, a partir de encontrados os Processos nas cartas oficiais, foram distribuídos em uma visão quantitativa. Para tanto, foi selecionado um total de 39

textos representativos quanto às características e funcionalidade do gênero para realizar as análises e que, por meio dos Processos e dos Participantes envolvidos, compreender-se-á quem e o que o texto está representando para construir significados veiculados nas cartas oficiais.

Nesta pesquisa, tem-se como elemento norteador a Metafunção Experiencial, a qual representa ou constrói os significados de nossa experiência, pois trata da oração como *representação* para expressar significados, os quais envolvem escolhas gramaticais, modeladas dentro de um *quadro experiencial do fazer, do sentir, do dizer, do ser ou do ter*, constituído por Processos e Participantes, ou seja, do Sistema de Transitividade, conforme estabelecido por Halliday (2004) e seus seguidores. Para confirmar as noções semânticas atribuídas em uso aos Processos selecionados também se adotou Borba (1991) para ratificar a classificação feita.

#### 4.1 A composição do *corpus* e aspectos metodológicos

Como já dito anteriormente, o *corpus* utilizado para esta pesquisa é formado por 39 cartas oficiais de caráter administrativo, as quais foram escritas aproximadamente entre os séculos XVIII e XIX. Os documentos foram selecionados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE. A escolha dos séculos XVIII e XIX é que eles foram importantes para definir as mudanças que estavam ocorrendo na escrita do Português Brasileiro em relação à escrita do Português Europeu, cujo processo de transplante começou no século XVI, continuando pelas centúrias seguintes. O Arquivo Histórico compreende um diversificado conjunto de textos de vários períodos da História do Brasil. Os manuscritos foram catalogados em um recorte temporal determinado, conforme se evidencia no quadro a seguir.

**Tabela 2: Quantitativo das cartas oficiais**

<b>Cartas Oficiais</b>	<b>Cronologia</b>	<b>Total</b>
Ordem Régia	1752 - 1762	05
	1765 - 1768	03
	1771 - 1775	04
	1782 - 1801	06
Ministério da Marinha	1804 - 1810	05
	1817 - 1819	05
Correio Geral	1825 - 1830	03
	1831 - 1835	03

	1836 - 1840	05
Total Geral		39

Os documentos selecionados estão distribuídos em três grupos: Ordem Régia, Ministério da Marinha e Correio Geral. Esses documentos apresentam uma aproximação cronológica, conforme se pode constatar no quadro 4. Também foi feito um levantamento preliminar dos documentos, com consultas que visavam verificar se os textos analisados apresentavam a estrutura de uma carta e se os que correspondessem a tal gênero apresentavam facilidade de compreensão para fazer a transcrição de forma coerente.

É válido salientar que, quando se trata de estudar manuscritos, fatores merecem ser levados em consideração, como o estado de conservação desses documentos e as marcas temporais que estes abrangem, sendo, por isso, necessário delimitar a época de maior interesse para investigar, dependendo do fenômeno recortado.

Para se compreender o sentido dessas cartas oficiais, é importante retomar ao contexto em que foram produzidas, objetivando entender as relações sociais estabelecidas entre os usuários e o produto, que, neste caso, é o próprio texto. Conforme já se discutiu no Capítulo II, na contextualização do *corpus*, os documentos selecionados eram dirigidos a várias autoridades, como as cartas emitidas com autorização do rei, de autoridades que ocupavam cargos no Ministério da Marinha e no Correio Geral.

As cartas oficiais são, de fato, documentos históricos, produzidos no Brasil colonial. Ao analisá-las, o intuito é compreender pelo Sistema de Transitividade da LSF, como a língua era usada para a elaboração da mensagem que se designa trocar, por se tratar de documentos datados e localizados em um recorte histórico, representativo de um momento da língua portuguesa em uso na burocracia oficial.

Uma observação importante acerca dos produtores de texto é que eles eram do sexo masculino, oriundos das diversas classes sociais e ligados à administração das capitanias e das vilas, apresentando, com isso, grau de instrução variado. Nos textos selecionados, alguns apresentam fácil identificação, outros não. Mas, por se tratar de correspondências oficiais, provavelmente foram escritos por um escriba que transcreve o discurso da autoridade que solicitou o documento para ordenar, solicitar, dentre outras solicitações. Entretanto, isso não impede que as

características textuais desses produtores não estejam presentes nos textos, dependendo então da habilidade deste com a escrita.

Além desses fatores, o que chama bastante atenção nesses documentos é a influência com os modelos já existentes. Um aspecto que se salienta nas cartas régias, em relação aos outros documentos que estão sendo analisados, é o maior grau de formalidade, se comparadas com os textos do Ministério da Marinha e do Correio Geral, confirmando com isso o uso da linguagem que representa o poder de quem estava emitindo a carta, qual seja a autoridade do rei. Isso evidencia que as relações sociais são marcadas por papéis sociais e conveniências, refletindo assim na padronização dos textos.

Diante do exposto, percebe-se que vários fatores interferem no contexto de produção desses documentos. Entre eles, a faixa etária, o sexo, o grau de escolaridade, além do diferente peso social da palavra escrita, uma vez que o número de analfabeto era muito alto, ressaltando o fato de que o texto poderia ter sido redigido por um “escrevedor oficial”, assinado por uma autoridade, ambos ligados diretamente à administração pública, sendo, muitas vezes, textos *apógrafos*, porém com a função de *autógrafos*.

Os textos em estudo são dirigidos a autoridades públicas, com propósitos comunicativos distintos. Daí o interesse em investigar como esses propósitos eram construídos, pois a linguagem possibilita aos seres humanos representar uma imagem da realidade que os rodeia e de sua própria realidade interior. Ela funciona não só para construir um mundo do “senso comum”, como conhecer, reconhecer, estabelecer afinidades grupais e identidades, mas também servir de ferramenta para criar e recriar, para discutir, questionar a realidade que nos cerca e propor interações sociais como pedir, mandar, fazer, ordenar e remeter, visando influenciar o comportamento do receptor ou do destinatário do texto.

Pode-se, então, afirmar que os propósitos presentes nas cartas oficiais apresentam, entre elas, uma semelhança, predominando em algumas as ordens; em outras, os mandados, evidenciando que essas cartas oficiais são compreendidas como práticas sociais que refletem nos contextos sócio-histórico e cultural nos quais foram produzidos.

Levando em consideração o contexto nas quais as cartas foram produzidas, elas significam não apenas um dizer, mas também realizam ações ligadas às autoridades: solicitar, remeter, mandar, ordenar, fazer, entre outras. Assim, na linha

funcionalista da LSF, dois contextos são essenciais: o Contexto de Cultura e o de Situação. O primeiro diz respeito a todo sistema semântico da língua; o segundo é uma representação, de maneira abstrata, que corresponde a fatores extralinguísticos os quais têm importância no texto.

Então, o texto e o contexto são considerados aspectos do mesmo processo. O texto, um potencial de significados culturais, é atualizado por meio de estruturas linguísticas - palavras e orações - sendo constituído essencialmente de uma unidade semântica. Dessa maneira, percebe-se que o Contexto de Cultura e o de Situação constituem o entorno verbal de um texto, o qual é produzido a partir de um contexto, estando em uma perspectiva importante que ajuda a compreender como as pessoas trocam significados e interagem entre si, conforme a imagem 6:

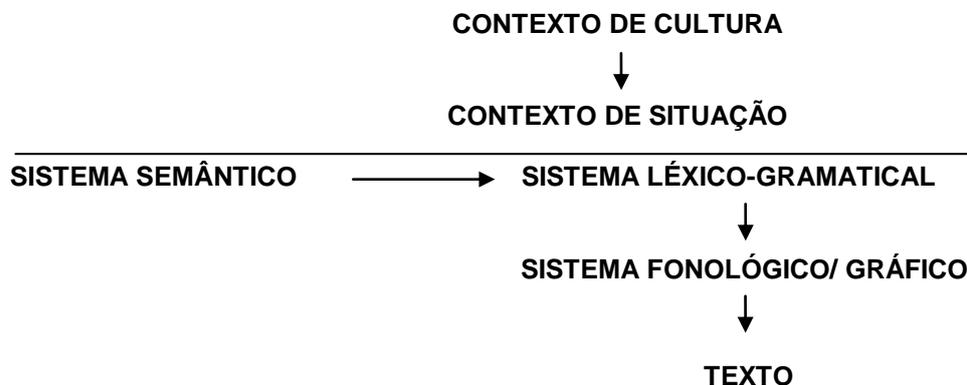


Imagem 6: Contexto de Cultura e Contexto de Situação  
 Fonte: GHIO; FERNANDES, 2008, p. 37/ Adaptação

Portanto, o texto, como os por nós analisados, é um processo contínuo, constituído de uma relação tanto paradigmática quanto sintagmática, ou seja, o texto é uma troca social de significados, um evento interativo. E para se compreender melhor o contexto de produção dos textos em estudo, tem-se como referência um documento do *corpus*.

*Sua Magestade he servido que Vossa Senhoria na primeira ocasião que houver de embarca cão para este Reino, procure remetter para as Quintas de Belem do mesmo Senhor, alguns viveiros de passaros dos mais esquesitos que se acharem nessa capitania vindo com separações nos mesmos viveiros, e com largueza nelles; fazendo recomendar as pessoas a quem se entregarem o cuidado, e bom trato que deve dar lhes para que cheguem vivos: os quaes me virão a entregar. Deoz Guarde a Vossa Senhoria Nossa Senhora da Ajuda a 11 de novembro de 1761. (OR6)*

Percebe-se no documento o uso de uma linguagem formal. O autor se identifica no texto como “Sua Magestade” e, revestindo-se do discurso da autoridade, solicita algo ou alguma coisa para o receptor que, provavelmente, é outra autoridade. Existem palavras no documento, como *he servido, Vossa Senhoria, este Reino, do mesmo Senhor*, que dão conta da formalidade e do ambiente discursivo desse escrito.

O texto escrito tem a estrutura de uma carta oficial, pois apresenta uma organização sistemática que é a saudação inicial, o motivo que justifica a carta, a saudação final, o local, a data, o nome e o cargo ocupado pela autoridade. Isso evidencia que a organização do texto dá conta da realização da atividade social: enviar para a *Quintas de Belem alguns viveiros de passaros dos mais esquisitos que se encontrarem na Capitania, que sejam separados em viveiros, com muito cuidado, para que cheguem vivos (OR6)*. Observa-se então que o texto e o contexto estão imbricados, pois o primeiro é caracterizado através do segundo. Daí a necessidade de compreender o contexto no qual os textos foram produzidos, para que se possa entender que escolhas linguísticas foram usadas pelos autores dessas cartas para construir representações tanto do mundo exterior quanto do mundo interior. São atos ligados a agir, dizer, sentir, ser e ter, materializados na Transitividade por meio dos Processos e dos Participantes.

#### **4.2 A distribuição das ocorrências**

Conforme já citado no Capítulo II, Os Processos Material, Mental e Relacional são os tipos principais. Já o Verbal, o Existencial e o Comportamental estão nas fronteiras, entre os tipos principais e, embora tenham algumas características comuns, apresentam suas especificidades sintáticas e semânticas. Assim, analisar o Sistema de Transitividade contribui para identificar as ações e as atividades humanas expressas no discurso, permitindo analisar *quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias*, lembrando que as análises serão apenas com os Processos e os Participantes.

Primeiro apresenta-se um levantamento quantitativo dos tipos de Processos encontrados nas cartas oficiais, correspondendo a um total de 189 Processos. Antes, é importante frisar que não foi encontrado nas análises, em virtude do critério

de ocorrências, os Processos Comportamental e Existencial. O primeiro é responsável pela construção de comportamentos humanos, como *ouvir*, *assistir*, *conversar*, *fofocar*, entre outros; o segundo representa algo que existe ou acontece (Cf. FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011).

Desse quantitativo, obteve-se, por ocorrências, a seguinte classificação, conforme os dados seguintes:

- Os Processos Materiais equivalendo a, aproximadamente, 41,79%;
- Os Processos Relacionais equivalendo a, aproximadamente, 36,50%;
- Os Processos Verbais equivalendo a, aproximadamente, 18,54%;
- Os Processos Mentais equivalendo a, aproximadamente, 0,31%.

Visualiza-se, então, a predominância dos Processos Materiais, ocupando a primeira posição; os Processos Relacionais, na segunda; os Processos Verbais, na terceira; finalizando com os Processos Mentais como os de menor recorrência. De acordo com a natureza dos textos e os propósitos comunicativos, esperava-se a predominância dos Processos Materiais pelo fato de envolverem ações do “fazer” e do “acontecer”. Essa constatação é identificada pela predominância dos verbos dar, fazer, remeter, ou seja, verbos que denotam ações. Esses resultados servirão para analisar o papel dos Processos e dos Participantes envolvidos na construção de significados nas cartas oficiais.

De acordo com o número de ocorrências encontradas no *corpus* e a variação no uso dos Processos e do papel que desempenham na construção de significado, é fundamental apresentar quantitativamente os Processos Materiais encontrados nos dados: *dar*, *fazer*, *ir*, *passar*, *remeter* e *vir*, os quais constituem ações de mudanças externas, físicas e perceptíveis (Cf. FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011). A lista de Processos e respectivas ocorrências estão na tabela 3, a seguir:

**Tabela 3 – Processos Materiais por número de ocorrências**

<b>Processos</b>	<b>Ocorrências</b>
dar	20
fazer	20
ir	07
passar	07
remeter	13
vir	06
Total	79

A tabela 3 mostra que o Processo *passar* tem apenas 07 ocorrências. Destacam-se também os processos *dar* e *fazer*, não só pelo número de ocorrências, mas também, porque juntos contabilizam 40 orações e estão presentes nos três tipos de cartas analisadas. Verifica-se que o número de Processos Materiais corresponde a um total de 79 ocorrências. Já, no quadro 4, constata-se os Processos Materiais encontrados nas cartas oficiais da Ordem Régia, do Ministério da Marinha e do Correio Geral.

#### Quadro 4 – Processos Materiais distribuídos por cartas oficiais

Processos	Ordem Régia	Ministério da Marinha	Correio Geral
achar <sup>17</sup>	x	x	x
dar	x	x	x
fazer	x	x	x
ir	x	x	x
passar	x		
remeter	x	x	x
vir	x	x	x

Conforme distribuição no quadro acima, os Processos *achar*, *dar*, *fazer*, *ir*, *remeter* e *vir* estão presentes em todas as cartas oficiais. Já o Processo *passar* está presente apenas nas cartas régias.

Os Processos Relacionais têm a função de estabelecer uma relação entre duas entidades diferentes, constituindo, assim, uma oração relacional. Essa relação pode expressar intensidade, circunstância e possibilidade. Os Processos Relacionais ocupam o segundo na descrição dos dados. Esse resultado é justificável pelo fato de ele estabelecer relações de Possessividade ou Atributivas, de Identidade, entre outras. São eles: *achar*, *ser* e *ter*, que estão distribuídos por número de ocorrências na tabela, a seguir:

<sup>17</sup>A propriedade da polissemia, inerente às palavras nas línguas naturais, produz ocorrências desse verbo nos Processos Relacionais.

**Tabela 4 – Processos Relacionais por número de ocorrência**

Processos	Ocorrências
achar	06
ser	52
ter	11
Total	69

Os processos *ser* e *ter* estão presentes em todas as cartas analisadas. O que se verifica no quadro é que o processo *ser* aparece com maior número de ocorrências, sendo bastante prototípico nessa classificação. No quadro 5, verifica-se a distribuição de processos encontrados nos documentos.

**Quadro 5 – Processos Relacionais distribuídos por cartas oficiais**

Processos	Ordem Régia	Ministério da Marinha	Correio Geral
achar		x	x
ser	x	x	x
ter	x	x	x

Observa-se que o Processo *achar* encontra-se nas cartas régias do Ministério da Marinha e do Correio Geral. Já os Processos *ser* e *ter* estão presentes em todas as cartas oficiais.

Os Processos Verbais representam verbos que expressam o *dizer* e estão na fronteira entre os Processos Mentais e os Relacionais. Quanto ao número de ocorrências, ocupam o terceiro lugar. São eles: *determinar*, *mandar*, *pedir* e *ordenar*, conforme demonstra a tabela 5 .

**Tabela 5 – Processos Verbais por número de ocorrências**

Processos	Ocorrências
determinar	06
mandar	11
pedir	07
ordenar	11
Total	35

Os Processos Verbais encontrados correspondem a um total de 35 ocorrências. Os que apresentam maior número de incidência são *mandar* e *ordenar* que, juntos, totalizam 22 ocorrências. Também se constata que os Processos

*determinar*, *pedir* e *ordenar* estão presentes nos três tipos de cartas oficiais analisadas. Já o Processo *mandar* encontra-se nas cartas oficiais da Ordem Régia e Ministério da Marinha, conforme se verifica no quadro 6.

**Quadro 6 – Processos Verbais distribuídos por cartas oficiais**

<b>Processos</b>	<b>Ordem Régia</b>	<b>Ministério da Marinha</b>	<b>Correio Geral</b>
determinar	X	X	X
mandar	X	X	
ordenar	X	X	X
pedir	X	X	X

Por último, os Processos Mentais são os processos do *sentir*, incluindo processos de *percepção*, de *afeição* e de *cognição*. Os Processos Mentais ocupam o último lugar em número de ocorrências e é representado pelo verbo *ver* com apenas 06 ocorrências. A predominância em menor escala do Processo Mental pode ser justificada não só pelo critério adotado para análise, mas também pelo fato de esse Processo não tratar de ações do “fazer” e do “acontecer”, pois os textos analisados denotam um “fazer” entre os participantes envolvidos. É válido destacar que esse Processo foi encontrado em todas as cartas oficiais analisadas.

De acordo com os propósitos comunicativos dos documentos da Ordem Régia, do Ministério da Marinha e do Correio Geral, é importante salientar que eles desempenham propósitos sociais distintos e, em consequência disso, as autoridades que ocupam cargos na administração pública estabelecem relações assimétricas, uma vez que elas desempenham posições sociais diferentes. Consoante a essas posições sociais particulares dessas autoridades, realizam-se escolhas léxico-gramaticais próprias a cada um dos remetentes do texto, mesmo quando se quer emitir uma ordem, fazer uma solicitação, comunicar um fato, entre outras.

Feita esta demonstração panorâmica geral dos Processos encontrados nas cartas oficiais, passa-se agora fazer à descrição dessas ocorrências, levando em consideração os Participantes a eles associados decorrentes das escolhas léxico-gramaticais. A descrição dos dados ocorrerá por tipos de cartas, sendo a primeira da Ordem Régia; a segunda do Ministério da Marinha e, por último, do Correio Geral. Também é importante salientar que será apresentada a descrição dos Processos que obtiveram maior número de ocorrências. São eles:

### 4.3 Descrição dos Processos e dos Participantes encontrados nas cartas régias<sup>18</sup>

É importante ressaltar que as cartas régias eram documentos expedidos pelo rei e autorizados com a sua assinatura. Um quantitativo bastante significativo de Processos Materiais foi encontrado nos dados régios, que têm como características descrever experiências de mundo.

Os Processos Materiais que tiveram maior incidência são *dar*, *fazer* e *remeter*, seguidos dos Processos Relacionais, Verbais e Mentais.

#### 4.3.1 Processos Materiais

Representando ações concretas, sejam elas criativas ou transformativas, os Processos Materiais têm como significação básica *alguém ou algo faz alguma coisa*. Como já explicitado, dois são os seus participantes principais: Ator e Meta.

O primeiro é quem realiza a ação, sua presença é obrigatória, mesmo que ele não seja citado na proposição. O segundo participante é a quem o processo é direcionado, sendo efetivamente modificado pela ação, conforme se verifica nas sentenças intransitiva “...*alguns viveiros de passaros dos mais esquesitos que se acharem nessa capitania ...*”(OR6), codificando experiências do tipo *alguém faz algo*, e transitiva “o *Capitam* Mor do Ceara *que dara a razão* da duvida que temos.” (OR4), codificando experiências do tipo *alguém faz algo a alguém*. Na oração intransitiva, percebe-se que a ação vai do participante para o processo, representando um *evento*. Já na transitiva, têm-se então dois participantes inerentes: o Ator e a Meta, concretizando um *fazer*. Passemos aos exemplos com respectivas análises.

#### **Dar**

Exemplo 1: Dom Joze por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d’*aquem /d’alem* mar, em Africa e Senhor de Guine &c faço saber a vos Governador e *Capitam General /da Capitania* de Pernambuco que o Capitão mor da Ordenança da Villa dos Aquiras / me **deo** contas em carta de dezoito de fevereiro do presente anno que o *Capitam* mor do Ceara *lhe / impedia a jurisdição* que *lhe he dada* pelo Alvara de dezoito de outubro de mil,settecentos,e nove

<sup>18</sup> Os exemplos serão enumerados de forma contínua por tipo de Processos e de acordo com o número de ocorrências por tipo de cartas.

para fazer a nomeação de Ajudante das Ordenanças de pé no seu destritto, (OR4)

Exemplo 2: E he o mesmo *Senhor* servido, que necessitando elle para esta deligencia / do auxillio de Vossa Senhoria lhe **dê** todo o de que necessitar, e *porque* os officiais dita / Meza representarão ao mesmo Senhor que nessa Capitania senão guardavão / inteiramente os privilegios, (OR5)

Exemplo 3: *Sua Magestade* he servido que/ *Vossa Senhoria* na primeira ocasião que houver de embarca/ ção para este Reino procure remetter para as Quintas /de Belem do mesmo Senhor, alguns viveiros de / passaros dos mais esquesitos que se acharem nessa ca-/ pitania vindo com separações nos mesmos viveiros,/ e com largueza nelles; fazendo recomendar as pessoas /,a quem se entregarem o cuidado, e bom trato que **deve dar** lhes para que cheguem vivos: (OR6)

Exemplo 4: Sua Magestade manda remetter a /*Vossa Senhoria* as relaçoens incluzas dos generos, que vão por esta fra / gata Nossa Senhora da Nazareth, para se **dar** fardeta aos / dous Regimentos de Infantaria, e Companhia da Artilharia / dessa capitania, os quais *Vossa Senhoria* mandará descarregar, e distribuir segundo as Ordens do mesmo Senhor. (OR13)

Exemplo 5: *Vossa Senhoria* me dirigio, da data de 5 de março deste anno, **dando** / parte, assim da cauza porque não mandou render o Destacamento da Ilha de Fernando... (OR14)

Os exemplos de 1 a 5 dizem respeito ao processo *dar*, com um número de ocorrência bastante significativo nas correspondências emitidas pelas ordens régias. Na sentença 1, observa-se a presença de três Participantes. São eles: (i) o Participante, *Ator*, o *Capitão Mor da Ordenança da Villa de Aquiras*; (ii) o Participante, *Beneficiário*, representado pelo pronome oblíquo de primeira pessoa *me*, que é o próprio locutor da carta, e (iii) o Participante, *Meta*, *contas*, denotando ao Participante, *Beneficiário*, a total ciência da decisão tomada pelo Participante, *Ator*.

Na 2, em tom de ordem, o Participante, *Ator*, *Sua Magestade* é representado pelo pronome de tratamento. Assim, o Processo *dar* é usado para se dirigir ao Participante, *Beneficiário*, o pronome oblíquo *lhe*, remetendo ao pronome de tratamento *Vossa Senhoria*, a quem a carta se destina, que tem um Participante, *Meta*, representado pelo oblíquo. Em 3, o referente é a solicitação da autoridade que envie pássaros para as Quintas de Belém com muito cuidado, usando o Processo *dar* modalizado por *dever*, que pede, ao mesmo tempo, que cheguem vivos. O

Participante, *Ator*, a elipse do pronome de tratamento Vossa Senhoria, o Participante, *Beneficiário*, é *lhes*, recuperado pelo contexto de uso e remetendo a *pássaros*.

Já em 4, retomando o contexto da carta, tem-se como Participantes: *Ator, Sua Magestade*; mais os Participantes, *Meta, fardeta*; e o, *Beneficiário, dous Regimentos de Infantaria e Companhia da Artilharia*, os quais vêm acompanhados da Circunstância de Localização, *dessa Capitania*. No exemplo 5, o emissor da carta usa o gerúndio, *dando*, para esboçar uma atividade contínua do Participante, *Ator, Vossa Senhoria*, para tomar a decisão cabível sobre as providências solicitadas e que ainda não foram cumpridas.

Em relação ao papel significativo do processo *dar*, observa-se que os significados podem ser diferentes, dependendo das escolhas que são feitas e do papel que desempenha. Nas amostras, o Processo *dar* configura-se, pelo contexto de uso, como *destinar, enviar, comunicar* (Cf. BORBA, 1991).

#### **Fazer**

Exemplo 6: Me pareceo mandar vos remeter a copia incluza / da informação do Vedor *geral* assignado pello Secretario do meu Conselho Ultramarino para que man / deis praticar na vedoria dessa Praca o que informa o ditto Vedor *Geral* desta corte El Rey Nosso Senhor o mandou pellos Conselleiros do seu Conselho Ultramarino abaixo-assignados, e se passou/por duas vias. Caetano Ricardo da Silva o **fes** em Lisboa a sete de janeiro de mil sete/centos e cinquenta e dois. (OR1)

Exemplo 7: que o *Capitam* mor do Ceara lhe impedia a jurisdição que lhe he dada pelo Alvara de dezoito de outubro de mil, settecentos, e nove para **fazer** a nomeação de Ajudante das Ordenanças de pé no seu destritto,... (OR4)

Exemplo 8: Sua Magestade mandou pôr prompta a charrua, que conduz esta Carta, para **fazer** / viagem desse Porto, e transportar todo o Pao Brasil, que nella se poder carregar. (OR11)

Exemplo 9: requerimento que lhe **fes** Manoel de Araujo Cavalcanti /que serve de Procurador da Coroa e Fazenda, e de Deputado/da Junta da Administração e Arrecadação da mesma / Fazenda na Capitania de Pernambuco,... (OR17)

Exemplo 10: se acha pela falta de assistência da terça que seu pay lhe dei-/xou por sua morte, a qual não tem pago de annos a esta parte/ seu irmão ,como devia, e era obrigado. He a mesma *senhora/servida*, que chamando *Vossa Senhoria* a sua presença lhe insinue a obri-/gação que tem de alimentar a dita sua irmã; e quando

este/o **duvide fazer**, nomeie *Vossa Senhoria* hum dos Ministros dessa Capitania (OR18)

Segundo Borba (1991), o Processo *fazer* significa executar, realizar, com o objetivo de influenciar o comportamento do receptor das cartas oficiais analisadas. Na oração 6, o locutor da carta ordena a uma autoridade que informe o tempo de serviço prestado pelo soldado em caso de falecimento. Assim, a sentença tem como Participante, *Ator*, *Caetano Ricardo da Silva* e como Participante, *Meta*, o pronome oblíquo *o*, que remete ao sintagma nominal *abaixo-assinado*.

Em 7, o locutor da carta informa *ao Governador da Capitania de Pernambuco*, esboçando a insatisfação tomada pela autoridade. Para tal, faz-se uso do Processo *fazer* no infinitivo, que tem como Participante, *Ator*, *o Capitão Mor do Ceará*, e como Participante, *Meta*, *nomeação*, selecionado pelo Processo Material. Na oração 8, os Participantes são determinados pelos papéis que desempenham no contexto de uso. Então se pode dizer que o Participante, *Ator*, *charrua*, é o agente da ação do Processo *fazer*, tendo como Participante, *Meta*, *viagem*.

Na oração 9, verifica-se o Participante, *Ator*, *Manoel de Araujo Cavalcanti, Procurador da Coroa e Fazenda* e o Participante, *Meta*, o pronome oblíquo *lhe*, denotando ao Processo *fazer solicitar algo a alguém*. Já no exemplo 10, observa-se que o Participante, *Ator*, é o pronome demonstrativo *este*, que, no contexto, remete ao sintagma nominal *irmão*, o qual se nega a dar assistência à irmã, identificada no início do documento como Josefa Ignacia Xavier. O Participante, *Meta*, o pronome oblíquo *o*, remete à ação de não dar assistência à irmã, usando o Processo em sua forma perifrástica *duvide fazer*.

#### **Remeter**

Exemplo 11: Me pareceo mandar **vos remeter** a copia incluza/da informação do Vedor *geral* assignado pello Secretario do meu *Conselho Ultramarino* para que man/deis praticar na vedoria dessa Praca o que informa o ditto Vedor *Geral* desta corte El Rey Nosso Senhor o mandou pellos Conselleiros do seu *Conselho Ultramarino* abaixo-asignados, e se passou/por duas vias. Caetano Ricardo da Silva o fes em Lisboa a sete de janeiro de mil sete/centos e cinquenta e dois (OR1)

Exemplo12: *Vossa Senhoria... procure remetter* para as Quintas/de Belem do mesmo Senhor, alguns viveiros de / passaros dos mais esquesitos... (OR6)

Exemplo 13: *Sua Magestade* manda **remetter** a/*Vossa Senhora* a petição inclusa com os documentos juntos/de Antonio Gonçalves de Araujo; (OR7)

Exemplo 14: *Sua Magestade* manda **remetter** a/*Vossa Senhora* as relações incluzas dos generos, que vão por esta fra-/gata Nossa Senhora da Nazareth (OR13)

Exemplo 15: E sobre a duvida que *Vossa Senhora* teve a este respeito, de-/vo dizer- lhe, que sendo esta Real Determinação unicamente/fundada na sentença de absolvição, que o dito Sebastião Lopes/alcançou na Caza da Suplicação desta Corte de que **remeto** a/ *Vossa Senhora* huma copia, não foi, nem he da intenção de *Sua Magestade*/ embarçar por modo algum aos seus vassallos os meios ordinários/da justiça, para os proceguirem em juizo competente, e nêstes ter-/mos se a viuva do morto quizer accuza-lo judicialmente quando/elle chegar a essa Capitania, ou ainda passar a esta Corte para o dito/efeito, não a deve *Vossa Senhora* embarçar, antes facilitar-lhe todos os meios/para que Ella consiga a reparação que lhe for devida./Deus Guarde a *Vossa Senhora*. Palacio de Queluz em 21 de/junho de 1782. (OR16)

O Processo *remeter* significa *enviar, expedir* (Cf. BORBA, 1991). Na oração 11, tem-se como Participante, *Ator, Caetano Ricardo da Silva*; como Participante, *Meta, a cópia inclusa*; como Participante, *Extensão, a informação do Vedor Geral assinado pelo Secretário do Conselho Ultramarino* e o Participante, *Beneficiário, o pronome oblíquo vos*, remetendo ao *Governador da Capitania*. Em 12, o Processo *remeter*, em sua forma perifrástica, *procure remetter*, tem como Participante, *Ator, Vossa Senhora* e como Participante, *Meta, alguns viveiros de pássaros*.

Nas orações 13 e 14, o Processo *remeter* apresenta abordagem temática semelhante: o cumprimento de uma ordem dada por uma autoridade. Os Participantes envolvidos pertencem à mesma escolha léxico-gramatical, o pronome de tratamento *Sua Magestade*, atuando como atores do Processo *remeter*. O Participante, *Meta*, na oração 13, é *petição*; e na oração 14, *as relações incluzas*, ao passo que, *Beneficiário*, nas orações 13 e 14, é representado pelo pronome de tratamento *Vossa Senhora*. Em 15, tem-se o Participante, *Ator*, o locutor da carta, representado pela elipse *eu*, o qual solicita o cumprimento de uma determinação dada pela autoridade que, no contexto, se identifica por *Sua Magestade*. O Participante, *Meta, uma cópia* e, o Participante *Beneficiário*, o pronome de tratamento *Vossa Senhora*.

### Passar

Exemplo 16: a copia incluza da informação do Vedor geral asignado pello Secretario do meu Conselho Ultramarino para que mandeis praticar na vedoria dessa Praca o que informa o ditto Vedor Geral desta corte El Rey Nosso Senhor o mandou pellos Conselleiros do seu Conselho Ultramarino abaixo-asignados, e se **passou** por duas vias. (OR1)

Exemplo 17: *que* mandasse nas provas os postos das Ordenanças sem proposta das Camaras, não attendendo o dito/Capitam Mor do Ceará serem aquelles de *que* sem nomeação lhes **passavam** os governadores das/gentes o que visto. (OR4)

O Processo *passar*, nos dois exemplos, significa *expedir, enviar* (Cf. BORBA, 1991). Na oração 16, tem-se *El Rey Nosso Senhor* como participante, *Ator*, e como Participante, *Meta, abaixo-assinado*. Já, no exemplo 17, os Participantes envolvidos são: (i), *Ator, os Governadores das gentes*; (ii), *Meta, os postos das Ordenanças* e (iii), *Beneficiário*, o pronome oblíquo *lhe*.

#### 4.3.2 Processos Relacionais

As orações relacionais são comumente usadas para representar seres no mundo em termos de suas características e identidades (Cf. FUZER; CABRAL, 2014). Eles desempenham o papel de *atribuir, identificar, caracterizar, qualificar* e indicar o *estado* em que se encontra o Participante. Os Participantes envolvidos nos Processos Relacionais podem ser um *Portador* e um *Atributo*; um participante *Característica* e um participante *Valor* (Cf. FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011).

Os Processos Relacionais descritos são *ser* e *ter*.

### Ser

Exemplo 18: os sobre ditos Direitos nessa Capitania para à vista da/mesma conta, e das que vierem das outras Capitancias,/se tomar a resolução, que **for** mais util a beneficio dos mes-/mos Direitos, e arrecadação delles. (OR9)

Exemplo 19: os/eficazes desejos que sempre me assistem de *que* *Vossa Excelencia* passe fe-/lismemente, mas tambem para fazer *lhe* serto *que são* inseparaveis da/ minha lembrança as atençoins com que *Vossa Excelência* sempre me/distinguiu das quaes sera eterno o meo agradecimento e a su-/geição com que a mesma obediencia executara os seos estima-/veis perceitos (OR12)

Exemplo 20: Recebi a Carta de *Vossa Senhoria* com data de 15 de ja-/neiro do presente anno, em resposta do meu officio de 23 de agos-/to do anno passado, em que participava a *Vossa Senhoria* as

Ordens de/Sua Magestade a respeito de Sebastião Lopes Vidal não **ser** / inquietado, por cauza dos crimes de que tinha sido accusado, (OR16)

Exemplo 21: Diz o Capitão Mor Jose Pereira da Costa, *que obteve de Vossa Excelencia o respei/tavel despaxo datado de 17 de junho de 1795, por que, posto que/no requerimento, em que foi proferido, somente aparecem Paulo Cavalcante Alves /Cavalcante*, com tudo elle comprehende os demais *erdeiros* de Christovão / de Olanda, que são Manuel Cavalcante e Albuquerque, Christovão de Olanda / Cavalcante Junior, Joam Mauricio Vanderley, Christovão de Barros,/ *que he um dos perturbadores, os quaes todos devem ser* notificados pelo *dito* despaxo, *para que nem succeda notificarem a so os dous aos/ outros, que não vão pelos próprios nomes espressados* (OR23)

Exemplo 22: *Pede a Vossa Excelencia designe mandar que/ o respeitável despaxo seja notificado a todos os/asima declarados, e que o Capitão Mor respectivo/os faça entregar ao Juiz por hum official da/Ordenança para este passar por Certidam/havelas entregado ao Juiz para constar da/entrega, e responder por ellas o sobredito Juiz/que todas estas cautelas são* necessarias aos /*suplicantes.* (OR23)

Os Processos Relacionais expressam uma relação entre duas entidades, representando situações particulares de mundo. Nos textos régios selecionados, busca-se entender como a relação de formalidade entre as autoridades é estabelecida no ato comunicativo. Para entender essa relação entre duas entidades, compreender que mecanismos léxico-gramaticais foram usados pelas autoridades é fundamental, para compreender como esse ato comunicativo foi estabelecido entre o emissor e o receptor.

No exemplo 18, o uso do Processo Relacional *ser*, no tempo futuro, tem como Participante, Atributo, *mais útil*, e é intensificado pela Circunstância de Intensidade, *mais*. A qualidade é atribuída ao Participante, *Portador*, representado pelo pronome relativo *que*, é identificado no contexto discursivo pelo sintagma nominal *resolução*. O Processo *ser*, no exemplo 19, é de caráter atributivo, cujo Participante é *inseparáveis*, tendo como, *Portador, as atenções*.

No exemplo 20, o Participante, *Portador*, é representado por *Sebastião Lopes Vidal* e tem como Participante, Atributo, *inquietado*. No exemplo 21, o autor da carta usa o Processo *ser* modalizado por *devia*, selecionando como Participante, *Portador, todos; e notificados* como Participante, Atributo, denotando a ideia de que todos os envolvidos serão notificados pela autoridade. E, por último, no exemplo 22, o Processo Relacional *ser* tem como Participante, Atributo, *necessários* e

Participante, *Portador, todas estas cautelas*. É importante destacar que o Processo Relacional *ser* relaciona duas entidades, podendo essa relação ser estabelecida de forma provisória ou permanente.

### **Ter**

Exemplo 23: Foi o mesmo Senhor ser-/vido aprovar as prudentes dispoziçoens de *Vossa Senhoria*./E pelo que respeita ao provimento da ferragem pela/ Secretaria de Estado do Ultramar **terá** *Vossa Senhoria* a Decisão/necessaria. (OR14)

Exemplo 24: E sobre a duvida que *Vossa Senhoria* **teve** a este respeito, de/vo dizer-lhe, que sendo esta Real Determinação unicamente/fundada na sentença de absolvição, que o dito Sebastião Lopes/alcançou na Caza da Suplicação desta Corte,... (OR16)

Exemplo 25: No anno de 1799 este Inocencio da/ Costa Mouzinho, alvarou de Juiz *Ordinario*, nesta Vi-/lla de Alagoas, occupou juntamente pelas leis o Cargo/ de Ouvidor Geral, e com esta autoridade, se fes publico, e queria/ proceder summariamente, contra o dito Cabo, prendendo-o/ para morte / , que com esta noticia, auzentou-se elle oje desta Villa, e/desde o dia em que fora acommetido, nunca ja mais nella/me consta substira [?], nem mais morara em *companhia* de/ Seus Pays, e Irmans ônradas, e velhas./ Esta he a cauza que **teve** o dito Cabo de Esqua/dra, Manoel *Queluz* Midina, de se retirar desta Villa,/ das Alagoas, he esta a verdade com que devo informar, e-/ com palavra de ônrada, o afirmo por ser publico (OR26)

O Relacional *ter* expressa uma relação de propriedade. Os Participantes envolvidos são: *Portador*, que é o possuidor; e, *Atributo*, a coisa possuída. Assim, nos exemplos 23, 24 e 25, o Relacional *ter* estabelece uma relação de posse, tendo como Participante, *Portador, Vossa Senhoria*, que tem a responsabilidade de tomar a decisão solicitada pela autoridade; e o *Cabo de Esquadra, Manoel Queluz Midina*, o qual precisa ficar sabendo da verdade sobre do parecer final da autoridade. Sendo assim, o Participante, *Portador, Atributo*, é: *a dúvida*, na oração 23; *a decisão necessária* na 24; e *a causa do que está sendo comunicado*, na 25.

### 4.3.3 Processos Verbais

Os Processos Verbais são os processos do comunicar, do apontar (Cf. FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011). Os Participantes são chamados de: *Dizente*, participante inerente que diz, comunica, aponta algo; *Receptor*, participante opcional, para quem a mensagem é direcionada; *Alvo*, entidade que é o alvo do que

é dito; e *Verbiagem*, participante que codifica o que é dito e pode ser constituída por um sintagma nominal ou uma oração projetada.

Em relação ao número de ocorrência encontrado nos dados, os Processos Verbais encontrados nos documentos régios são *mandar*, *ordenar*, *pedir* e *determinar*.

### **Mandar**

Exemplo 26: o que informa o ditto Vedor Geral desta corte El Rey Nosso Senhor o **mandou** pellos Conselleiros do seu Conselho Ultramarino abaixo-asignados, e se passou / por duas vias. (OR1)

Exemplo 27: Sua Magestade mandou pôr prompt-/ta a charrua , que conduz esta Carta, para fazer/viagem desse Porto,e transportar todo o Pao Bra-/sil, que nella se poder carregar. E he servido,/ que Vossa Senhoria **mandando** o embarcar com a mayor bre-/vidade,...(OR11)

Exemplo 28: *Pede* a Vossa Excelência **designa mandar** que / o respeitável despaxo seja notificado a todos os / asima declarados, e que o Capitão Mor respectivo / os faça entregar ao Juiz por hum official da/Ordenança para este passar por Certidam / havelas entregado ao Juiz para constar da/entrega, e responder por ellas o sobredito Juiz/que todas estas cautelas são necessarias aos / suplicantes (OR23)

O Processo *mandar*, nesse contexto de uso, significa *exigir que se cumpra o que fora solicitado pela autoridade* (Cf. BORBA,1991). No exemplo 26, o Participante, *Dizente*, é a autoridade, representada pelo pronome tratamento *El Rey Nosso Senhor*; a *Verbiagem*, complementando o que é dito, o pronome oblíquo *o*, referindo-se ao termo *abaixo-assinado*.

Na oração 27, o Participante, *Dizente*, é *Vossa Senhoria*, que recebe a ordem do rei para enviar o pau-brasil com maior brevidade; o Participante, *Alvo*, pronome oblíquo *o*, referindo-se ao sintagma *pau-brasil*; e, *Verbiagem*, representada por um complexo oracional no infinitivo *embarcar com maior brevidade*. Por último, na oração 28, na sua forma perifrástica, o Processo *mandar* tem como, *Dizente*, o pronome de tratamento *Vossa Senhoria*; *Alvo*, *o respeitável despacho*; e Participante, *Receptor*, *a todos os acima declarados*, referindo-se à decisão tomada pela autoridade para que ficassem cientes.

### **Ordenar**

Exemplo 29: Sua Magestade foy servido **ordenar** ao Ouvidor dessa / Capitania tomasse contas do Provedor que os Officiais da Mesa de Santo/ Antonio Megerão para cobrar as esmollas que os moradores

da mesma Capitania/ oferecem ao mesmo santo, como também do que tivesse recebido dos mos/steyros :... (OR5)

Exemplo 30: Sua Magestade attendendo ao novo/ requerimento que lhe fes Manoel de Araujo Cavalcanti/que serve de Procurador da Coroa e Fazenda, e de Deputado/da Junta da Administração e Arrecadação da mesma/Fazenda na Capitania de Pernambuco, em que pede se lhe/ estabeleça ordenado annual pelos ditos empregos, he ser-/vida mandar remeter a *Vossa Senhoria* por copia o aviso de 23/de junho de 1774 pelo qual se mandou informar o pri-/ meiro requerimento do dito Cavalcanti e não havendo/ ao presente chegado ao Real Erario a dita informa/ção **ordena** a mesma senhora que *Vossa Senhoria* informe da/justiça que assiste ao *Supplicante* na conformidade do sobredito/aviso. (OR17)

Exemplo 31: O Concelho me **ordena** remeta à Junta da Real / Fazenda de Pernambuco o conhecimento incluzo,/ para por elle mandar receber de João Ferreira / Cappitam do Navio São Jose Macapá [ilegível] duas / caxas com suas fechaduras e chaves em que vão / huma botica, para ser entregue à ordem do /novo Governador e Capitam General dessa Ca-/pitania, (OR20)

O Processo *ordenar* significa, no contexto de uso, *pôr em ordem, dispor* (Cf. BORBA, 1991). Nos exemplos seleccionados, o sentido é cumprir a ordem determinada pela autoridade. Nas orações 29, 30 e 31, tem-se como Participante, *Dizente, Sua Magestade* e, nas orações 29 e 30, o *Conselho*. O Participante, *Receptor, o Ouvidor da Capitania*, na oração 29; o pronome de tratamento *Vossa Senhoria*, na oração 30; e, em 31, o pronome oblíquo *me*, remetendo *ao autor da carta oficial*. O Participante, *Verbiagem*, está presente em 29 e 31, representada pelo complexo oracional *tomasse contas do Provedor e remeta duas caixas com sua fechadura, e chave à Junta da Real Fazenda de Pernambuco*.

#### **Determinar**

Exemplo 32 Sendo presente a *Sua Magestade* a Carta que *Vossa Excelencia*/me derigio na datta de 2 de mayo do anno proximo pas-/sado, em resposta da que a *Vossa Excelencia* escrevi em 6 de fevereiro/ de 1765 sobre se mandarem administrar por conta da Real/ Fazenda os contratos dos Direitos dos Escravos, que das três Ca-/pitancias do Rio de Janeiro, da Bahia, e dessa de Pernambuco/passão para as Minas, e a proposta que *Vossa Excelencia* fes na Junta/que mandou convocar para se dessedirem algumas duvidas,/em que entrara para a inteira observancia da referida Carta./ O mesmo Senhor manda louvar a *Vossa Excelencia* tudo/o que obrou respectiva à execução daquella ordem **determi-/nando**, que na conformidade do que se assentou na mesma/junta,...(OR9)

Exemplo 33: Da copia inclusa verá *Vossa Excelencia* o que *Sua Magestade* determina se observe na Alfandega dessa cidade onde te/nho a certeza que em nada faltarão às mesmas determina/ções, porque sei o grande zello com *que Vossa Excelencia* promove os in-/teresses da Real Fazenda,... (OR12)

O Processo no gerúndio *determinando*, na oração 32, tem como Participante, *Dizente*, *O mesmo Senhor*, *Sua Magestade*; como Participante, *Receptor*, *Vossa Excelência*; como, *Verbiagem*, o complexo oracional *que na conformidade do que se assentou na mesma junta* e como Participante, *Alvo*, *tudo*, denotando à ordem dada pela autoridade no que diz respeito aos Contratos dos Direitos dos Escravos. Na 33, os Participantes envolvidos são: (i), *Dizente*, *Sua Magestade*; (ii), *Receptor*, *Vossa Excelência* e (iii), *Verbiagem*, a oração projetada *se observe na Alfândega dessa cidade onde tenho a certeza que em nada faltarão às mesmas determinações*.

#### 4.3.4 Processos Mentais

##### **Ver**

Exemplo 34: Igualmente **verá** *Vossa Excelência* a formalidade / com que se faz necessario que na Provedoria do Rio Grande do Norte se re / mettão as certidoens de todas as receitas e despezas desde o primeiro de/janeiro de mil sete centos sessenta e dois,... (OR10)

Exemplo 35: Da copia inclusa **verá** *Vossa Excelencia* o que *Sua Magestade* / determina se observe na Alfandega dessa cidade onde te- / nho a certeza que em nada faltarão às mesmas determina- / çoins, porque sei o grande zello com *que Vossa Excelencia* promove os in- / teresses da Real Fazenda, e nesta certeza creyo *que Vossa Excelencia*/ fará em tudo eficazes as mesmas ordens advertindo aos exe-/cutores dellas o seo inteiro comprimento. (OR12)

Os Processos Mentais representam expressam representação não só do nosso mundo interior, mas também do nosso pensamento, como *saber*, *entender*, *decidir*, *sentir*, *gostar*, *querer*, *desejar*, entre outros. Nos dados, de acordo com o número de ocorrências, apenas o processo *ver* foi catalogado com apenas 06 ocorrências. Nas sentenças 34 e 35, o Processo *ver* significa *tomar conhecimento* do que está sendo comunicado pela autoridade. (Cf. BORBA, 1991). O Processo Mental seleciona, na oração (34), como Participante, *Experienciador*, o pronome de tratamento *Vossa Excelência* e como Participante, *Fenômeno*, *a formalidade*. Já no exemplo (35), *Vossa Excelência* é o Participante, *Experienciador*, e o complexo oracional *o que Sua Magestade determina*; o Participante, *Fenômeno*. Os exemplos

analisados têm como, *Experienciador*, um participante humano, consciente do papel que desempenha.

#### 4.4 Descrição dos Processos e dos Participantes encontrados nos documentos do Ministério da Marinha<sup>19</sup>

O Ministério da Marinha era o órgão responsável pela emissão de correspondência referente a assuntos marítimos, militares e civis. A descrição da análise dos dados será feita, obedecendo aos Processos que obtiveram maior número de incidência. Nos documentos do Ministério da Marinha, os Processos encontrados são: Materiais, Relacionais, Verbais e Mentais.

##### 4.4.1 Processos Materiais

Os Processos Materiais são os que representam o processo do *fazer e acontecer*, estabelecendo uma quantidade de mudança no fluxo de eventos. Os Processos Materiais descritos nas cartas do Ministério da Marinha são *dar, fazer e remeter*.

##### **Dar**

Exemplo 1: O Príncipe Regente Nosso Senhor, he servido que/Vossa Excelencia, *Senhoria* e Merce abrão as vias do Real Serviço que pela/charrua activo vão dirigidas ao Governador, Capitão General dessa Capitania por esta Secretaria de/Estado, e que **facão dar** à devida execução as Reais Or-/dens que ali se declarão, em caso que o dito Governa-/dor não tenha ainda chegado a essa Capitania. (MM29)

Exemplo 2: o Navio do meu Comando se acha pron-/to, a excessão do cesto de mantimentos lenha,/e parte d'Aguada, o que so poso receber depois/de **ter dado** fundo no lamarão. .(MM31)

Exemplo 3: Hontem a noite me **deu** Ordem o Ajudante/de Vossa *Senhoria* havia de ser meia noite que Vossa *Senhoria*/me mandava diser que empedise a sahida/de Embarcassões, o qual fiz em té hoje que/tive a honra de hir perguntar a Vossa *Senhoria* se he=/rão todas as Embarcassões, (MM32)

---

<sup>19</sup> Os exemplos serão enumerados de forma contínua por tipos de Processos e de acordo com o número de ocorrências por tipo de documentos.

O Processo Material está experienciando, nas orações 1, 2 e 3, ações concretas, perceptíveis do mundo. Assim, os Participantes envolvidos no Processo, em sua forma perifrástica *facam dar*, no exemplo 1, são: *Ator, as vias do Real Serviços; Meta, as Reais Ordens; Beneficiário, à devida execução*; e o Participante, *Extensão, que ali se declarão*. O exemplo 2 trata da autorização superior para a embarcação seguir viagem, mas ainda falta abastecer com alguns mantimentos, que só poderão fazer após o lamarão.

O Processo *dar*, acompanhado da perífrase *ter*, tem como, *Ator*, no contexto de uso, *o comandante do navio*. O Participante, *Meta, fundo*, denota à ideia de *partida, saída da embarcação*. No exemplo 3, o Participante, *Ator*, representado pela *elipse*, remete ao *autor da carta*; o Participante, *Meta*, a *ordem* recebida da autoridade e, *Beneficiário*, o oblíquo *me*.

#### **Fazer**

Exemplo 4: Recebi ordem de Vossa Excelência para me **fazer**/avela nestas águas, a hir dar fundo no lama=/rão; o Navio do meu Comando se acha pron-/to, a excessão do cesto de mantimentos lenha,/e parte d'Aguada, o que so poso receber depois/de ter dado fundo no lamarão. (MM31)

Exemplo 5: Hontem a noite me deu Ordem o Ajudante/de Vossa Senhora havia de ser meia noite que Vossa Senhora/me mandava diser que impedise a sahida/de Embarcassões, o qual **fiz** em té hoje que/tive a honra de hir perguntar a Vossa Senhora se he=/rão todas as Embarcassões, (MM32)

Exemplo 6: Participo a Vossa Excelência que a charrua/ Sucesso de meu commando, se acha/pronta para se **fazer** a vella ama-/nhã 28 do corrente, não o impedin-/do o tempo, e não mandando Vossa Excelência/ o contrario. (MM36)

O Processo *fazer*, nas três orações, desempenha o sentido de pôr em prática, executar, fazer, realizar (Cf. BORBA, 1991). No exemplo 4, o Participante, *Ator*, é representado pelo pronome oblíquo *me*; e o Participante, *Meta, a vela*. No exemplo 5, o autor da carta, representado pela *elipse*, é impedido de fazer com que a embarcação siga viagem. O Participante, *Meta*, é o pronome relativo *o qual*, remetendo ao que foi dito, que é *impedir a saída da embarcação*. No exemplo 6, o Processo *fazer* tem como Participante, *Ator, a embarcação* comandada pelo autor do documento e como Participante, *Meta, a vela*, intercalado pela Circunstância de Tempo, *amanha 28 do corrente*.

**Remeter**

Exemplo 7: Vossas Senhorias (*forma de saudação/ilegível*) **remettão** pelas primeiras que se offerecem com seguranças/ as vias do Real Serviço incluzas para o Governador/o Capitão General das Ilhas de Cabo Verde. (MM190)

O Processo *remeter* significa *enviar, expedir*, e tem como Participante, no exemplo 7, *Ator*, o pronome de tratamento *Vossas Senhorias*, o Participante, *Meta*, *as vias do Real serviço* e o Participante, *Extensão*, *para o Governador, o Capitão General das Ilhas de Cabo Verde*.

## 4.4.2 Processos Relacionais

Os Processos Relacionais estabelecem relações entre duas entidades, por classificação ou identificação, e estão divididos em Intensivos, Circunstanciais e Possessivos. Os Processos Relacionais coletados nas cartas oficiais emitidas pelo Ministério da Marinha por número de ocorrência são *ser, ter e achar*.

**Ser**

Exemplo 8: **Sendo** presente a *Sua Alteza Real* o Principe Regente Nosso Senhor, o of-/ficio que a Junta da Fasenda da Capitania de São Paulo dirigio a este Real / Erario, debaixo da datta de 26 de abril do anno próximo passado, em/que participa ter deliberado o sustar o pagamento dos soldos do Major Engenheiro Thomas da Costa Correa Rabello e Silva, por lhe constar/ficar demorado por negócios proprios na *Capitania* de Goias, e não hir a de /ligencia da demarcação de limites, a que foi mandado à *Capitania* de/Mato Grosso, pelo Ex *Governador* da de São Paulo Antonio Manoel de Mello/Castro e Mendonça: e merecendo a decisão desta dependência huma/seria contemplação: he por tanto o mesmo Augusto Senhor Servido (MM28)

Exemplo 9: ao sol-posto fomos surpren-/didos por huma calma, junto a Barra de Sere=/nhem, que estiverão os Navios de Sua Magestade/cuaze perdidos, porque havia muito mar, e a Costa/não **he** capaz para se dar fundo, e as bar/ras so a demitem pequenos barcos; pelas oito/ horas da noite veio o vento Sueste muito forte, (MM34)

Exemplo 10: procorremos a Costa athe Serenhaem, Ilha/ de Santo Aleixo, e *Vossa Senhoria*, sem que se vise embarcação/alguma pela Costa; ao sol-posto **fomos** surpren-/didos por huma calma, junto a Barra de Sere=/nhem, ao sol-, que estiverão os Navios de Sua Magestade/cuaze perdidos,... (MM34)

A recorrência do Processo *ser*, nas cartas oficiais, evidencia a sua importância, possibilitando esboçar que mecanismos léxico-gramaticais são usados pelas autoridades para estabelecer relações de formalidade, quando se quer emitir uma ordem, fazer uma solicitação, comunicar um fato. No exemplo 8, observa-se que o Processo *ser* é usado no gerúndio e tem como Participante, *Característica*, *Sua Alteza Real*, *o Príncipe Regente Nosso Senhor* e como Participante, *Valor*, *presente ofício*, denotando de *ciência do fato* que está sendo comunicado. Em 9, o locutor da carta informa o fato de que a embarcação foi surpreendida por uma calmaria e quase ficaram perdidos. Para tanto, usa o Relacional *ser*, que tem como Participante, *Atributo*, *capaz*, e como Participante, *Portador*, *para dar fundo a Costa*. No exemplo 10, o Participante, *Portador*, é representado pela *elipse nós*, que, no contexto, representa a *tripulação do Navio*. O Participante, *Atributo*, é *surpreendidos por huma calma*.

#### **Ter**

Exemplo 11: Hontem a noite me deu Ordem o Ajudante/de Vossa Senhoria havia de ser meia noite que Vossa Senhoria/me mandava diser que empedise a sahida/de Embarcassões, o qual fiz em té hoje *que/tive* a honra de hir perguntar a Vossa Senhoria se he=/rão todas as Embarcassões, me disse *que* herão/so os *que* hião para Lisboa (MM32)

Os Processos Relacionais Possessivos representam uma relação de propriedade, de posse. O Processo *ter*, na oração 11, tem como Participante, *Possuidor*, a *elipse* do pronome pessoal *eu*, e como Participante, *Possuído*, o pronome relativo *que*, remetendo à oração a *honra de ir perguntar a Vossa Senhoria*.

#### 4.4.3 Processos Verbais

Os Processos Verbais expressam o *dizer*. Os Processos encontrados nas cartas oficiais do Ministério da Marinha por número de ocorrência são: *mandar*, *ordenar*, *determinar* e *pedir*.

#### **Mandar**

Exemplo 12: o of-/ficio que a Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo dirigio a este Real / Erario, debaixo da datta de 26 de abril do anno próximo passado, em/*que* participa ter deliberado o sustar o

pagamento dos soldos do Major Engenheiro Thomas da Costa Correa Rabello e Silva, por lhe constar/ficar demorado por negócios propios na Capitania de Goias, e não hir a de /ligencia da demarcação de limites, a que **foi mandado** à Capitania de/Mato Grosso, pelo Ex Governador da de São Paulo Antonio Manoel de Mello/Castro e Mendonça: (MM28)

Exemplo 13: Para bordo das embarçaõens Reaes, que se achão/neste Porto, não se tem dado razão de agoardente/há sete dias, por não terem os negociantes en-/carregados das compras entrado nos armazéns/deste arcenal com a que se pedio em relação/de 19 de novembro do corrente assim como o feijão, o qual/ se tem suprido com arroz, e deste mesmo so existe/ nos armazéns dois alqueres. He o que posso in-/formar a Vossa Excelencia que **mandava** o que for servido. (MM35)

Exemplo 14: Participo a Vossa Excelencia que a charrua/ Sucesso de meu commando, se acha/pronta para se fazer a vella ama-/nhã 28 do corrente, não o impedin-/do o tempo, e não **mandando** Vossa Excelencia/ o contrario./ (MM36)

Na oração 12, o Processo *mandar*, na voz passiva *foi mandado*, tem como Participante, *Dizente*, *Ex Governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça*; o Participante, *Receptor*, o *Major Engenheiro Thomas da Costa Correa Rabello e Silva*; como Participante, *Alvo*, *sustar o pagamento dos soldos* e como, *Verbiagem*, *Capitania de Mato Grosso*. É importante destacar que, nessas cartas, o uso da voz passiva era muito frequente para apagar o papel do agente e promover o distanciamento entre os interlocutores (Cf. FONSECA, 2005).

No exemplo 13, o Processo *mandar* tem como Participantes envolvidos: *Dizente*, representado pelo pronome relativo *que*, remetendo à autoridade que é identificada no texto pelo pronome de tratamento *Vossa Excelência*; o Participante, *Alvo*, o pronome demonstrativo *o (aquilo)*, e, *Verbiagem*, *que foi servido*, constituída do pronome relativo *que* e da forma cristalizada *foi servido*, muito comum nesse tipo de documento. No último exemplo, tem-se como Participante, *Dizente*, o *comandante da embarcação*; como, *Receptor*, *Vossa Excelência* e como Participante, *Alvo*, o *contrário*, denotando o *impedimento de a embarcação seguir viagem*.

#### **Ordenar**

Exemplo 14: Constando nesta Secretaria de Estado, que de Pernambuco/há mais occazioens de correspondências com a Costa de Guiné/, **Ordena** O Principe Regente Nosso Senhor que Vossas Senhorias (*forma de saudação/ilegível*) re-/mettão pelas primeiras

que se oferecem com seguranças/ as vias do Real Serviço incluzas para o Governador/o Capitão General das Ilhas de Cabo Verde. (MM190)

O Processo *ordenar* apresenta como Participante, *Dizente*, *O Príncipe Regente Nosso Senhor*; como Participante, *Receptor*, *Vossas Senhorias*; como Participante, *Alvo*, *as vias do Real Serviço incluzas* e como Verbiagem a oração *remettão pelas primeiras que se oferecem com seguranças*.

#### **Determinar**

Exemplo 15: Outro sim/me falta a completar a guarnição 66 pra=/cãs, entrando neste nº 7 soldados, que eu/ quero prienncher com Marinheiros; tenho fei-/to menção desta falta, em todas as par=/tes, assim como o tenho representado ao Co=/mmandante da Policia. *Vossa Excelencia* **determinara** a que/for servido (MM31)

O Processo *determinar*, na sentença 15, tem como Participante, *Dizente*, *Vossa Excelência*; como Participante, *Alvo*, representado pelo pronome demonstrativo *o* (aquilo), e como Participante, *Verbiagem*, o pronome relativo *que* e a forma cristalizada *for servido*.

#### **Pedir**

Exemplo 16: *o que* tenho a honra de diser/ a *Vossa Senhora* pois não me consta *que* fosse nim=/guem da Embarcação Estrangeira **pedir** re-/zisto *para sahir*, so sim se houviu fallar/nisso em terra pois mesmo as horas de maré *para sahir* he *para* de pois do meio/dia. (MM32)

Os Participantes envolvidos no Processo *pedir* são: *Dizente*, *Ninguem da Embarcação Estrangeira*; *Alvo*, *rezisto* e; *Verbiagem*, a oração *para sahir*.

#### 4.4.4 Processos Mentais

Os Processos Mentais são os que representam o nosso mundo interior. Nos dados referentes ao Ministério da Marinha, o Processo *ver* só obteve duas ocorrências. Os Participantes envolvidos são: *Experienciador* e *Fenômeno*.

#### **Ver**

Exemplo 17: O Serenissimo Senhor Infante Almi-/rante General, **vio** o officio que *Vossa Excelencia* lhe dirigio/ em data de vinte e sete de novembro próximo,/ (MM193)

O Processo *ver*, nesses documentos, foi o único encontrado como Processo Mental e com duas ocorrências apenas. O Processo, nesse contexto, significa tomar conhecimento daquilo que a autoridade está comunicando. Os Participantes envolvidos são: *Experienciador*, representado pela *elipse* do pronome pessoal (*eu*), que, no contexto, é o *Sereníssimo Senhor Infante, Almirante General*; e, *Fenômeno*, o *ofício*.

#### 4.5 Descrição dos Processos e dos Participantes encontrados nas cartas oficiais do Correio Geral<sup>20</sup>

As cartas oficiais expedidas pelo Correio Geral eram responsáveis por fiscalizar e controlar as questões econômicas e provinciais. A descrição dos documentos emitidos pelo Correio Geral será de acordo com os Processos que obtiveram também o maior número de incidência. São os Processos Materiais, Relacionais, Verbais e Mentais.

##### 4.5.1 Processos Materiais

Nas correspondências que dizem respeito ao Correio Geral, os Processos Materiais encontrados são:

###### **Dar**

Exemplo 1: e como *Vossa Excelencia* na precitada Portaria me tinha ordenado que exija somente parte das amostras que vierem fora das malas das cartas, e não havendo como fica expellido malas, se **devo** todavia **dar** grátis tais amostras, ou se às devo prostiar conforme as ordens que tive a honra em original patentia-las a *Vossa Excelencia*... (CG180)

Exemplo 2: **Tendo dado** demissão do lugar de Agente do Correio/ da Cidade de Olinda, *que* ocupava Francisco da/Costa Teixeira por me aver pedido em rasão de se mu/dar da quella para esta Cidade, nomeio para o su-/bstituir ao Cidadão João Nicolao Gomes da Motta por/se achar ele estabelecido e nelle concorrer os precisos re-/quisitos e como esteja desde 22 do mês passado no exercício/deste emprego por isso requisito a *Vossa Excelencia* digni-se/ de expedir suas ordens para *que* seja este Empre-/gado despenca do serviço da Guarda Nacional do Munic-/pio de Olinda a *que* pertence, sendo elle Guarda da 1ª/ Companhia do 1º Batalhão da quella Cidade.( (CG181)

---

<sup>20</sup> Os exemplos serão enumerados de forma contínua por tipos de Processos e de acordo com o número de ocorrências por tipo de documentos.

Exemplo 3: A vista da incluza participação official que me/dirigio o Agente do Correio da Villa de Flores e que/tenho a honra de levar ao conhecimento de *Vossa Excelencia*/ me ordenará *Vossa Excelencia* que destino **devo** eu agora/ **dar** a elle. (CG187)

O exemplo 1 revela que o Processo *dar*, modalizado pelo verbo *dever*, tem como temática tornar ciente a ordem recebida da autoridade. O Participante, *Ator*, é a *elipse*, representada pelo pronome pessoal *eu*; o Participante, *Meta*, *grátis tais amostras*. Na oração 2, o Processo *dar*, em sua forma perifrástica, no gerúndio *tendo*, configura uma ação prolongada. O Participante, *Ator*, é o *emissor do documento*; o Participante, *Meta*, *demissão*; o Participante, *Beneficiário*, *Francisco da Costa Teixeira*; o Participante, *Extensão*, *do lugar de Agente do Correio*. O exemplo 3 apresenta o Processo *dar*, modalizado por *devia*, o qual comunica a decisão tomada pela autoridade que avisa ao seu superior. Nesse caso, os Participantes envolvidos são: *Ator*, o *pronome pessoal eu*; *Meta*, *destino* e, *Beneficiário*, *a ele*.

#### **Fazer**

Exemplo 4: os Capitaes, tornando-/se por isso necessario aquelle numero, agora porem que/o da *Paraiba* se dirigiu somente ate Goiana, mais proximo/a esta cidade, ponto central da comunicação com a-/quella *Provincia*, onde se trocão as malas, basta um so/correio *para* manter esta comunicação; por *quanto* penço dever poupar a *Nacao* a despesa que actual **faz** esta/*Administraçam* com mais hum correio desnecessário, *Vossa Excelencia*/porem decidirá o que for mais justo. (CG173)

Exemplo 5: ao conhecimento de *Vossa Excelencia* que/as amostras de fazendas de que **fas** menção a Portaria de *Vossa Excelencia* de 25 do corrente, todas ellas sem exce/pção vem avulsas como mesmo as cartas sem aquel/la formalidade prescripta pelo Regulamento da Administração Geral dos Correios de 5 de Março/de 1829; (CG180)

Exemplo 6: as correspondencias officiaes,/ que são por esta *Administraçam* constantemente remetidas de umas/*para* outras *Authoridades* em diversos pontos aonde senão/acha estabelecido regularmente *Agencias* de Correio, o que/agora o **faço** designando *Vossa Excelencia* de assim o determinar. (CG178)

No exemplo 4, a autoridade, que ocupa o cargo no Correio Geral, comunica ao seu superior a mudança do Correio itinerário. Tendo como Participante, *Ator*, *esta administração*; Participante, *Meta*, *despesa*, complementado pelo Participante, *Extensão*, *com mais um Correio desnecessário*. A oração 5, *as amostras de*

*fazendas de que fez menção a Portaria de Vossa Excelência de 25 do corrente, apresenta como Participante, Ator, A Portaria publicada pela autoridade que, nesse caso, é o pronome de tratamento, Vossa Excelência; o Participante, Meta, menção; e o Participante, Beneficiário, as amostras de fazendas.*

Na oração 6, o Processo *fazer* identifica como, *Ator*, a *elipse* do pronome pessoal *eu*; *Meta*, o pronome demonstrativo *o* (aquilo), remetendo ao sintagma pronominal *o que*, complementado pelo Participante, *Extensão, designando Vossa Excelência*. Constata-se que o Processo *fazer*, nos exemplos analisados, apresenta a mesma acepção que nos demais documentos analisados.

#### **Remeter**

Exemplo 7: Achando extinta a Agencia do Correio da Povoação/ d' Ahoa Preta como me foi por Vossa Excelencia ordenado; exigiu/daquelle encarregado que me **remettesse** todos os papeis/ e utences à Ella pertencente, chamando-o igualmente/a prestar contas do rendimento da referida Agencia/pelo incluso officio (CG179)

O Processo *remeter* significa *expedir, enviar*. Trata-se de uma oração prototipicamente transitiva que codifica experiência, como *alguém faz algo a alguém*, cujos Participantes são: *Ator, Vossa Excelência; Meta, todos os papéis e utences; e o Beneficiário, a ela pertencente*.

#### 4.5.2 Processos Relacionais

Os Processos Relacionais estabelecem uma conexão entre entidades, identificando-as ou classificando-as, uma vez que associam um fragmento da experiência a outro (Cf. FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011).

#### **Ser**

Exemplo 8: Tenho a honra em levar ao conhecimento de Vossa Excelencia/ a queixa dos Indios Correios empregados nos/trabalhos desta administraçam, e como Ella me pare-/ça razoável, não **sendo** para esse effeito ne-/cessario a Nação despender, lembro a Vossa Excelencia/ hum quarto próximo a Administaçam do mesmo/ correio que se acha devoluto, e que he bastante/para se agasalharem, e guardarem com se-/gurança as suas ropas, cujo quarto se acha/de baixo das vistas do Inspector das Obras/Publicas, a fim de ivitar despesas, e incom-/mos que outros companheiros ja tem/sofrido de pessoas que movidas do interesse/dos seus salarios lhe facultão precárias/hospitalidade, tornando-se desta corte muito/pezada a

subsistencia dos queixosos nesta/ Praca, e assim Vossa Excelencia com a justiça que/costuma decidirá o *que for* de razão. (CG166)

Exemplo 9: como tambem suas pastas pequenas de/ couro para conduzir dentro as correspondencias officiaes,/ que **são** por esta *Administraçam* constantemente remetidas de umas/para outras Authoridades em diversos pontos aonde senão/acha estabelecido regularmente Agencias de Correio,... (CG178)

Exemplo 10: Tenho a honra levar ao conhecimento de Vossa Excelencia que/as amostras de fazendas de que fas menção a Portaria de Vossa Excelencia de 25 do corrente, todas ellas sem excepção vem avulsas como mesmo as cartas sem aquel-/la formalidade prescripta pelo Regulamento da Administração Geral dos Correios de 5 de Março/de 1829; por que como estrangeiro não **são** obri-/gados aformalisar malas, nem a metter dentro d'el-/las cartas ou amostras de fazendas (180)

Exemplo 11: Vossa Excelencia digni-se/de expedir suas ordens para que **seja** este Empre/gado despenca do serviço da Guarda Nacional do Municipio de Olinda a *que pertence*,... (CG181)

No exemplo 8, o Processo *ser* tem como Participante, *Identificador*, a *queixa dos índios* e Participante, *Atributivo*, esse *efeito necessário*. O Participante, *Atributo*, pertence ao grupo nominal e possui como núcleo substantivo ou adjetivo. No exemplo 9, o Participante, *Portador*, é identificado pelo pronome relativo *que*, remetendo às *correspondências officiais*; o Participante, *Atributo*, é *remetidas*. No exemplo 10, os Participantes envolvidos são: *Portador*, *Correios* e, *Atributo*, *obrigados*. Na oração 11, o Participante, *Característica*, *este empregado* é definido por um Participante, *Valor*, que se identifica como *despenca do serviço da Guarda Municipal do Município de Olinda*.

### **Ter**

Exemplo 12: **Tenho** a honra em levar ao conhecimento de Vossa Excelencia/ a queixa dos Indios Correios empregados nos/trabalhos desta administraçam, e como Ella me pare/ça razoável,... (CG166)

Exemplo 13: Achando extinta a Agencia do Correio da Povoação/ d' Agoa Preta como me foi por Vossa Excelencia ordenado; exigiu/daquelle encarregado que me remetesse todos os papeis/ e utences à Ella pertencente, chamando-o igualmente/a prestar contas do rendimento da referida Agencia/pelo incluso officio em resposta communica elle a dif-/ficuldade que encontra na remessa de tais objectos *que/* só por mar **pode ter** lugar a sua conducção;(CG179)

Exemplo 14: se devo todavia dar grátis/tais amostras, ou se às devo prostiar conforme/ as ordens que **tive** a honra em original patenti / alas a Vossa Excelencia: sobre esta duvida pesso à Vossa

*Excelencia/digne-se esclarecer-me para com acirto desempenhar/as determinações de Vossa Excelencia áquem Deos Guarde/muitos annos. (CG180)*

O Processo *ter*, no exemplo 12, estabelece uma relação de posse entre os Participantes: *Possuidor*, representado pela *elipse* do pronome pessoal *e*, *Possuído*, *a queixa dos Índios*. Já no exemplo 13, o locutor da carta informa a dificuldade enfrentada pelo Correio na remessa de mercadoria, sendo a sua condução só por mar. O Processo *ter*, modalizado por *podia*, é, *Identificado*, *só por mar* e, *Identificador*, *a sua condução*. O exemplo 14, tem como Participante, *Possuidor*, a *elipse* do pronome pessoal *eu* e Participante, *Possuído*, *as ordens*.

#### 4.5.3 Processos Verbais

Os Processos Verbais expressam o *dizer*. Os Processos Verbais encontrados nas correspondências do Correio Geral são:

##### **Determinar**

Exemplo 15: tendo simultaneamente desta em o mês proximo passado par-/tido dous; agora por um vejo um urgido não poder expedir a mala/das costas para aquella estação em razão do expellido sem que/ Vossa Excelencia **determine** o que devo executar a este respeito. (CG170)

Exemplo 16: Com a inclusa tabella do Orcamento para as/Despesas do 1º de julho de 1832 a 30 de junho de/1833 satisfação na forma que me **determina** Vossa Excelencia/ na Portaria de 10 de janeiro do corrente, resolvendo/na referida Tabella as despesas que de novo podem/ocorrer do estabellecimento ou criação de mais Correios/itinerários, e com a mudança da Casa do Correio que se faz de absoluta necessidade. (CG175)

Exemplo 17: as correspondencias officiaes,/ que são por esta *Administraçam* constantemente remetidas de umas/para outras *Authoridades* em diversos pontos aonde senão/acha estabelecido regularmente *Agencias de Correio*, o *que/agora* o faço designando Vossa Excelencia de assim o **determinar**. Deos Guarde a Vossa Excelencia. *Administraçam* do Correio de Pernambuco, 23 de setembro de 1835. (CG178)

A oração 15 apresenta como Participantes envolvidos na ação: *Dizente*, o pronome de tratamento *Vossa Excelência*; *Receptor*, o pronome de tratamento o (aquilo); e, *Verbiagem*, a oração projetada que *devo executar a este respeito*. No

exemplo 16, o Participante, *Dizente*, é o pronome de tratamento *Vossa Excelência*; o Participante, *Receptor*, o pronome oblíquo *me*; e o Participante, *Alvo*, *as despesas*. No último exemplo do Processo *determinar*, os Participantes são: *Dizente*, *emissor da carta que*, no contexto, ocupa o cargo de *Administrador do Correio de Pernambuco*; *Receptor*, *Vossa Excelência*; *Alvo*, o pronome oblíquo *o*, denotando o que emissor está solicitando.

### **Pedir**

Exemplo 18: No pedido que a dias a *Vossa Excelencia* inderecei para que fa-/sem as mallas, *que* servem de conduzir as corresponden-/cias terrestres desta *Provincia* para as diferentes agencias/concertadas irmãs e aliadas outras pelo Arsenal de Guer-/ra, não me **occorreu** na *quela* occasião **pedir** igualmente/ a *Vossa Excelencia* para que fossem por ali feitas duas mallas novas mais reforçadas para conter as correspondências de Maceió, Alagoas, e as de mais Agencias, *que* pode afluir com/ a chegada direta a esta *Provincia* de alguma Embarcação/ do *Rio Grande do Norte*, e *Bahia*, como tambem suas pastas pequenas de/ couro para conduzir dentro as correspondencias officiaes,... (CG178)

Exemplo 19: ...chamando-o igualmente a prestar contas do rendimento da referida Agencia pelo incluso officio em resposta communica elle a dificuldade que encontra na remessa de tais objectos *que* só por mar pode ter lugar a sua conducção; em consequencia, pois **pezzo** à *Vossa Excelencia* digne-se di dar suas providencias para que me sejam por intermédio do Comandante do destacamento alli estacionado remetido os mencionados objectos por mar... (CG179)

Exemplo 20: Representando-me o encarregado da Agencia/do Correio da Villa de Goiana a necessidade da/substituição de hua pessoa para a entrega das/cartas do Serviço Publico dentro da quella Villa/que ali podem ser retardadas por falta dessa/medida em rasão do que exercia este encargo/ter-se demettido e mudado de residência, nome-/ara por isso aquelle encarregado hua outra/pessoa para o substituir de nome Joze Nunes/Monteiro em observância do avizo da Secre-/taria d' Estado dos Negocios do Imperio de 14/de novembro de 1834, e como seja o nomiado/Guarda Nacional do Municipio da quella Vil-/la e ja se acha no exercicio da quelle encargo:/ **pezzo** a *Vossa Excelencia* em cumprimento do precitado/avizo para que digne-se de expedir suas or-/dens para que seja elle despensado do serviço/das referidas Guardas, durante o seu exercicio na/quella Agencia (CG 186)

No exemplo 18, o Processo *pedir*, em sua forma perifrástica, remete à solicitar algo a alguém. Nesse caso, tem-se como Participante, *Dizente*, o pronome oblíquo *me*; como Participante, *Receptor*, *Vossa Excelência*; Participante, *Alvo*, *duas malas novas reforçadas*; e como Participante, *Verbiagem*, a oração *para conter as*

*correspondências de Maceió, Alagoas, e as demais Agências. No exemplo 19, os Participantes são: Dizente, a elipse do pronome pessoal eu; Alvo, representado pela oração *digne-se de dar suas providências*; Receptor, *Vossa Excelência* e, *Verbiagem, para que me sejam por intermédio do Comandante do destacamento*. No exemplo 20, o Participante, *Dizente*, é representado pela *elipse* do pronome pessoal *eu*, identificado, no contexto, como *o encarregado da Agência do Correio da Vila de Goiana*; o Participante, *Receptor*, é o pronome de tratamento *Vossa Excelência*; o Participante, *Alvo*, a *substituição de uma pessoa* e o Participante, *Verbiagem*, a oração *para que seja ele dispensado do serviço das referidas Guardas, durante o seu exercício naquela agência*.*

#### **Ordenar**

Exemplo 20: A vista da incluza participação official que me/dirigio o Agente do Correio da Villa de Flores e que/tenho a honra de levar ao conhecimento de *Vossa Excelencia*/ me **ordenará** *Vossa Excelencia* que destino devo eu agora/ dar a elle. (CG187)

O Processo *ordenar* tem como Participante, *Dizente*, o pronome de tratamento *Vossa Excelência*; o Participante, *Alvo*, *destino* e o Participante, *Receptor*, o pronome oblíquo *me*.

### 3.5.4 Processos Mentais

Os Processos Mentais realizam ações ligadas ao plano da cognição, da percepção, da emoção e do desejo.

#### **Ver**

Exemplo 21: ontem hum correio que devia hir em companhia de outro que/se acha prompto para aquella cidade, e auterando eu o risco *que/* foi de susceder, nesta jornada na mala das cestas, sendo concluzo/da por hum só caminheiro, quando da quella partem dous,/tendo simmultaneamente desta em o mês proximo passado par-/tido dous; agora por um **vejo** um urgido não poder expedir a mala/das costas *para* aquella estação em razão do *expendido* sem que/ *Vossa Excelencia* em determine o que devo executar a este respeito. (CG170)

A oração 21 tem como Participante consciente, *Experienciador*, a *elipse* do pronome pessoal *eu*; e o fato que é percebido, compreendido, denominado; Participante, *Fenômeno, um urgido*.

Verifica-se que os Processos predominantes nas cartas analisadas foram os Materiais, como *dar*, *fazer*, *ir*, *remeter* e *vir*. Entretanto, constata-se que, nas análises, o Processo *passar* só se encontra nas cartas régias, com apenas 08 ocorrências. O Processo Relacional *ser* representa maior quantitativo, se comparado com os outros processos encontrados, e é um dos mais prototípicos do Sistema de Transitividade. O Relacional *ter*, nos três tipos de cartas, expressa relação de propriedade. Por sua vez, os Processos Verbais *mandar*, *ordenar* e *determinar* expressam um “fazer”, ações típicas da esfera administrativa, verbalizando assim um “comunicar” da autoridade que está *mandando*, *ordenando*, *determinando* algo a alguém.

Por fim, o Processo Mental *ver* (tornar ciente do que foi comunicado) expressa o mesmo sentido nas cartas analisadas, apresentando uma incidência baixa, conforme já exposto. Esse resultado pode ter sido decorrente pelo fato de que esse Processo refere-se à experiência do mundo de nossa consciência e também pelo número de ocorrência estabelecido para análise dos dados. Os Processos descritos apresentam estruturas sintáticas bem semelhantes, com orações constituídas por verbos que modalizam, por perífrases, por orações passivas e por orações projetadas, muito presentes nesse tipo de textos.

Portanto, os Processos encontrados representam escolhas linguísticas usadas no contexto burocrático da esfera pública, visando construir o sentido do conteúdo que está sendo ordenado, determinado pelas autoridades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas descrições aqui apresentadas, constatou-se que as orações desempenham significados distintos, dependendo do contexto em que estão inseridas. As cartas oficiais selecionadas para este estudo registram propósitos comunicativos de autoridades diversas (Ordem Régia, Ministério da Marinha e Correio Geral), apresentando orações em conformidade com os padrões de Transitividade da LSF.

As necessidades comunicativas possibilitam entender que a língua muda de acordo com os contextos de uso. Isso evidencia que a língua não pode ser considerada uma mera abstração, sem nenhuma relação com a realidade sócio-histórica-cultural.

No que se refere aos estudos históricos, e no caso particular das cartas oficiais aqui estudadas, percebe-se que existia, naquela época, a grande preocupação em manter a tradição de modelos a serem seguidos, pois não havia a preocupação em explicitar o conteúdo, mas, apenas em registrá-lo. Isso é perceptível nas cartas analisadas.

As cartas oficiais estão inseridas em um grau de formalidade e de controle social, o qual contribuirá para entender como a língua escrita era usada, possibilitando um melhor entendimento do contexto de produção textual em épocas anteriores. Logo, o estudo da língua em uso e da história dessa língua se faz com base em textos em seu contexto de uso. Assim, o estudo da língua e da história dessa língua se faz com base em textos no seu contexto de uso, considerando também a sociedade que produz essa língua.

De fato, quando se discute a função social da escrita nas cartas hoje, percebe-se que houve mudanças, como a preocupação em explicitar o que está sendo registrado. No que se refere aos estudos históricos, percebe-se a preocupação em preservar algumas tradições presentes nesses documentos, servindo de modelo a ser seguido na administração pública. Essa tradição se mantém até hoje, a exemplo do grau de formalidade e da herança nas formas de tratamento com as autoridades. Assim, o gênero *carta* influenciou o surgimento e a formação de outros gêneros que preservam algumas características desses textos.

Um exemplo plausível diz respeito às correspondências oficiais, as quais estão inseridas não só no contexto da administração pública, mas também em

outros contextos, como o jurídico. Pode-se destacar, também, o trabalho de Cristiane Fuzer (2008) *que* enfatiza o papel das ações verbais, salientando que os Processos encontrados, se fossem em outro registro comum, seriam classificados em Verbais e Mentais, mas, por estarem inseridos no registro jurídico, classificam-se como Processos Materiais.

Na descrição feita nas cartas oficiais, constata-se também a predominância dos Processos Materiais, seguidos dos Relacionais, dos Verbais e dos Mentais. Conclui-se, então, que os papéis desempenhados pela Transitividade da LSF podem ser diferenciados, pois constituem figuras com significados distintos de acordo com a função sócio-comunicativa dos gêneros.

Para analisar o Sistema de Transitividade nas cartas oficiais de Pernambuco dos séculos XVIII e XIX, duas tarefas foram essenciais: primeiro, contextualizar o *corpus*, relacionando-o ao contexto em que foram produzidos para compreender a função da escrita em um período de transição de colônia para pós-colônia, que características permanecem hoje nesses textos e se desempenham a mesma função no espaço burocrático; segundo, fundamentar teoricamente o Sistema de Transitividade da LSF, possibilitando identificar os diferentes papéis assumidos pelos Processos e pelos Participantes no contexto.

Nas orações analisadas, os Participantes envolvidos estabelecem relações assimétricas, tratando as autoridades pelo grau de formalidade exigido pelo contexto, como Sua Magestade, Vossa Magestade e Capitão Geral da Capitania, revelando que as representações sociais estão relacionadas às escolhas léxico-gramaticais as quais materializam o discurso. Os atores sociais nas cartas oficiais representam autoridades que estão inseridas no contexto burocrático, sendo autoridades que ocupam cargos da administração pública. Nesse caso, a autoridade nem sempre é o Participante Ator. Ela pode desempenhar outro papel, dependendo das escolhas linguísticas feitas, como Meta, Receptor, Dizente, entre outras.

Isso é perceptível nas cartas oficiais analisadas, em que, muitas vezes, a autoridade desempenha o papel de cumprir o que está sendo determinado, ordenado, mandado. Os atores sociais são representados por entidades generalizadas que, no contexto das cartas oficiais, são identificadas por autoridades que ocupam cargo ligado à administração pública. Na LSF, os Processos são representados pelos seguintes atores sociais: Material, *Ator*; Mental, *Experienciador*; Verbal, *Dizente*; e Relacional, *Portador*.

Em vista dos Participantes envolvidos e do contexto em que estão inseridos, os Processos *ordenar, determinar, remeter, mandar, ver e passar*, não podem ser compreendidos da mesma maneira que seriam em outros contextos. Consta-se que os Processos não podem ser classificados isoladamente, sendo também fundamental analisá-los com os Contextos, para que se possa entender que componentes semânticos e pragmáticos estão presentes na interação.

É de fundamental importância analisar o contexto em que se inserem as orações para identificar que papéis estão sendo desempenhados por meio da linguagem. Assim, segundo a LSF, os aspectos do entorno social são destacados por meio da linguagem, levando em consideração fatores como a natureza social e as relações sociais. Verifica-se que, nas cartas oficiais, as relações sociais eram marcadas pela formalidade entre as autoridades.

Esta descrição dos Processos e dos Participantes contribuiu para entender que a função da língua não se restringe apenas à transmissão de registro, mas serve para construir significados de acordo com as escolhas linguísticas feitas no contexto de uso. Essas relações sociais corroboram para a importância dos papéis discursivos e das relações sociais estabelecidas pelos Contextos de Cultura e de Situação, entendendo que os componentes sistêmico-funcionais podem sim ser aplicados a fases anteriores.

Desse modo, essa busca incessante para compreender o Sistema de Transitividade revela que, por se tratar de cartas oficiais, predominam o Processo do *fazer*, constituindo ações de mudanças externas, como *fazer, passar, remeter e vir*, por se tratar de cartas oficiais em que os Participantes estão solicitando algo a alguém ou cumprindo algo. Esses Processos revelam que, de acordo com o contexto de uso e das escolhas linguísticas, podem desempenhar significados distintos.

Assim, instauram-se, no palco que é a atividade linguística, as marcas do jogo social no qual os participantes das práticas discursivas estão inseridos. Com base nessa evidência, optou-se pela busca de uma análise convergente, congruando a historicidade própria a qualquer idioma vivo (que se transforma com o tempo) com a sua realização funcional, marcada nos processos e aspectos que se dão em uma língua em uso.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, V. L. C. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2003

BÁRBARA, Leila; MACÊDO, Célia Maria Macêdo de. Linguística Sistêmico-Funcional para a análise de discurso: um panorama introdutório. In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 10, p.89-107, 2009.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. DIONISIO, Ângela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss (Organizadoras); tradução e adaptação de HOFFNAGEL, Judith Chambliss; revisão técnica VIEIRA, Ana Regina. São Paulo: Cortez, 2002.

BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil**. 2. ed. São Paulo:UNESP, 1991.

BURKE. Peter. **A arte da conversação**. Tradução de Álvaro Hattnher. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

\_\_\_\_\_.; PORTER, Roy (Org). **História Social da Linguagem**. Tradução Álvaro Hattnher. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moras – São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo**. 2. Ed. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 et al. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, I. de L. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

\_\_\_\_\_. de L. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

CORTEZ, Cinara Monteiro. A representação do amor na Transitividade: um estudo sobre os Processos e metáforas ideacionais em canções de funk e MPB. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC, RJ. **Artigo DLCV**. João Pessoa, v.7, n.1, jan/jun 2010, 69-84.

DIK, S. C. **Methodological preliminaries**. In: The Theory of Functional Grammar. Part 1: The Structure of the Clause. Ed. By Kees Hengeveld Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. **A Escrita Oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX**. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2005.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

FUZER, Cristiane. **Linguagem e representação nos autos de um processo penal: como operadores do direito representam atores sociais em um sistema de gêneros**. Santa Maria: UFSM, 2008. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008. Acesso 10/07/2014 às 15:00 h.

\_\_\_\_\_; BARROS, Nina Célia Almeida de. Ações verbais em textos jurídicos. **Nonada**. Letras em revista. Porto Alegre, ano 13, n.14, p.83-97, 2010.

\_\_\_\_\_; CABRAL, Sara Regina Scotta (Org.) **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2010.

\_\_\_\_\_. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. 1. ed. Coleção as Faces da Linguística Aplicada. Campinas, SP, Mercado de Letras, 2014

GHIO, Elsa; FERNÁNDEZ, María Delia. **Linguística Sistêmico Funcional. Aplicaciones a la lengua española**. 1 ed. Santa Fe: Universidade Nacional de Litoral; Waldhuter Editores, 2008.

GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v. I, 1984.

GOUVEIA, Carlos A. M. **Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional**. Matruga, Rio de Janeiro, v. 16, 2009.

HALLIDAY, Michael A. K. **An introduction to functional grammar**. 3 ed. London: Oxford University Press, 2004.

\_\_\_\_\_; MATHIESSEN, C. M. I. M. **Intoducion to functional grammar**. 3.ed. London: Arnold, 2004.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Tradução Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

HOPPER; THOMPSON, S. A. **Transitivity in grammar and discourse**. *Language*, v. 56, p. 251-299, 1980.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliologia**. S. Paulo: Hucitec, 1983

ILARI, R. **Perspectiva funcional da frase portuguesa**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LIMA-LOPES, R. E.; VENTURA, Carolina S. M. **A Transitividade em Português**. LAEL, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, e AELSU, University of Liverpool, United Kingdon, 2008.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. **Tradições Discursivas: conceito, história e aquisição**. Coleção leituras introdutória em linguagem; v. 4, São Paulo: Cortez, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI; L. A; XAVIER, A. C. (Org) **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna. 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *Gêneros textuais & Ensino*. DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.) 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.232.

\_\_\_\_\_. **Gêneros Textuais: o que são e como se classificam**. Recife, UFPE. Mimeo, 2000.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita – História do livro, da imprensa e da biblioteca - Com um capítulo referente à propriedade literária**. São Paulo: Ática, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos**. CHRISTIANO, Maria Elizabeth A.; SILVA, Camilo Rosa. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLSON, D. R. A escrita como atividade metalinguística. In: **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_.; TORRANCE, N. (Org.) São Paulo: Ática, 1997<sup>a</sup>. Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: **Cultura escrita e oralidade**. OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (orgs.). Coleção múltiplas escritas. São Paulo: Ática, 1997b.

PESSOA, Algumas comparações entre manuscritos e impressos brasileiros (Séc. XVIII e XIX). **Memorat: tecnologia, memória e cultura urbana na formação brasileira**. (Org.) Gilda Maria Whitaker Verri. Recife, Ed. Universitária da UFPE, p. 27-34, 2013.

\_\_\_\_\_. **Língua, texto e história: (manuscritos e impressões na história do português brasileiro)**. Recife, Programa de Pós-Graduação da UFPE, 2005.

\_\_\_\_\_. Marlos de Barros. Da carta a outros gêneros textuais. In: **Para a história do português brasileiro**. Notícias de Corpora e outros estudos. Volume IV.

Maria Eugênia Lamoglia Duarte e Dinah Callou (Org.) VERJ/LETRAS FATERJ. Rio de Janeiro, 2002.

REBOUÇAS, Ângela Cláudia Rezende do Nascimento. ***Processo de redução linguística em documentos de Tombo dos séculos XIX e XX de Mossoró: uma abordagem diacrônica***. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, PROLING, 2011.

RIBEIRO, Roberta Rocha. **A Transitividade em Cartas do Leitor à Luz do Funcionalismo**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, UFG, 2009.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. (2000). ***Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil (Manuscritos da época das Bandeiras, século XVIII)***. São Paulo. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Fabiana de Souza. **Uma abordagem diacrônico-comparativa da abreviação em diferentes gêneros, suportes e tecnologia**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2006.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Linguística, 2002.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. Análise crítica e sócio-retórica dos elementos enunciativos do gênero ofício – gênero textual da correspondência oficial. In: **Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**, 4. Ed. Tubarão. Anais. Tubarão, Universidade de Santa Catarina, 2007, p. 1451-1460.

SOARES, Tiago Gomes; GOMES, Valéria Severina. **Identidade e Memória em manuscritos e impressos pernambucanos: língua, história e cultura através dos textos**. Recife: Ed. dos Autores, 2012.

SOUZA, Maria Medianeira de. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. Recife: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPE. Recife, 2006.

TAVARES, Manuel; RICARDO, Maria Manuel C. **Breve história do acordo ortográfico**. Revista Lusófona de Educação, 13, 2009 disponível em:

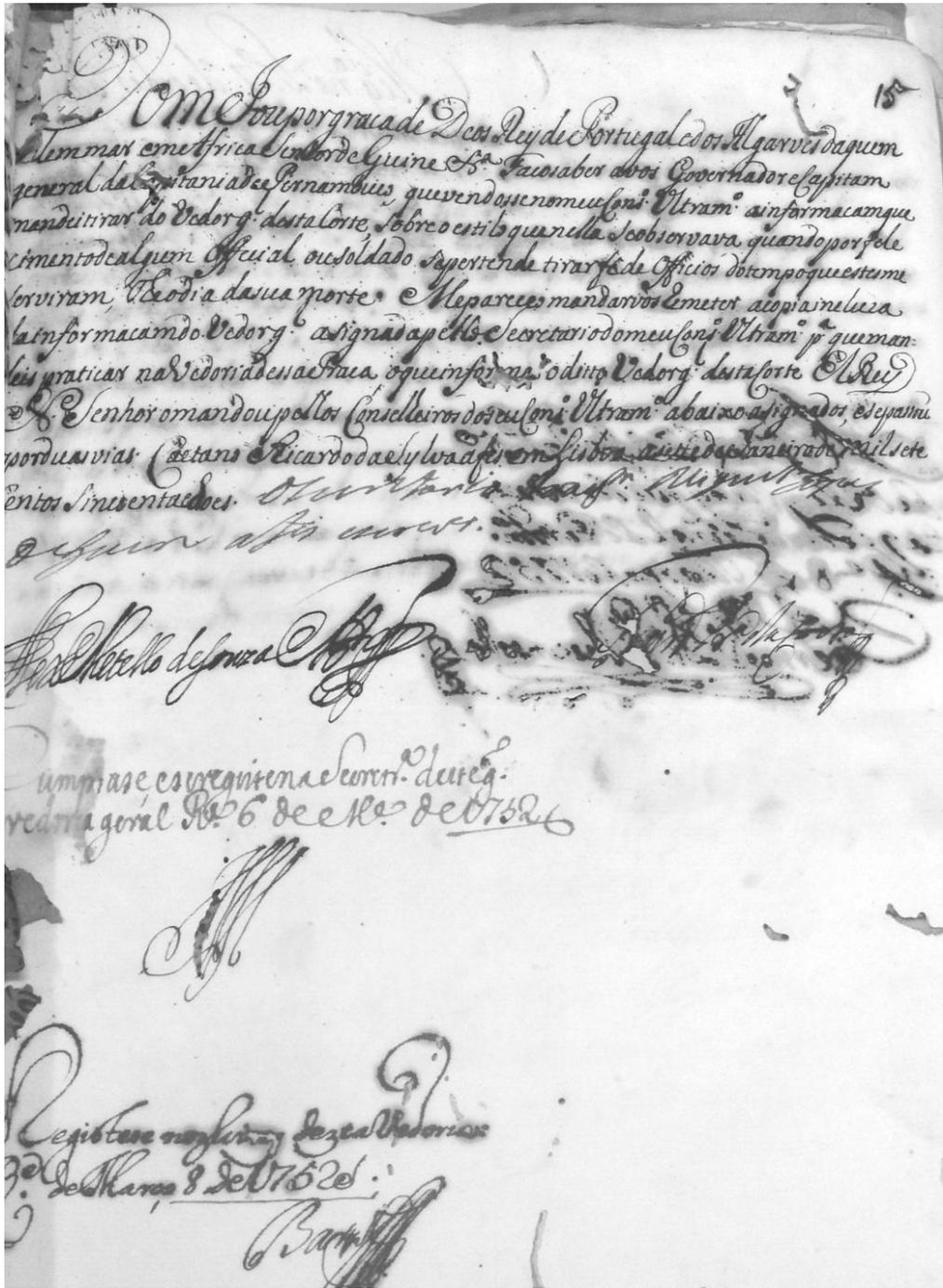
<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/554/452>

<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/almotacel/3716/>

Acesso 20/07/2014 às 13:00 h.

# **ANEXOS**

Anexo A – Manuscritos



(OR1)

Anexo A.1

Com Joze por oração de D. Rey de Portugal e dos Algarves daq. m.  
 da capitania de Pernambuco que o capitam mor da Ordenança da Villa de Aguirá  
 mandou fazer em carta de direito de D. Rey do presente anno que o capitam mor de feará Vis  
 impedida a jurisdicção que he á dada pela Alvará de direito de outubro de mil. e setecentos.  
 Visse para fazer a nomeação de capitam mor da Ordenança de fe no seu distrito em  
 que o capitam mor de Aguirá estava vacante em 1707, suppondo o dito feará que  
 mandou aquelle pela Ordem de tres de novembro de mil. e setecentos, quaranta, enove, e man.  
 das e não prova o prob. da Ordenança de fe no seu distrito, não attendendo o dito  
 capitam mor de feará e nem aquelle de fe no seu distrito da fãmara, não attendendo o dito  
 feará, o que visto. Me parece ordenar he informei com vossos pareceres ouvidos por  
 mandou pelo fons. do seu fons. Vnhamar. abaixo assignado, e se pagou por duas vezes  
 de Manoel a fazer em Lisboa a quatorze de dezembro de mil. e setecentos, cincoenta,  
 e quatro.

Antonio de Siqueira  
 Intermittentes da fãmara

(OR4)

Anexo A.2

23 27

**S** Mag. Jey. Servido ordenar ao Curador de dita  
 Capitania tomar as contas do Provedor g. os Officiaes da Mesa de Santo  
 Antonio e Negrois. p. cobrar as esmollas g. as maradras da mesma Cap.  
 Officereim armamos Santo, como tambem do que tiverem recebido das  
 p.leytas. Que os mesmos Jey. Servido, q. necessitando elle p. esta diligencia  
 do Auxillio de Cr. Neda todo o que necessitar. E p. os Officiaes da d.  
 Mesa Representar os armamos Jey. q. nessa Capitania temão quãto mais  
 inteiramente as privilegios q. Metinda comedião, e se hão de temetter a  
 Mercedena Recomende a Cr. Muy particularm. se face observar, nas  
 sentidas q. as esmollas q. Setorarem se apiliquem a outra Igreja q. Nã  
 seja o d.ito Santo nesta Corte, como se Expressa nos mesmos papas.  
 D. Jey. G. N. de 7 de Abril de 1752

**P.S.** Nã cabendo no tempo expedirse a confirmação dos  
 Privilegios. E se Mag. servido ordenar, que tenão todos os  
 effeitos os antecedentes a He a d. dita seguinte em que mais  
 confirmados. Nodia a uma.

Antonio Joseph de Gouvea e Hoff.

(OR5)

## Anexo A.3

57

V. M. na primeira occasião que houver de Embarcar  
 do Belém do mesmo Senhor, alguns Vinheiros de  
 Camarões da mais esquelitos que se acharem com a  
 pitancia, vindo com separações nos mesmos Vinheiros,  
 com as quecas nelles; fazendo recomendar às Comarças  
 a quem se entregarem o cuidado, e bom trato que deve  
 dar-lhes para que cheguem vivos: Os quaes me irão  
 a entregar.

Deo<sup>de</sup> a V. M. Nossa Se-  
 nhora da Ajuda a 11 de Novembro de 1761.

João de M. Custodio

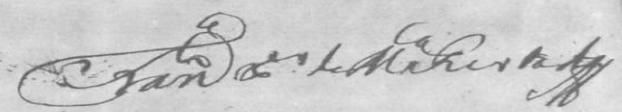
(OR6)

Anexo A.4

39


 O Sr. Rey manda remetter a V. Mage. a Petição inclusa com os documentos juntos de Antonio Gonçalves de Araujo e he servido que se informe sobre o conteúdo na dita Petição interpondo o seu parecer.

Deus guarde a N. S.ª Real do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 23 de Dezembro de 1762.



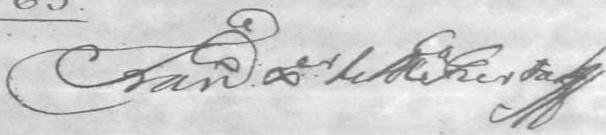
OR7

Anexo A.5

22


 O Sr. Rey manda descarregar e por na sua devida arrecadação as seis cêntas arrobas de Polvora que o Sr. Mag.º ordenou se embarcassom nas duas Naos da Companhia Geral declaradas nos ditos conhecimentos, a que os V. Mage. applicará segundo a necessidade e pedir.

O Sr. Rey guarde a N. S.ª Real do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a 27 de Novembro de 1765.



P. S. as Cartas inclusas mandará V. Mage. entregar ao Ministro a quem se exigem.

(OR8)

## Anexo A.6

Sendo presente o Sr. Mag. de  
 me dirigio na datta de 2. de Mayo do anno proximo pas-  
 sado, em resposta da qual V. Ex. escrevi em 6. de Fevereiro  
 de 1765. Sobre se mandarem administrar por Contas de Res-  
 pectivas os Contratos dos Direitos dos Escravos, que das tres Ca-  
 pitancias do Rio de Janeiro, da Bahia, e dessa de Pernambuco  
 passao para as Minas; e a Proposta que V. Ex. fez na Junta  
 que mandou convocar para se desdizerem algumas duvidas,  
 em que entrara para a inteira observancia da referida Carta.

O mesmo Senhor manda Louvar a V. Ex. tudo  
 o que obrou respectivo a execucao da quella Ordem d'intermi-  
 nando, que na Conformidade do que se assentou na mesma  
 Junta, se fique inteiramente observando o determinado nel-  
 la atle nova Ordem de Mag. que recommenda a  
 V. Ex. a Remessa da Conta do que produzirem annualmen-  
 te, os sobre ditos Direitos nessa Capitania para a vista da  
 mesma Conta, e das que vierem das outras Capitancias,  
 se tomar a Resolucao, que for mais util a beneficio dos mes-  
 mos Direitos, e arrecadacao delles.

Deus Q. a V. Ex. Sítio de Nossa Senhora  
 da Ajuda a 28. de Mayo de 1767.

Fran. de Azevedo

(OR9)

## Anexo A.7

M<sup>mo</sup> Ex<sup>mo</sup> Sr.

Toda Cópia junta de huma carta do Conde Copião Mor, antecessor de V.<sup>ra</sup> Ex.<sup>ca</sup> no Governo dessa Capitania, e pelas duas relações também juntas, assignadas por Manoel Pereira de Souza, Contador Geral da Apta. occidental Territorio da Relação da Bahia, e Governador q. nelle se comprehendem; e por V.<sup>ra</sup> Ex.<sup>ca</sup> como se remetterão ao Real Erario as certidões dos rendimentos e despesas da Fazenda Real das Capitancias do Ceará e Rio Grande do Norte; e como as desta ultima Capitania se achão totalmente informes, e as do Ceará diminutas e faltas de algumas explicações necessarias para no mesmo Real Erario se proceder à escrituração exacta, e methodica na forma q. Sua Magestade tem ordenado. Igualmente por V.<sup>ra</sup> Ex.<sup>ca</sup> a formalidade, e como q. se faz necessario q. na Provedoria do Rio Grande do Norte se remittão as certidões de todas as receitas e despesas desde o primeiro de Janeiro de mil sete centos setenta e dois, e de todos os annos successivos, e como q. na Provedoria do Ceará se devam continuar a remittir as q. faltão do anno de mil sete centos setenta e cinco, e de q. mais tem decorrido, e decorrerem. O que V.<sup>ra</sup> Ex.<sup>ca</sup> fará executar pela parte q. lhe toca com abreviada possivel.

Deus guarde a V.<sup>ra</sup> Ex.<sup>ca</sup> Lisboa 27. de Janeiro de 1768.  
 Conde de Oeyras

(OR10)

## Anexo A.8

100

Sua Mage. mandou por momep-  
ta a Charrua, que corria esta Carta, para fazer  
Viagem ao Rio de Janeiro, e transportar todo o Pão Bra-  
zil, que hella se poder carregar. E he servido,  
que V. M. mandando embarcar com a maior bre-  
vidade, faça com a mesma expedir a dita Charrua,  
desta parte, que não perdendo tempo algum, possa  
voltar sem demora para esta Corte.

Tambem o mesmo Senhor ordena, que  
em Conserva da dita Charrua, mande V. M. com a mes-  
ma Carga de Pão Brasil o Navio Holandez,  
que ahi foi apprehado; vindo igualmente cometi-  
dos por ambos com a maior seguranca todos  
os Prezos incurridos no Contrabando do referido Na-  
vio, e com todas as provas, que contra elles houve-  
rem acrescido.

A mesma Charrua Leva Gente Compe-  
tente para guarnecer o dito Navio Holandez, e  
nesse Porto se deverao separar as suas Respeitivas  
Equipagens.

Suas Magestades, e Altezas,  
gozam da perisissima Saude, que todos os seus  
fideis Vassallos lhes desejamos.

Deo. g. a V. M. Palacio de Nova Se-  
nhora da Ajuda a 12 de Agosto de 1771.

P. S. Previno a V. M. Toda a cautela e recommendação com q. deve  
vir os dous Prezos Portuguezes que foram achados no so-  
redito Navio Holandez.

cy  
S. Manoel da Cunha  
Menezes.

Alvar. de Mello et alij

(OR11)

Anexo A.9

136

V. Ex. S. n. r.

Sendo entendida q' com esta  
 pequena demonstração do que a V. Ex. deve, he' tomarse o tempo  
 a' respeito em outras occasiões, não se p' significar a V. Ex. a  
 effeicacia de q' sempre me a' to' tem. S. n. r. V. Ex. não se  
 sabe, mas tambem para fazello solo q' São insinuaveis de  
 minha lembrança as admoestões com que V. Ex. sempre me  
 distinguio das quaes São eterna e mais agradável, e a ob-  
 sequiã com que amo. A obediencia executaria se he' estima-  
 ção porciã

De Copia inclusa para V. Ex. quer' a' Mag.  
 determina se obedece a' honra de sua saúde, e de  
 nã a' Cortes que em cada fazenda as mesmas determina  
 ções, por q' si oprimido he' com q' V. Ex. promover a' in-  
 tenção do Real fazenda, e nã a' Cortes e q' V. Ex.  
 fará entãto effeicacia as mesmas Ordens advertindo a' ex-  
 cutores de he' q' se inteno Comprom.

E p' Comprom. as de V. Ex. fizo sempre com uma  
 promptã fidede.

D. G. a' V. Ex. Doo. 15 de Jun. de 1713

V. Ex. S. n. r.  
 Manuel Ignacio de Sandoval  
 e Meneses.

D. V. Ex.  
 Criado m. obrij. con.

Diego J. de S. n. r. Marquez

(OR12)

## Anexo A.10

4

Sua Magestade manda remetter a  
 V. S. as Cédulas e Incluzas dos generos, que vão por esta tra-  
 gata Nova Serrá da Nazaré, para se dar a guarda aos  
 dous Regimentos de Infantaria, e Companhia da Artilharia  
 desta Capitania, e quasi V. S. mandará descarregar, e distribuir  
 segundo os Ordens do mesmo Serrá.

Desse J. J. Palácio de V. S. S.  
 Serra da Ajuda em 25 de Junho de 1774

Manoel de Mello e Camp

(OR13)

## Anexo A.11

Sendo presente a El Rey Meu Senhor a Carta, que  
 V. S.<sup>ria</sup> me dirigio, da data de 5 de Março deste anno, dando  
 parte, assim da cauza porque não mandou render o Destaca-  
 mento da Ilha de Fernando, como das Providencias, que tem  
 dado, para alli se reedificarem os Armazens Reaes para a se-  
 guranca da mesma Ilha; como tambem da necessidade de  
 ferragem para as Carretas, que tem mandado appromptar  
 para a artilharia daquella Praça: Foi o mesmo Senhor Ser-  
 vido approvar as prudentes disposicoens de V. S.<sup>ria</sup>  
 E pelo que respecta ao provimento da ferragem pela  
 Secretaria de Estado do Ultramar terá V. S.<sup>ria</sup> a Decisao  
 necessaria.

Deus guarde a V. S.<sup>ria</sup> Oeyras 12 de Julho de  
 1775  
 Marquez de Pombal

(OR14)

## Anexo A.12

83

Recebi a Carta de V. S.<sup>a</sup> com Data de 15 de Junho do presente Anno, em resposta do meu Officio de 23 de Agosto do Anno passado, em que participava a V. S.<sup>a</sup> as Ordens de Sua Magestade a respeito de Sebastião Lopes Vidal não ser inquietado, por cauza dos Crimes de que tinha sido accusado, e principalmente pela Morte que se lhe attribuiu de Gaspar de Almeida Gadelha. Esobre a duvida que V. S.<sup>a</sup> teve a este respeito, devo dizer lhe, que sendo esta Real Determinação unicamente fundada na Sentença de Absolvição, que o dito Sebastião Lopes alcançou na Caza da Suplicação desta Corte, de que remeto a V. S.<sup>a</sup> huma Cópia; não foi, nem he da Intenção de Sua Mag.<sup>e</sup> embaracar por modo algum aos seus Vassallos os meiores ordinarios da Justica, para os proceguirem em Juizo Competente; e nestes termos se a Viuva do Morto quizer accusa-lo Judicialmente quando elle chegar a essa Capitania, ou ainda passar a esta Corte para o de effeito, não a deve V. S.<sup>a</sup> embaracar, antes facilitar lhe todos os meios para que ella consiga a reparação que lhe for devida.

Deus Guarde a V. S.<sup>a</sup> Palacio de Queluz em 21 d. Junho de 1782.

Mans. de Mello e Castro.

(OR16)

## Anexo A.13

Sua Magestade Attendendo ao novo  
 requerimento que theses Manoel de Araujo Cavalcanti,  
 que serve de Procurador da Coroa e Fazenda, e de Deputado  
 da Junta da Administracão e arrecadacão da mesma  
 Fazenda na Capitania de Pernambuco, em que pede se lhe  
 estabeleça ordenado annuo pelos ditos empregos. E se ser-  
 vida mandar remeter a V. S.<sup>a</sup> por copia o Aviso de 23  
 de Junho de 1774 pelo qual se mandou informar o pri-  
 meiro requerimento do dito Cavalcanti. Enão havendo  
 até ao presente chegado ao Real Erario a dita informa-  
 ção ordena a V. S.<sup>a</sup> que V. S.<sup>a</sup> informe da  
 justiça que assiste ao Supp.<sup>o</sup> na conformidade do sobre dito  
 Aviso

Deus Guarde a V. S.<sup>a</sup> Lisboa 26 de Maio de 1783.

Luiz de Moraes e Almeida

(OR17)

## Anexo A.14

N.º 8.º

65

Quando presente a Sua Magestade a petição inclusa de Dona Jozepha Ignacia Xavier, Religioza no Convento de Odivelas, e a extrema necessidade em que se acha pela falta de assistência da Tença que seu Pay lhe deixou por sua morte, a qual não tem pago de annos a esta parte a seu irmão, como devia, e era obrigado. He a mesma irmã servida, que chamando V.ª a sua proceza lhe insinue a obrigação que tem de alimentar a dita sua irmã; e quando este o duvide fazer, nomeie V.ª hũ dos Ministros dessa Capitania para que quechando a si o Testamento, e Inventario que se fez por morte do dito seu Pay seja de concluir o mesmo Inventario, e obrigue a satisfação da sobre dita Tença; dando V.ª conta por esta Secretaria de Estado de tudo o que se obrar a este respeito

Deos q.ª V.ª.º Palácio de N.ª.ª

Ca Ajuda em 14 de Março de 1787

Mar.º de Melho e Cas.º

## Anexo A.15

4 -  
 23  
 V. E. S. M.

Que eu llo me ordeno cometa a Junta da Real  
 Fazenda de Pernambuco o seguinte o seguinte  
 para que elle mandar receber de João Ferreira  
 Capitão do Navio São João da Bahia duas  
 cartas com suas fecladuras e sellos, em que vá  
 uma Portica, para ser entregue a ordem do  
 novo Governador e Capitão General da  
 Capitania, fazendo para os recibos pela parte a  
 que pertencer, para descarga do dito Capitão. O  
 que participo a V. E. para que por Serviço  
 da Sua Magestade assim se faça presente na mes-  
 ma Junta.

Deus Guarde a V. E. muitos annos  
 24 de Setembro de 1787

(OR20)



## Anexo A.17

Dign.º Ignacio Pinto.  
 No Anno de 1799 este Innocencio da  
 Costa Mourinho, alvoroou de Sua Ordr.ª nesta Vi-  
 lla de Alagoas, occupou juntam.ª pelas leis o Cargo  
 de Ouvidor Geral, e com esta autorid.ª e sefex publico, e quieria  
 proceder summariam.ª contra dd.º Cabo, prendendo-o pr.  
 m.ª, e com esta nat.ª auzentou-se He oje desta Villa, e  
 desde adia emq.ª fora acommetido, nunca ja mais nella  
 meconsta substira, nem mais morara em comp.ª de-  
 Ueus Pais, e Irmans õmrradas, e ocellas.  
 Esta he acauzra q.ª teve dd.º Cabo de Esqua-  
 dra, Manoel Gz.º Medina, deseletrar desta Villa,  
 das Alagoas, he esta averd.ª comq.ª devo informar, e  
 compalavra deõnra, e affirmo p.ª ser publico  
 Quartel do Emq.º V.º Antonio da Villa  
 das Alagoas 23 de Fev.º 1804

E.º Ignacio Pinto  
 Coronel

(OR26)

## Anexo A.18

O Principe Regente e Vosso Senhor Attendendo ao que lhe remetteram  
 14 de Junho del 804  
 Sendo presente a S. A. R. o Principe Regente Vosso Senhor, o of-  
 ficio que a Junta da Fazenda da Cap. de S. Paulo dirigio a este R.  
 E. S. de baixo da data de 26 de Abril do anno proximo passado, em  
 que participava ter deliberado e scitar o pagamento dos Saldos de Major  
 Engenheiros Thomaz da Costa Correa Rebello e Silva, por lhe comstar  
 ficarem demorados por negocios proprios na Cap. de Goyaz, e não hira de  
 ligencia da demarcaçao de Semiehy, a que foi mandado a Cap. de  
 Mattos Grossos, pelo Ex. Gov. da de S. Paulo An. Manuel de Mello  
 Castro e Mendonça: Emergendo a deicção desta dependencia huma  
 seria contemplação: He por tanto o Vosso Augusto Senhor Servido,  
 que V. S. informe sobre este assumpto com toda a individualidade, e clar-  
 ea necessaria, especificando se era, ou não precisa esta Commissão pa-  
 ra aquelle fim, por se fazer tudo preciso para se conservar regular a  
 Legalid. a certora deste facto.

D. G. V. S. Lisboa 14 de Junho del 804  
 Luis de Nass. Es.

MM28

Anexo A.19

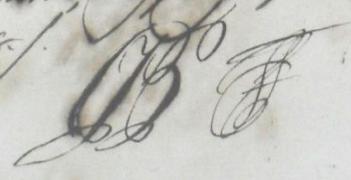
Ex. mo. H. mo. S. mo.

O Principe Regente Nosso Senhor, he servido que  
 V. Ex. S. e. H. abra as vias do Real Serviço que pela  
 Chamma Activo são dirigidas ao Governador, e Capiti-  
 lio General, desta Capitania, por esta Secretarias de  
 Estado, e que faça dar a divida execução as Reaes Or-  
 dems que ali se declarão, em caso que o dito Governador  
 não tenha ainda chegado a esta Capitania.

Deos Guarde a V. Ex. S. e. H. Palácio do  
 Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1808.

Vicente de Anadim.

Imprese Anno J. N. M. da, e Registe no cartorio  
 desta Presença em 18 de Junho de 1808.





## Anexo A.21

Almo Exmo Sr.  
M. e. C. S.

Recebi Ordem de V. Ex.<sup>a</sup> para me fazer  
 certa nota aquas, e do fundo de os Lame-  
 ras; o Navio de meu Commando se acha por-  
 to, e occorrido de custo de mantimentos Lombo,  
 e parte d'Agua; e que se para receber depois  
 de ter dado fundo no Lameiras. Outros sim  
 me falta a Complemento aquarrigas 66 pra-  
 gas, incluindo mate n.<sup>o</sup> y soldado, que se  
 quer proporcionar com Manutencao; sendo fei-  
 to mencao desta falta, em todas as Partes,  
 assim como tambem Representado ao Co-  
 mte. da Policia. V. Ex.<sup>a</sup> determinara o que  
 for devido. Dos pp. de V. Ex.<sup>a</sup> Bar-  
 do Curato de Santa Cruz no Municipio de  
 de Agosto 1817

Joze Luiz de Paes Barreto  
 Cap. General

## Anexo A.22

Ilmo. Sr. Intendente  
 Com. de Minas Geraes  
 P. de Minas Geraes

Contem a vossa me seu Ordem e Evidente  
 de V. S.ª havia de ser minha Noite que V. S.ª  
 me mandava dizer que impedisse a Saída  
 de Embarcações, e qual' for em ti' hoje q.  
 tive a honra de hai perguntas a V. S.ª se he-  
 rão todas as Embarcações, me disse q. he' rão  
 pagas para a Pa. e q. immediatamente de-  
 zempedi todas as Outras daquelle momento  
 por deute, e he' o q. tenho a honra de dizer  
 a V. S.ª pois não me consta q. fosse ninguem  
 das Embarcações Estrangeiras pedir Per-  
 missão p. sair, se for se houverem sellas  
 nisso em terra pois mesmo as horas de  
 Maré p. Sair he' p. de pois de Meio  
 dia.

Porto 16 de Maio de 1818

João Pedro de Oliveira Carmo. 47  
 Jo. de A. Corr.

## Anexo A.23

Compro com as Ordens de V. E.<sup>a</sup> o melhor  
 que me foi possível: fiz-se a villa e Bergantim  
 do meu Commando, no Lugar D. Maria Theresia,  
 no dia oito, sahimos a Barra, e continuamos abor-  
 dejar para montar o Cabo de Santo Agostinho; no  
 dia nove, procuramos a Costa athe Serinhem, Ilha  
 de Santo Alago, e S.<sup>a</sup>, sem que se viu Embarcação  
 alguma pela Costa; ao Sol-posto fomos surpren-  
 didos por humma Calma, junto a Barra de Ser-  
 inhem, que estorvava os Navios de Sua Magestade  
 varem perdidos, porque havia muito mar, e a Costa  
 não he Capaz para se dar Fundo, e as Bar-  
 ras so a de mi tem pequenos Barcos; pelas oito  
 horas da noite veio o vento Sueste muito forte,  
 de Aquaveiras, e nos obrigou a vir hoje com trou-  
 balho, e perigo buscar a Barra por necessidade.  
 Quanto passo a informar a V. E.<sup>a</sup> he que  
 por esta parte da Costa não ha Embarcação  
 alguma de sua pte. Dos Guardes a V. E.<sup>a</sup> Bo-  
 do do Bergantim Principiazinho Sorto em Per-  
 nambuco 10 de Outubro del 1754

## Anexo A.24

Ilmo. Sr. Intendente  
 P  
 Lendo bordo das embarcações decaes, q' se acham  
 neste porto, não se tem dado razão de aguard.  
 ha' sete dias, por não terem os Negociantes en-  
 carregados das compras entrado nos Armazens  
 deste Arsenal com a que se pediu em delação  
 de 19 de 2.<sup>o</sup> do cor. Assim como o seu juro, o qual  
 se tem suprido com a Cruz, e deste m. só existe  
 nos Armazens dois algr.<sup>os</sup>. He o que posso in-  
 formar a V. Ex.<sup>a</sup> q' mandara o q' for servido.  
 De 12 de Dez.<sup>o</sup> de 1818.  
 Luiz Maria de S. J.

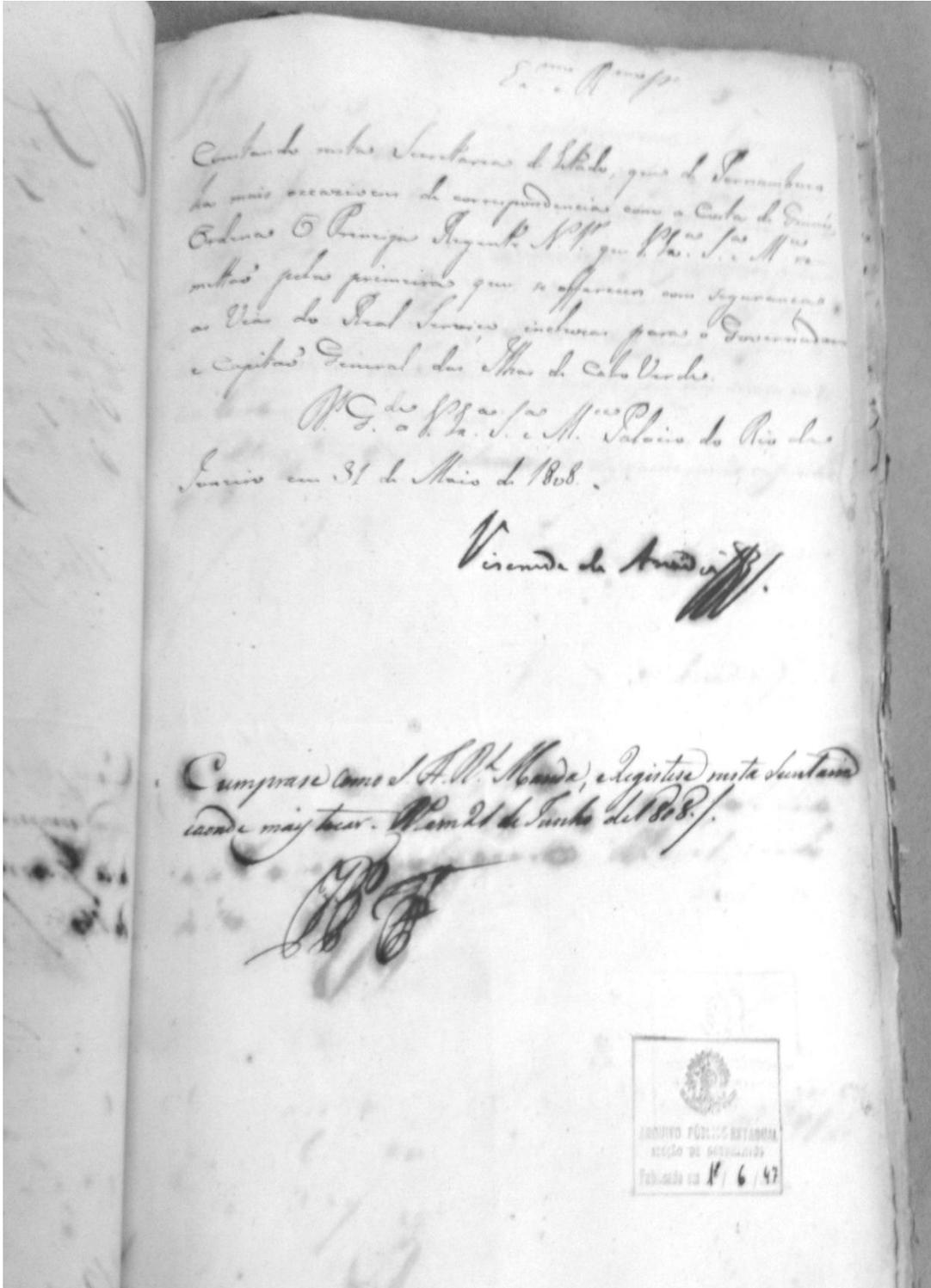
Anexo A.25



Ilmo. Sr. Ex. Sr.  
 Partecipo a V. Ex. que achamma  
 successo de meu Commando, e acha  
 pronta para se fazer a villa ama-  
 nhã 28 de corrente, nao impedindo  
 do o tempo, e nao mandando V. Ex.  
 contrario. Dux G. a V. Ex.  
 Quartel da Mariuha  
 27 de Janeiro de 1819.  
 Luis Joze da Silva  
 P. Ten. Coronel.

MM36

Anexo A.26



## Anexo A.27

V. M.  
 V. M.  
 O Sereníssimo Senhor Infante. Minis-  
 tro General, Vio o officio que V. M. me dirigio  
 em data de vinte e sete de Novembro proximo,  
 nas resoluções incluzas da despeza de soldos, come-  
 dorias, e generos com que V. M. soccorreo o Ber-  
 gantim Atacao de que he Commandante o  
 Cap. Ten. Joze Joaquim da Silva. S. M.  
 fica certo no seu contentado, e do bom service  
 que V. M. fez, com o mesmíssimo soccorro.  
 D. M. quando a V. M.  
 Quartel General da Armada no Taco do  
 Rio de Janeiro em 28 de Dezembro de 1760  
 V. M. Ex. M. Sr. Castano  
 Pinto de Miranda Montenegro.  
 Joze Estevao de Seixas Guzman.

## Anexo A.28

Sr. Inspector Affmo. Exmo. Senhor Presidente  
 Reg. do O. de  
 36

Tenho a honra em levar ao conhecimento de V. Ex.  
 a queixa do Indio Corcio empregado no  
 trabalho desta Adm.<sup>ca</sup>, e como ella me pare-  
 ça razoavel, não sendo para seu effeito ne-  
 cunario a Nação depender de outro a V. Ex.  
 hum quarto proximo a Adm.<sup>ca</sup> do mesmo  
 Corcio q. se acha desoluto, e q. he bastante  
 p. se agasalhar, e guardarem com se-  
 gurancia as suas terras, cujo quarto se acha  
 de baixo das vistas do Inspector das Obras  
 Publicas, a fim de evitar despesas, e incom-  
 mo q. outros seus companheiros ja tem  
 soffrido de penhas q. movidas de intexus  
 do seu Salario. He facultado precaria  
 hospitalidade, tornando-se desta arte ma-  
 norada a subsistencia dos quixoros nesta  
 Praca, e assim V. Ex. com a justiça que  
 costuma decider e q. for de fazer  
 Des. Guard. V. Ex. Adm.<sup>ca</sup> do Corcio de  
 Pernambuco de Setembro de 1825

Sr. de S. de S. Sr. Antonio de Souza Brandão

## Anexo A.29

Sendo o dia de antemão quando para a partida de Corvino  
 tomara d'ella 400 Cruzes, que se Interim de 1100 de 16 de  
 Setembro d'este anno assim me foi prometto; acaudo a decaer  
 antem hum corvino que devia huir em companhia de outro que  
 se achou prometto para aquella lida, e acaudo em escico q  
 pidi acaudo, esta jornada me mala das costas, sendo condejo  
 da por hum se comuñico, quando da quella parte deu,  
 tendo assimltaimanti d'ella em q'ora proprio p'cedo par  
 tido dezoza para p' sem rijo em uq'ito acaudo poder expulso a mal  
 da costa, e aquella lida, em razão de expulso sem q'm  
 1100 cruzeiros e q'm d'os q'antem a reti repulso  
 Dios q' a l'ra com repulso d'elija  
 Ham do b'rio de 1100 de 16 de Novembro de 1839

Juan Sr. Thomas B. Casin d'Alm  
 Proprietario desta Interim

Anexo A.30

Com o Estabelecimento de Correio itinerario p<sup>o</sup> acommunição  
 das ditas Prov.<sup>as</sup> com a da Bahia de Estado da Bahia, foi de  
 Tomar o 6 honras ovidentes cada hum p<sup>o</sup> dia de 1<sup>o</sup>, e de  
 mais condicões e modo em virtude do Capitulo, tornando  
 n<sup>o</sup> p<sup>o</sup> isto necessarios iguaes numero, agora porem que  
 o da Prov. de Sergipe remonta ate a Goyana, mais porem  
 esta d'ida, p<sup>o</sup>ente central de communição com a  
 guilha das. e de retro e as outras, baste hum re  
 Correio p<sup>o</sup> manter esta communição, p<sup>o</sup> q<sup>o</sup> p<sup>o</sup> p<sup>o</sup>  
 deve pagar a d'idos e de p<sup>o</sup> que actual for este  
 e de com mais hum correio de mais. N<sup>o</sup>  
 parem decidida e q<sup>o</sup> for mais justa.  
 Dia Quarta a 15 de Administracão do  
 Correo de Camamburo N. de Moraes d'1830  
 N<sup>o</sup> de Camamburo Joazeiro  
 Subscrito de Mascovello, Sec<sup>o</sup>  
 desta Província  
 Dr. Antonio de Souza

## Anexo A.31

Com a inclusa Tabela do Vencimento para as  
 Despesas do 1.º de Julho de 1832 a 30 de Junho de  
 1833 satisfeitas na forma que me determina V.ª  
 na Portaria de 10 de Janeiro do corrente, reservando  
 na referida Tabela as despesas que de novo podem  
 ocorrer do estabelecimento ou creação de mais Correios  
 itinerarios, e com a mudança da Cara dos Correios que  
 se faz de absoluta necessidade.

Deo Guarda a V.ª mt. ann. Aclm<sup>am</sup> do Cor-  
 reio de Pernambuco 18 de Janeiro de 1831

Mm<sup>o</sup> Com<sup>o</sup> J. P. M.  
 e Ex. Ant. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos  
 Provedor desta Provincia

CG175

## Anexo A.32

136. M<sup>me</sup> e Co<sup>ma</sup> S<sup>ma</sup>?  
247

Tenho a honra levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, que as amostras de fazendas de queu faz mercão a Cartaria de V. Ex.<sup>a</sup> de 25 de corrente, todas ellas sem excepção sem avulsas como mesmo as cartas sem aquella formalidade prescripta pelo Regulamento da Administração Geral dos Correios de 5 de Março de 1829; por que como estrangeiras não são obrigadas a formalisar malas, nem a metter dentro d'ellas cartas, ou amostras de fazendas: e como V. Ex.<sup>a</sup> na precitada Cartaria me tinha ordenado que saija somente parte das amostras que vierem fora das malas das cartas, e não havendo como fica expellido malas, se devo todavia dar grates touz amostras, ou se deo parti-las conforme as ordens que tive a honra em original patente abas a V. Ex.<sup>a</sup>; sobre esta duvida peço a V. Ex.<sup>a</sup> digni-se esclarecer-me para com acerto desimpunha as determinações de V. Ex.<sup>a</sup> a quem Deus Guarde muitos annos. Adm<sup>am</sup> Geral dos Correios de

Bern. 31 de Janeiro de 1834.

Emo J<sup>o</sup> Fran<sup>co</sup> de Paula Cavalcanti d'Albuquerque,  
 diante desta Presidencia D<sup>no</sup> Antonio de Souza Pereira  
 Administrador dos Correios

## Anexo A.33

No pedido que a V. Ex.<sup>a</sup> indizes p.<sup>a</sup> que for-  
 sem as malhas, q.<sup>e</sup> servem de conduzir as corresponden-  
 cias terrestres desta Prov.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> as diferentes Agencias  
 concertadas eimas, e obliadas sitras p.<sup>o</sup> Arsenal de Gua-  
 ra, mais me occorreu na 2.<sup>a</sup> occasião pedir igualmente  
 a V. Ex.<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> q.<sup>e</sup> fossem p.<sup>a</sup> ali feitas umas malhas novas  
 mais reforçadas p.<sup>a</sup> conter as correspond.<sup>as</sup> de Maranhão,  
 Alagoas, e as de mais Agencias, q.<sup>e</sup> pode affluir com  
 a chegada directa a esta Prov.<sup>a</sup> de alguma Embarcação  
 do N.<sup>o</sup>, e S.<sup>o</sup>, como tambem seis postas pequenas de  
 curso p.<sup>a</sup> conduzir dentro as correspondencias Officiaes,  
 q.<sup>e</sup> são p.<sup>a</sup> esta Adm.<sup>am</sup> ismstantim remettidas de umas  
 p.<sup>a</sup> outras Authorid.<sup>es</sup> em diversos pontos aonde se na-  
 acham estabelecidos regularm.<sup>te</sup> Agencias de Comercio, e q.<sup>e</sup>  
 agora o faço designando-se V. Ex.<sup>a</sup> de ordem o determi-  
 nar.

Deos Guardi a V. Ex.<sup>a</sup> Adm.<sup>am</sup> do Com.<sup>do</sup> de Pernambuco  
 de Junho de 1835

O mo J.<sup>o</sup> Francisco de Paula Carabontti di'Albuq.  
 idente desta Provincia

D.<sup>o</sup> Antonio de Souza Pinheiro  
 Administrador do Com.<sup>do</sup>

## Anexo A.34

Atchando-se extinta a Agência do Correio da Terração  
 d'Agua Preta, como me foi por V. Ex.<sup>a</sup> ordenado; caxi  
 d'aquelle encarregado, que me remetteu todos os papéis  
 e utencas a ella pertencente, chamando-o igualmente  
 a prestar contas do rendimento da referida Agência:  
 pelo incluso Officio em resposta, communico-lhe a dif-  
 ficuldade que encontro na remessa de tais objectos, q.  
 se por mar pode ter lugar a sua condução; em con-  
 sequencia pois, peço a V. Ex.<sup>a</sup> digni-se de dar suas  
 providencias para que me seja por intermedio do  
 Comandante do destacamento alli estacionado, remittido  
 todos os mencionados objectos por mar, os quaes achão-se  
 confididos em hui' caixa a cargo d'aquelle Agente.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Atme-  
 nistracão Geral dos Correios do Pern.<sup>o</sup> 27 de Junho  
 d'1835.

O. mo  
 Sr.<sup>o</sup> Francisco de Paula Cavalcante d'Albuquerque,  
 Agente desta Provincia.

Bento Antonio de Souza Pinheiro  
 Administrador do Correio

## Anexo A.35

Almo. Exmo. Senhor  
255

Sendo dado demissão do lugar de Agente do Carrão  
 da Cadeia de Olinda. 1.º e occupava Francisco da  
 Costa Texeira, por me achar pe de de em razão de a mu-  
 dos da guerra para esta Cidade, no meio para o de-  
 stituido ao Cidadão João Nicoláo Gomes da Matta p.  
 se achar ali estabelecido, e nelle concorrer as pericias re-  
 queritas, e como estava desde 22 dias mais passados no exercício  
 deste emprego por ipso requerito de V. Ex.<sup>ca</sup> digni-se  
 de expedir suas Ordens, para q.<sup>ta</sup> seja este Empre-  
 gado despues do serviço da Parócha N.<sup>ra</sup> do Muni-  
 cipio de Olinda, a q.<sup>ta</sup> pertence, sendo elle Parócho da 1.<sup>ra</sup>  
 Companhia do 4.<sup>to</sup> Batalhão da guerra Cidade  
 Deus Guarde a V. Ex.<sup>ca</sup> muitas annos Adme-  
 nistracão do Cap.<sup>to</sup> Parócho Fern.<sup>do</sup> 9.<sup>o</sup> de Maio de 1837.

Exmo. Senhor Vicente Thomaz Pinheiro de Figueiredo  
 o Jurizante desta Provincia

## Anexo A.36

Com a inclusa relação do ponto dos Emprega-  
 dos da Administração do Correio Geral desta Pro-  
 vincia satisfaco o que por este Ex. Governo me foi  
 determinado.

Deus Guarde a V<sup>ra</sup> muitos annos Ad-  
 ministracao do Correio de Pernambuco 6 de Fevereiro  
 de 1838

M<sup>mo</sup> Ex. Sr. Francisco do Rego Barros  
 Presidente da Provincia

Bruno Antonio de Souza Dias  
 Administrador do Correio

## Anexo A.37

Representando-me o encarregado da Agencia  
 de Correio da Villa de Joazeiro a necessidade da  
 substituição de hũa pessoa para a entrega das  
 cartas do Serviço Publico dentro daquelle Villa  
 que ali podem ser retardadas por falta d'uma  
 modicã em rasas do que exercia este encargo  
 ter-se demittido, e mudado de residencia, nome-  
 ara pro' ipso a quella encarregado hũa outra  
 pessoa para o substituir de nome Joze Nunes  
 Monteiro em observancia do Aviso da Secre-  
 taria d'Estado das Negocios do Imperio de 14  
 de Novembro de 1834, e como seja o nomeado  
 Guarda Nacional do Municipio da quella vil-  
 la, e ja se ache no exercicio da quelle encargo.  
 Pello a V. Ex.<sup>a</sup> em cumprimento do predito  
 Aviso, p.<sup>a</sup> que digno-se de expedir suas or-  
 dens para que seja elle dispensado do serviço  
 das referidas Guardas, durante o seu exercicio na  
 quella Agencia. Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>  
 muitos annos. A administração do Correio Ge-  
 ral de Tern.<sup>o</sup> 11 de Outubro d'1839.  
 do Ex.<sup>o</sup> Sr. Francisco do Rego Barros  
 idente desta Provincia  
 D. Antonio de Souza Brandão

CG 186

## Anexo A.38

Atto

Tris ta da incliada participação official que me  
 dirigio o Agente do Correio da Villa de Frons, e que  
 tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>  
 me ordenará V. Ex.<sup>a</sup> que destino devo eu agora  
 dar a elle. Osta feta que ontem ás 4 horas  
 da tarde, da quilla Villa aqui chegou tem de re-  
 gressar a manhaã ao meio dia: o que partici-  
 pa a V. Ex.<sup>a</sup> a quem Deos Guarde muitos annos.  
 A Administracão Geral dos Correios de Port.<sup>o</sup>  
 12 de Maio de 1840.

CG 187

(OR1)

APEJE- Setor de Manuscritos-Ordens Régias 09 fl.15 foto nº1 Recife, 07 de janeiro de 1752.

Dom Joze por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem/[d'alem mar] em Africa e Senhor de Guine &c. faço saber a vos Governador e Capitam/general da Capitania de Pernambuco, que vendosse no meu *Conselho Ultramarino* a informação que/ mandei tirar do Vedor *geral* desta Corte sobre o estilo que nella se observava quando por fale/cimento de algum oficial ou soldado se pertende [sic]tirar fe de officios do tempo que estes me/serviram ate o dia da sua morte. Me pareceo mandar\_vos remeter a copia incluza/da informação do Vedor *geral* asignado pello Secretario do meu *Conselho Ultramarino* para que man/deis praticar na vedoria dessa Praca o que informa o ditto Vedor *Geral* desta corte El Rey Nosso Senhor o mandou pellos Conselleiros do seu *Conselho Ultramarino* abaixo-asignados, e se passou/por duas vias. Caetano Ricardo da Silva o fes em Lisboa a sete de janeiro de mil sete/centos e cinquenta e dois.

[abaixo à esquerda]

Cumpra-se e registen[sic] a Secretaria do *Registro*  
Vedor *Geral*. Recife, 6 de abril de 1752.

Registen-se [sic] na lista desta Alvedoria  
Recife, 8 de março de 1752

**Anexo B.1**

(OR4)

APEJE- Setor de Manuscritos - Ordens Régias 09 fl.54 foto nº4 (1) Lisboa14 / 12/ 1752.
--

Dom Joze por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem/d'alem mar, em Africa e Senhor de Guine &c faço saber a vos Governador e Capitam General/da Capitania de Pernambuco que o Capitão mor da Ordenança da Villa dos Aquiras/ me deo contas em carta de dezoito de fevereiro do presente anno que o Capitam mor do Ceara lhe/ impedia a jurisdição que lhe he dada pelo Alvara de dezoito de outubro de mil,settecentos,e nove para fazer a nomeação de Ajudante das Ordenanças de pé no seu destritto, em/ cuja posse elle Capitam mor dos Aquiras estava havia onze annos, suppondo o de Ceará que se/ [armava] àquelle pela ordem de três de Novembro de mil settecentos, quarenta e nove, que man/dasse nas provas os postos das Ordenanças sem proposta das Camaras, não attendendo o dito/Capitam Mor do Ceará serem aquelles de que sem nomeação lhes passavam os governadores das/gentes o que visto. Me pareceo ordenar vos informei com vosso parecer ouvindo por/meritto o Capitam Mor do Ceara que dara a razão da duvida que temos. El Rey Nosso Senhor o/ mandou pelos Conselheiros do seu Conselho Ultramarino abaixo asignados, e se passou por duas vias./Luis Manoel o fazem Lisboa a quatorze de dezembro de mil setecentos, cincoenta/ e quatro.

Seguem assinaturas

**Anexo B.2**

(OR5)

APEJE- Setor de Manuscritos-Ordens Régias 23 foto nº5 (1) Lisboa a 07 / 04/ 1752.
--

Sua Magestade foy servido ordenar ao Ouvidor dessa / Capitania tomasse contas do Provedor que os Officiais da Mesa de Santo/ Antonio Megerão para cobrar as esmollas que os moradores da mesma Capitania/ oferecem ao mesmo santo, como também do que tivesse recebido dos mos/ steyros : E he o mesmo *Senhor* servido, que necessitando elle para esta deligencia/do auxillio de Vossa Senhoria lhe dê todo o de que necessitar, e *porque* os officiais dita/Meza representarão ao mesmo Senhor que nessa Capitania senão guardavão/inteiramente os privilegios, que lhe tinha concedido, se hão de remetter a *Vossa Senhoria*[danificado]/ me ordena recomende a Vossa Senhoria muy particularmente os faça observar não con/ sentindo que as esmolas que se tirarem se apliquem a outra igreja que não/ seja a do ditto santo nesta corte, como se expressa nos mesmos papeis/ Deuz guarde a Vossa Senhoria. Lisboa a 7 de abril de 1752

P.S.

Não cabendo no tempo expedir-se a confirmação dos/ privilegios. He Sua Magestade servido ordenar, que tenham todo o seo/ effeito os antecedentes athe a frota seguinte em que irão/confirmados. No dia acima

Seguem assinaturas

(OR6)

APEJE- Setor de Manuscritos-Ordens Régias 13.Foto nº 06 Nossa Senhora da Ajuda 11/11/1761.

*Sua Magestade he servido que/ Vossa Senhoria na primeira ocasião que houver de embarca/ cão para este Reino, procure remetter para as Quintas/de Belem do mesmo Senhor, alguns viveiros de / passaros dos mais esquesitos que se acharem nessa ca-/ pitania vindo com separações nos mesmos viveiros,/ e com largueza nelles; fazendo recomendar as pessoas/ a quem se entregarem o cuidado, e bom trato que deve/dar lhes para que cheguem vivos: os quaes me virão/a entregar./ Deoz *Guarde a Vossa Senhoria Nossa Se-/ nhora da Ajuda a 11 de novembro de 1761.**

(OR7)

APEJE- Setor de Manuscritos-Ordens Régias 13 fl.39 Foto nº 7 (1) Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 23 de dezembro de 1762.

*Sua Magestade* manda remetter a/*Vossa Senhoria* a petição inclusa com os documentos juntos/de Antonio Gonçalves de Araujo; e he servido que *Vossa Senhoria*/informe sobre o conteudo na dita Petição interpondo o seu parecer./Deoz guarde a *Vossa Senhoria* Palacio de Nos=/As Senhora da Ajuda a 23 de Dezembro de/

1762

Segue assinatura

**Anexo B.4**

(OR8)

APEJE- Setor de Manuscritos-Ordens Régias 13 fl. 22 Foto nº 08 (1) Palacio de Nossa Senhora da Ajuda 27/11/1765.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/ Peloz conhecimentos juntos manda/va Vossa Excelencia descarregar, e pôr na sua devida/arrecadação as seis centas arrobas de polvora/que Sua Magestade ordenou se embarcassem/ nas duas naos da Companhia Geral decla-/radas nos ditos conhecimentos, as quaes Vossa Excelencia/ applicara segundo a necessidade o pedir/Deoz Guarde Vossa Excelencia Palacio de/Nossa Senhora da Ajuda,a 27 de novem/-bro de 1765.*

[abaixo à esquerda]

P.S. as cartas incluzas

Mandarâ Vossa Excelencia entregar

aos Ministros a quem se

dirigem.

Segue assinatura

**Anexo B.5**

(OR9)

APEJE- Setor de Manuscritos-Ordens Régias 13 fl. 44 Foto nº 09 (1) Sítio de Nossa Senhora da Ajuda a 28/03/1767.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/*

Sendo presente a *Sua Magestade* a Carta que *Vossa Excelencia*/me derigio na datta de 2 de mayo do anno proximo pas-/sado, em resposta da que a *Vossa Excelencia* escrevi em 6 de fevereiro/ de 1765 sobre se mandarem administrar por conta da Real/ Fazenda os contratos dos Direitos dos Escravos, que das três Ca-/pitancias do Rio de Janeiro, da Bahia, e dessa de Pernambuco/passão para as Minas, e a proposta que *Vossa Excelencia* fes na Junta/que mandou convocar para se dessedirem algumas duvidas,/em que entrara para a inteira observancia da referida Carta./ O mesmo Senhor manda louvar a *Vossa Excelencia* tudo/o que obrou respectiva à execução daquella ordem determi-/nando, que na conformidade do que se assentou na mesma/junta, se fique inteiramente observando o determinado nel-/la athé nova ordem de *Sua Magestade*, que recomenda a/Vossa Excelencia a remessa da conta do que produzirem annualmen-/te, os sobre ditos Direitos nessa Capitania para à vista da/mesma conta, e das que vierem das outras Capitancias,/se tomar a resolução, que for mais util a beneficio dos mes-/mos Direitos, e arrecadação delles./*Deus Guarde* a *Vossa Excelencia* Sítio de Nossa Senhora/da Ajuda a 28 de mayo de 1767.

Seguem assinaturas

**Anexo B.6**

(OR10)

APEJE- Setor de Manuscritos Ordens Régias 14 fl.6 Foto nº 10 (1), Lisboa 27 de janeiro de 1768.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/

Pela copia junta de huma carta do Conde Copeiro Mor, anteces-/sor de Vossa Excelencia no governo dessa Capitania, e pelas duas relaçoens tam-/bem juntas, assignadas por Manoel Pereira de Faria, Contador Ge-/ ral da Africa occidental Territorio da Relação da Bahia, e Governo/que nelle se comprehendem; será Vossa Excelencia como se remetterão ao Real/Erario as certidoens dos rendimentos e despezas da Fazenda Real das/ Capitancias do Ceara e Rio Grande do Norte; e como as desta ultima/Capitania se achão totalmente informes, com as do Ceara diminutas e/faltas de algumas explicaçoens necessárias para no mesmo Real/Erario se proceder a escrituração exacta, e methodica na forma que Sua/Magestade tem ordenado. Igualmente **verá** Vossa Excelência a formalidade/com que se faz necessario que na Provedoria do Rio Grande do Norte se re-/ mettão as certidoens de todas as receitas e despezas desde o primeiro de/janeiro de mil sete centos sessenta e dois, e de todos os annos succes-/ sivos, e com que na Provedoria do Ceara se devem continuar a remetter/as que faltão do anno de mil sete centos sessenta e cinco, e dos que mais tem/decorrido, e decorrerem. O que Vossa Excelencia fará executar pela parte que se to-/ ca com a brevidade possível./Deus Guarde a Vossa Excelencia. Lisboa 27 de janeiro de 1768.

Segue assinatura

## Anexo B.7

(OR11)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ordens Régias 14 fl.102 Foto nº 11 (1), Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a 12/08/1771.

Sua Magestade mandou pôr prompta a charrua , que conduz esta Carta, para fazer/viagem desse Porto,e transportar todo o Pao Bra-sil, que nella se poder carregar. E he servido,/ que *Vossa Senhoria* mandando o embarcar com a mayor bre-vidade, faça com a mesma expedir a dita charrua,/de sorte, que não perdendo tempo algum, possa/voltar sem demora para esta Corte./ Taobem o mesmo Senhor ordena, que /em conserva da dita charrua,mande *Vossa Senhoria* com a mes-/ma Carga de Pao Brasil o Navio Holandez,/que ahi foi aprezado; vindo igualmente remet-/tidos por ambos com a mayor segurança todos/ os prezos incursos no contrabando do referido na-/vio, e com todas as provas, que contra elles houve-/rem acrecido./A mesma charrua leva gente compe-/tente para guarnecer o dito Navio Holandez, e/nesse porto se deverão repartir as suas respectivas/equipagens./Suas Magestades, e Altezas,/gozam da preciosissima saude, que todos os seus/fieis vassallos lhes desejamos./ Deos *Guarde a Vossa Senhoria*, Palacio de Nossa Se-/nhora da Ajuda a 12 de agosto de 1771.

*P.S*

Previno a *Vossa Senhoria* toda a cautela e recomendação com *que* devem/vir os dous prezos Portuguezes que foram achados no so-/bredito Navio Holandes.

Seguem assinaturas

**Anexo B.7**

(OR12)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ordens Régias 14 fl.136 Foto nº 12 (1), Lisboa 15/01/1773.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/*

Se não entendera *que* com esta/pequena demonstração do que a *Vossa Excelencia* devo, lhe tomava o tempo/a repetira em outras ocaziõins não só *para* significar a *Vossa Excelencia* os/eficazes desejos que sempre me assistem de *que Vossa Excelencia* passe fe-/lilmente, mas tambem para fazer lhe serto *que* são inseparaveis da/ minha lembrança as atençõins com que *Vossa Excelência* sempre me/distinguiu das quaes sera eterno o meo agradecimento e a su-/geição com que a mesma obediencia executara os seos estima-/veis perceitos./Da copia inclusa verá *Vossa Excelencia* o que *Sua Magestade*/determina se observe na Alfandega dessa cidade onde te-/nho a certeza que em nada faltarão às mesmas determina-/çõins, porque sei o grande zello com *que Vossa Excelencia* promove os in-/teresses da Real Fazenda, e nesta certeza creyo *que Vossa Excelencia*/ fará em tudo eficazes as mesmas ordens advertindo aos exe-/cutores dellas o seo inteiro comprimento./ E para cumprir as de *Vossa Excelencia* fico sempre com a mais/ prompta vontades./*Deos Guarde a Vossa Excelencia. Lisboa* 15 de janeiro de 1773.

Seguem assinatura

**Anexo B.8**

(OR13)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ordens Régias 15 fl.04 Foto nº 13 (1),Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 25/06/1774.

Sua Magestade manda remetter a/*Vossa Senhoria* as relaçoens incluzas dos generos, que vão por esta fra-/gata Nossa Senhora da Nazareth, para se dar - fardeta aos/dous Regimentos de Infantaria, e Companhia da Artilharia/dessa capitania, os quais *Vossa Senhoria* mandará descarregar, e distribuir/segundo as Ordens do mesmo Senhor./*Deos* Guarde a *Vossa Senhoria*. Palacio de Nossa Se-/nhora da Ajuda em 25 de junho de 1774.

Segue assinatura

**Anexo B.9**

(OR14)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ordens Régias 15 fl.31 Foto nº 14 (1), Oeyras em 12/07/1775.

Sendo presente a El Rey Meu Senhor a Carta, que/*Vossa Senhoria* me dirigio, da data de 5 de março deste anno, dando/parte, assim da cauza porque não mandou render o Destaca-/mento da Ilha de Fernando, como das Providencias, que tem/dado, para alli se reedificarem os Armazens Reaes para a se-/Ogurança da mesma Ilha; como tambem da necessidade de/ferragem para as Carretas, que tem mandado appromptar/para a artilharia daquella Praça: Foi o mesmo Senhor ser-/vido approvar as prudentes dispoziçoens de *Vossa Senhoria*./E pelo que respeita ao provimento da ferragem pela/ Secretaria de Estado do Ultramar terá *Vossa Senhoria* a Decisão/necessaria./*Deos* Guarde a *Vossa Senhoria*. Oeyras 12 de julho de 13/14 – 1775.

Marques de Pombal

**Anexo B.10**

(OR16)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ordens Régias 18 fl.13. Foto nº 16, Palacio de Queluz em 21/06/1782.

Recebi a Carta de *Vossa Senhoria* com data de 15 de ja-/neiro do presente anno, em resposta do meu officio de 23 de agos-/to do anno passado, em que participava a *Vossa Senhoria* as Ordens de/Sua Magestade a respeito de Sebastião Lopes Vidal não ser/inquietado, por cauza dos crimes de que tinha sido accusado, e/principalmente pela morte que se lhe atribuiu de Gaspar de Almei-/da Gadelha. E sobre a duvida que *Vossa Senhoria* teve a este respeito, de-/ vo dizer- lhe, que sendo esta Real Determinação unicamente/fundada na sentença de absolvição, que o dito Sebastião Lopes/alcançou na Caza da Suplicação desta Corte de que remeto a/ *Vossa Senhoria* huma copia, não foi, nem he da intenção de *Sua Magestade*/embaraçar por modo algum aos seus vassallos os meios ordinários/da justiça, para os proceguirem em juizo competente, e nêstes ter-/mos se a viuva do morto quizer accuza-lo judicialmente quando/elle chegar a essa Capitania, ou ainda passar a esta Corte para o dito/effeito, não a deve *Vossa Senhoria* embaraçar, antes facilitar-lhe todos os meios/para que Ella consiga a reparação que lhe for devida./Deus Guarde a *Vossa Senhoria*. Palacio de Queluz em 21 de/junho de 1782.

Seguem assinaturas

**Anexo B.11**

(OR17)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ordens Régias 18 fl.46 Foto nº 17 (1). Lisboa 26/05/1783.
---

Sua Magestade attendendo ao novo/ requerimento que lhe fes Manoel de Araujo Cavalcanti/que serve de Procurador da Coroa e Fazenda, e de Deputado/da Junta da Administração e Arrecadação da mesma/Fazenda na Capitania de Pernambuco, em que pede se lhe/ estabeleça ordenado annual pelos ditos empregos, he ser-/vida mandar remeter a *Vossa Senhoria* por copia o aviso de 23/de junho de 1774 pelo qual se mandou informar o pri-/ meiro requerimento do dito Cavalcanti e não havendo/ate ao prezente chegado ao Real Erario a dita informa- /ção ordena a mesma senhora que *Vossa Senhoria* informe da/justiça que assiste ao *Supplicante* na conformidade do sobredito/aviso./*Deos* Guarde a *Vossa Senhoria*. Lisboa 26 de maio de 1783.

Segue assinatura

**Anexo B.12**

(OR18)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ordens Régias 18 fl.65 Foto nº 18 (1). Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 14/03/1784.

Sendo presente a Sua Magestade a pe-/tição incluza de Dona Josepha Ignacia Xavier, reli-/gioza no Convento de Odivelas, e a extrema necessidade em que/ se acha pela falta de assistência da terça que seu pay lhe dei-/xou por sua morte, a qual não tem pago de annos a esta parte/ seu irmão ,como devia, e era obrigado. He a mesma *senhora/servida*, que chamando *Vossa Senhora* a sua prezença lhe insinue a obri-/gação que tem de alimentar a dita sua irmã; e quando este/o duvide fazer, nomeie *Vossa Senhora* hum dos Ministros dessa Capitania/para que puchando a si o Testamento, e Inventario que se fez/por morte do dito seu pay e aja de concluir o mesmo Inven-/tario, e obrigue a satisfação da sobre dita terça; dando *Vossa Senhora* conta/ por esta Secretaria de Estado de tudo o que se obrar a este res/peito/ Deos *Guarde* a *Vossa Senhora*. Palacio de Nossa *Senhora*/da Ajuda em 14 de março de 1784.

Segue assinatura

**Anexo B.13**

(OR20)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ordens Régias 20 fl.23 Foto nº 20.Lisboa 24/09/1787.
--

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/ O Concelho me ordena remeta à Junta da Real/Fazenda de Pernambuco o conhecimento incluzo,/ para por elle **mandar** receber de João Ferreira/ Cappitam do Navio São Jose Macapá [?] duas/ caxas com suas fechaduras e chaves em que vão/ huma botica, para ser entregue à ordem do/novo Governador e Capitam General dessa Ca-/pitania, fazendo passar recibo pela peçoa a/ que pertencer, para dezcarga do dito Capitão. O/ que participo a Vossa Excelencia; para que por serviço/ da Sua Magestade assim o faça presente na mes-/ma junta./ Deos Guarde a Vossa Excelencia muitos annos. Lisboa/ 24 de setembro de 1787.*

Segue assinatura

**Anexo B.14**

(OR23)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ordens Régias 20 fl.97 Foto nº 23. Recife 16/(ilegível)/1795.
---

*Illustrissimo, Excelentissimo Senhor/ Diz o Capitão Mor Jose Pereira da Costa, que obteve de Vossa Excelencia o respeitavel despaxo datado de 17 de junho de 1795, por que, posto que/no requerimento, em que foi proferido, somente aparecem Paulo Cavalcante Alves /Cavalcante , com tudo elle comprehende os demais erdeiros de Christovão / de Olanda, que são Manuel Cavalcante e Albuquerque, Christovão de Olanda / Cavalcante Junior, Joam Mauricio Vanderley, Christovão de Barros,/ que he um dos perturbadores, os quaes todos devem ser notificados pelo dito despaxo, para que nem succeda notificarem a so os dous aos/ outros, que não vão pelos próprios nomes espressados, ficarem por receber / e depois hirem continuar nas mesmas perturbaçoens por feito./ Pede a Vossa Excelencia designe mandar que/ o respeitável despaxo seja notificado a todos os/asima declarados, e que o Capitão Mor respectivo/os faça entregar ao Juiz por hum official da/Ordenança para este passar por Certidam/havelas entregado ao Juiz para constar da/entrega, e responder por ellas o sobredito Juiz/que todas estas cautelas são necessarias aos /suplicantes./Espero receber Merce.*

Abaixo à esquerda

Certifico que notifiquei ao suplicados.

**Anexo B.15**

(OR26)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ordens Régias 24 fl.130 Foto nº 26. Quartel do Engenho Santo Antonio da Villa das Alagoas, 25 de fevereiro de 1801.

Vigario Ignacio Pinto/ No anno de 1799 este Inocencio da/ Costa Mouzinho, alvarou de Juiz *Ordinario*, nesta Vi-/lla de Alagoas, occupou juntamente pelas leis o Cargo/ de Ouvidor Geral, e com esta autoridade, se fes publico, e queria/ proceder summariamente, contra o dito Cabo, prendendo-o/ para morte / , que com esta noticia, auzentou-se elle oje desta Villa, e/desde o dia em que fora acommetido, nunca ja mais nella/me consta substira [?], nem mais morara em companhia de/ Seus Pays, e Irmans ônradas, e velhas./ Esta he a cauza que teve o dito Cabo de Esqua/dra, Manoel *Queluz* Midina, de se retirar desta Villa,/ das Alagoas, he esta a verdade com que devo informar, e-/ com palavra de ônrta, o afirmo por ser publico./ Quartel do Engenho Santo Antonio da Villa/das Alagoas 23 de fevereiro de 1801.

Segue assinatura.

**Anexo B.16**

(MM28)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ministério da Marinha 01 Foto nº 28. Lisboa 14 de junho de 1804.
---

Sendo presente a *Sua Alteza Real* o Principe Regente Nosso Senhor, o of-  
/ficio que a Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo dirigio a este Real / Erario,  
debaixo da datta de 26 de abril do anno próximo passado, em/que participa ter  
deliberado o sustar o pagamento dos soldos do Major Engenheiro Thomas da Costa  
Correa Rabello e Silva, por lhe constar/ficar demorado por negócios proprios na  
Capitania de Goias, e não hir a de/ligencia da demarcação de limites, a que foi  
mandado à Capitania de/Mato Grosso, pelo Ex Governador da de São Paulo Antonio  
Manoel de Mello/Castro e Mendonça: e merecendo a decisão desta dependência  
huma/seria contemplação: he por tanto o mesmo Augusto Senhor Servido,/que  
Vossa *Senhoria* informe sobre este assumpto com toda a individuação, e clare-/za  
necessaria, expecificando se era, ou não precisa esta commissão pa-/ra aquelle fim,  
por se fazer tudo preciso para se comprovar verídica, e/legalmente a certeza deste  
facto./Deos *Guarde* a Vossa *Senhoria*. Lisboa 14 de junho de 1804.

Segue assinatura

**Anexo B.17**

(MM29)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ministério da Marinha 01 Foto nº 29. Palacio do Rio de Janeiro de 27 maio de 1808.

*Excelentissimo e Illustrissimo Senhor/O Principe Regente Nosso Senhor, he servido que/Vossa Excelencia, Senhoria e Merce* abirão as vias do Real Serviço que pela/charrua activo vão dirigidas ao Governador, Capitão General dessa Capitania por esta Secretaria de/Estado, e que facão dar à devida execução as Reais Or-/dens que ali se declarão, em caso que o dito Governador não tenha ainda chegado a essa Capitania./Deos Guarde a **Vossa Excelencia, Senhoria e Merce**, Palacio/ do Rio de Janeiro em 27 de maio de 1808.

Segue assinatura

P.S.

Cumprase como Senhor Principe Regente manda e registre-se na Secretaria/ deste Governo, e mais partes a que [(ilegível)].[(ilegível)] em 21 de junho de 1808.

Segue assinatura

**Anexo B.18**

(MM30)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ministério da Marinha 01 Foto nº 30. Paço do Rio de Janeiro de 13 de setembro de 1810.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/O Serenissimo Senhor Infante Almirante General junto a Real pessoa do Principe Regente Nosso Se-,/nhor manda-me levar ao conhecimento de Vossa Excelencia que/ não sendo possível pagar-se ao Commandante, e officiais do/ Bergantim Falcão, o que se lhes deve, por se ter pago, até on-/de chegarão as circumstancias do cofre da Marinha, que es-/ta à disposição do mesmo Serenissimo Senhor à dou. Vão/ Affonço de Albuquerque, e sua guarnição, alguma couza/[ilegível] consta do que se lhe devia, a qual sahio hoje para a Ba-/hia; afim de que, achando Vossa Excelencia meio de ahi man-/dar satisfazer aquelles o que se lhe deve, o haja de effectuar, no que muito confia./Deos Guarde a Vossa Excelencia/ Quartel General da Marinha, no Paço do Rio de Janeiro/em 13 de setembro de 1810.*

Segue assinatura.

**Anexo B.19**

(MM31)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ministério da Marinha 02 Foto nº 31. Bordo da Curveta Aurora surto no Mosqueiro 14 de agosto de 1817.
--

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/Recebi ordem de Vossa Excelencia para me fazer/avela nestas águas, o hir dar fundo no lama=rão; o Navio do meu Comando se acha pron-/to, a excessão do cesto de mantimentos lenha,/e parte d'Aguada, o que so poso receber depois/de ter dado fundo no lamarão. Outro sim/me falta a completar a guarnição 66 pra=/cãs, entrando neste nº 7 soldados, que eu/ quero prienncher com Marinheiros; tenho fei-/to menção desta falta, em todas as par=/tes, assim como o tenho representado ao Co=/mmandante da Policia. Vossa Excelencia determinara a que/for servido. Deos Guarde a Vossa Excelencia. Bordo/da Curveta Aurora surto no Mosqueiro 14/de agosto de 1817.*

Segue assinatura

**Anexo B.20**

(MM32)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ministério da Marinha 02 Foto nº 32. Bordo 16 de maio de 1818.

*Illustrissimo Senhor Intendente/Hontem a noite me deu Ordem o Ajudante/de Vossa Senhoria havia de ser meia noite que Vossa Senhoria/me mandava diser que empedise a sahida/de Embarcassões, o qual fiz em té hoje que/tive a honra de hir perguntar a Vossa Senhoria se he=/rão todas as Embarcassões, me disse que herão/so os que hião para Lisboa o que imediatamente de=/zempedi todas as outras daquelle momento/ por diante, e he o que tenho a honra de diser/ a Vossa Senhoria pois não me consta que fosse nim=/guem da Embarcação Estrangeira pedir re-/zisto para sahir, so sim se houviu fallar/nisso em terra pois mesmo as horas de maré para sahir he para de pois do meio/dia./ Bordo 16 de maio de 1818.*

**Anexo B.21**

(MM34)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ministério da Marinha 02 Foto nº 34. Bordo do Bergantim Príncipezinho Surto em Pernambuco 10 de outubro de 1817.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/ Compri com as ordens de Vossa Excelência o melhor/que me foi possível: fez-se a Vela o Bergantim/do meu Commando, e o lugar D. Maria Thereza/no dia oito, saímos a Barra, e continuamos a bor=/dejar para montar o Cabo de Santo Agostinho; no/dia nove, procurremos a Costa athe Serenhaem, Ilha/ de Santo Aleixo, e Vossa Senhora, sem que se vise embarcação/alguma pela Costa; ao sol-posto fomos surpren-/didos por huma calma, junto a Barra de Sere=/nhem, que estiverão os Navios de Sua Magestade/cuaze perdidos, porque havia muito mar, e a Costa/não he capaz para se dar fundo, e as bar/ras so a demitem pequenos barcos; pelas oito/ horas da noite veio o vento Sueste muito forte,/ de Aguaceiros, e nos obrigou a vir hoje com tra-/balho, e perigo buscar a barra por neessidade./Quanto posso a firmar a Vossa Excelencia he que/por esta parte da Costa não há embarcação/alguma de suspeita. Deos Guarde a Vossa Excelencia. Bor-/do do Bergantim Príncipezinho Surto em Per-/nambuco 10 de outubro de 1817.*

Seguem assinaturas

**Anexo B.22**

(MM35)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ministério da Marinha 02. Foto nº 35. Recife 12 de dezembro de 1818.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Intendente/Para bordo das embarçaõens Reaes, que se achão/neste Porto, não se tem dado ração de agoardente/há sete dias, por não terem os negociantes en-/carregados das compras entrado nos armazéns/deste arcenal com a que se pedio em relação/de 19 de novembro do corrente assim como o feijão, o qual/ se tem suprido com arroz, e deste mesmo so existe/ nos armazéns dois alqueres. He o que posso in-/formar a Vossa Excelencia que mandava o que for servido./ Recife 12 de dezembro 1818.*

Segue assinatura

### Anexo B.23

(MM36)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ministério da Marinha 02 Foto nº 36. Quartel da Marinha 27 de janeiro de 1819.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/Participo a Vossa Excelencia que a charrua/ Sucesso de meu commando, se acha/pronta para se fazer a vella ama-/nhã 28 do corrente, não o impedin-/do o tempo, e não mandando Vossa Excelencia/ o contrario./ Deuz Guarde a Vossa Excelencia/Quartel da Marinha 27 de janeiro de 1819.*

### Anexo B.24

(MM190)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ministério da Marinha 01 Foto nº 192. Palacio do Rio de janeiro 31 de maio de 1808.

*Excelentissimo e Revendissimo Senhor/ Constando nesta Secretaria de Estado, que de Pernambuco/há mais occasioens de correspondências com a Costa de Guinné/, Ordena O Principe Regente Nosso Senhor que Vossas Senhorias (forma de saudação/ilegível) re-/mettão pelas primeiras que se offerecem com seguranças/ as vias do Real Serviço incluzas para o Governador/o Capitão General das Ilhas de Cabo Verde./ Deos Guarde a Vossa Senoria Palacio do/ Rio de Janeiro em 31 de maio de 1808.*

Segue assinatura

**Anexo B.25**

(MM192)

APEJE- Setor de Manuscritos- Ministério da Marinha 01 Foto nº 192.Quartel General da Marinha, no Paço do Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1810.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/ O Serenissimo Senhor Infante Almirante Gene-ral junto a Real Pessoa do Principe Regente Nosso Se-nhor manda-me levar ao conhecimento de Vossa Excelencia, que/não sendo possivel pagar-se ao Commandante, e Officiaes do/Bergantim Falcão, o que se lhes deve, por se ter pago, até on-/de chegarão as circumstancias do Cofre da Marinha, que es-/tá a disposição do mesmo Serenissimo Senhor à dar. Vão/Affonço de Albuquerque, e sua guarnição alguma couza/a conta do que se lhe devia, a qual sahio hoje para a Ba-/hia; afim de que, achando Vossa Excelencia meio de ahi man-/dar satisfazer aquelles o que se lhe deve, o haja de effetu-/ar, no que muito confia./ Deos guarde a Vossa Excelencia/ Quartel General da Marinha, no Paço do Rio de Janeiro/em 13 de setembro de 1810.*

Segue assinatura

**Anexo B.26**

(CG166)

APEJE- Setor de Manuscritos- Correio Geral 01 fl.36 Foto nº 166. Administração do Correio de Pernambuco 3 de outubro de 1825.
---

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Presidente /Tenho a honra em levar ao conhecimento de *Vossa Excelencia/* a queixa dos Indios Correios empregados nos/trabalhos desta administração, e como Ella me pare-/ça razoável, não sendo para esse effeito ne-/cessario a Nação despender, lembro a *Vossa Excelencia/* hum quarto próximo a *Administaçam* do mesmo/ correio *que* se acha devoluto, e *que* he bastante/*para* se agasalharem, e guardarem com se-/gurança as suas ropas, cujo quarto se acha/*de* baixo das vistas do Inspector das Obras/*Publicas*, a fim de ivitar despesas, e incom-/mos *que* outros companheiros ja tem/*sofrido* de pessoas *que* movidas do interesse/*dos* seus salarios lhe facultão precárias/*hospitalidade*, tornando-se desta corte muito/*pezada* a subsistencia dos queixosos nesta/ *Praca*, e assim *Vossa Excelencia* com a justiça *que*/*costuma* decidirá o *que* for de razão./ Deos Guarde a *Vossa Excelencia*. Administração do Correio de/ Pernambuco 3 de outubro de 1825.

**Anexo B.27**

(CG170)

APEJE- Setor de Manuscritos- Correio Geral 01 fl.75 Foto nº 170. Administração do Correio de Pernambuco 16 de novembro de 1829.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/Sendo o dia de ontem o designado para a partida do Correio/terrestre desta para o Ceara, que por Portaria de Vossa Excelencia de 26 de/setembro deste anno assim me foi prescripto; succede a descer/ontem hum correio que devia hir em companhia de outro que/se acha prompto para aquella cidade, e auterando eu o risco que/ foi de susceder, nesta jornada na mala das cestas, sendo concluzo/da por hum só caminheiro, quando da quella partem dous,/tendo simmultaneamente desta em o mês proximo passado partido dous; agora por um vejo um urgido não poder expedir a mala/das costas para aquella estação em razão do expendido sem que/ Vossa Excelencia determine o que devo executar a este respeito./Deos Guarde a Vossa Excelencia como respeitosamente desejo/Administraçã do Correio de Pernambuco 16 de setembro de 1829.*

Segue assinatura

**Anexo B.28**

(CG173)

APEJE- Setor de Manuscritos- Correio Geral 01fl.79 Foto nº 173.Administração do Correio de Pernambuco 1 de março de 1830.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Presidente/Com o Estabelecimento de Correios itinerários para a communica-/cão desta Provincia com a da Paraiba do Norte e Ceará, foi des-/tinado 6 homens vencendo cada hum por dia 400 estes cor-/reios conduziam a mala em (trecho ilegível)os Capitaes, tornando-/se por isso necessario aquelle numero, agora porem que/o da Paraiba se dirigiu somente ate Goiana, mais proximo/a esta cidade, ponto central da communicação com a-/quella Provincia, onde se trocãõ as malas, basta um so/correio para manter esta communicação; por quanto penço dever poupar a Nacao a despeza que actual faz esta/Administaçam com mais hum correio desnecessário, Vossa Excelencia/porem decidirá o que for mais justo./ Deos Guarde a Vossa Excelencia Administração do/ Correio de Pernambuco 01 de março de 1830.*

Segue assinatura

**Anexo B.29**

(CG175)

APEJE- Setor de Manuscritos- Correio Geral 01 fl.107 Foto nº 175. Administração do Correio de Pernambuco 18 de janeiro de 1831.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/Com a inclusa tabella do Orcamento para as/Despesas do 1º de julho de 1832 a 30 de junho de/1833 satisfação na forma que me determina Vossa Excelencia/ na Portaria de 10 de janeiro do corrente, resolvendo/na referida Tabella as despesas que de novo podem/ocorrer do estabelecimento ou criação de mais Correios/itinerários, e com a mudança da Casa do Correio que se faz de absoluta necessidade./Deos Guarde Vossa Excelencia (ilegível) Administraçam do Cor-/reio de Pernambuco 18 de janeiro de 1831.*

Segue assinatura

**Anexo B.30**

(CG180)

APEJE- Setor de Manuscritos- Correio Geral 01 fl.247 Foto nº 180. Administração Geral dos Correios de Pernambuco 31 de janeiro de 1834.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/ Tenho a honra levar ao conhecimento de Vossa Excelencia que/as amostras de fasendas de que fas menção a Porta-/ria de Vossa Excelencia de 25 do corrente, todas ellas sem exce-/pção vem avulsas como mesmo as cartas sem aquel-/la formalidade prescripta pelo Regulamento da Administração Geral dos Correios de 5 de Março/de 1829; por que como estrangeiro não são obri-/gados aformalisar malas, nem a metter dentro d'el-/las cartas ou amostras de fasendas: e como Vossa Excelencia/na precitada Portaria me tinha ordenado que/exija somente parte das amostras que vierem/fora das malas das cartas, e não havendo como fi-/ca expellido malas, se devo todavia dar grátis/tais amostras, ou se às devo prostiar conforme/ as ordens que tive a honra em original patenti / al-as a Vossa Excelencia: sobre esta duvida pesso à Vossa Excelencia/digne-se esclarecer-me para com acirto desempenhar/as determinações de Vossa Excelencia áquem Deos Guarde/muitos annos. Administraçam Geral dos Correios de/Pernambuco 31 de janeiro de 1834*

Segue assinatura

**Anexo B.31**

(CG178)

APEJE- Setor de Manuscritos- Correio Geral 01 fl.220 Foto nº 178. Administração dos Correios de Pernambuco 23 de setembro de 1835.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/No pedido que a dias a Vossa Excelencia inderecei para que fa-/sem as mallas, que servem de conduzir as corresponden-/cias terrestres desta Provincia para as differentes agencias/concertadas irmãs e aliadas outras pelo Arsenal de Guer-/ra, não me ocorreu na quela occazião pedir igualmente/ a Vossa Excelencia para que fossem por ali feitas duas mallas novas mais reforçadas para conter as correspondências de Maceió, Alagoas, e as de mais Agencias, que pode afluir com/ a chegada direta a esta Provincia de alguma Embarcação/ do Rio Grande do Norte, e Bahia, como tambem seus pastas pequenas de/ couro para conduzir dentro as correspondencias officiaes,/ que são por esta Administraçam constantemente remettidas de umas/para outras Authoridades em diversos pontos aonde senão/acha estabelecido regularmente Agencias de Correio, o que/agora o faço designando Vossa Excelencia de assim o determi-/nar./ Deos Guarde a Vossa Excelencia. Administraçam do Correio de Pernambuco,23 de setembro de 1835.*

Segue assinatura

**Anexo B.32**

(CG179)

APEJE- Setor de Manuscritos- Correio Geral 01 fl.233 Foto nº 179. Administração Geral do Correio de Pernambuco 27 de junho de 1836.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/Achando extinta a Agencia do Correio da Povoação/ d' Agoa Preta como me foi por Vossa Excelencia ordenado; exigiu/daquelle encarregado que me remettede todos os papeis/ e utences à Ella pertencente, chamando-o igualmente/a prestar contas do rendimento da referida Agencia/pelo incluso officio em resposta communica elle a dif-/ficuldade que encontra na remessa de tais objectos que/ só por mar pode ter lugar a sua conducção; em com-/sequencia pois pesso à Vossa Excelencia digne-se di dar suas/providencias para que me sejam por intermédio do/Comandante do destacamento alli estacionado remet-/tido os mencionados objectos por mar, os quais achao-se/contidos em hum caixão à cargo d'aquelle Agente./Deos Guarde à Vossa Excelencia muitos annos. Admi/nistração Geral dos Correios de Pernambuco 27 de junho de 1836.*

Segue assinatura

**Anexo B.33**

(CG181)

APEJE- Setor de Manuscritos- Correio Geral 01 fl.255 Foto nº 181. Administração Geral dos Correios de Pernambuco 9 de maio de 1837.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/Tendo dado demissão do lugar de Agente do Correio/ da Cidade de Olinda, que occupava Francisco da/Costa Teixeira por me aver pedido em em rasão de se mu-/dar da quella para esta Cidade nomeio para o su-/bstituir ao Cidadão João Nicolao Gomes da Motta por/se achar ele estabelecido e nelle concorrer os precisos re-/quisitos e como esteja desde 22 do mês passado no exercício/deste emprego por isso requisito a Vossa Excelencia digni-se/ de expedir suas ordens para que seja este Empre-/gado despenca do serviço da Guarda Nacional do Munic-/pio de Olinda a que pertence, sendo elle Guarda da 1ª/ Companhia do 1º Batalhão da quella Cidade./ Deos Guarde a Vossa Excelencia muitos annos. Admi-/nistração Geral do Correio de/Pernambuco 9 de maio de 1837.*

Segue assinatura

**Anexo B.34**

(CG183)

APEJE- Setor de Manuscritos- Correio Geral 01 fl.276 Foto nº 183. Administração d Correios de Pernambuco 6 de fevereiro de 1838.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/Com a inclusa relação do ponto dos Emprega-/dos da Administração do Correio Geral desta Pro-/vincia satisfaço o que por este Excelentissimo Governo me foi/determinado./ Deos Guarde a Vossa Excelencia muitos annos.Ad-/ministração do Correio de Pernambuco 6 de fevereiro/ de 1838.*

Segue assinatura

**Anexo B.35**

(CG186)

APEJE- Setor de Manuscritos- Correio Geral 01 fl.321 Foto nº 186. Administração do Correio Geral de Pernambuco 11 de outubro de 1839.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/Representando-me o encarregado da Agencia/do Correio da Villa de Goiana a necessidade da/substituição de hua pessoa para a entrega das/cartas do Serviço Publico dentro da quella Villa/que ali podem ser retardadas por falta dessa/medida em rasão do que exercia este encargo/ter-se demettido e mudado de residência, nome-/ara por isso aquelle encarregado hua outra/pessoa para o substituir de nome Joze Nunes/Monteiro em observância do avizo da Secre-/taria d' Estado dos Negocios do Imperio de 14/de novembro de 1834, e como seja o nomiado/Guarda Nacional do Municipio da quella Vil-/la e ja se acha no exercicio da quelle encargo:/ pesso a Vossa Excelencia em cumprimento do precitado/avizo para que digne-se de expedir suas or-/dens para que seja elle despensado do serviço/das referidas Guardas, durante o seu exercicio na/quella Agencia. Deos Guarde à Vossa Excelencia/muitos annos. Administração Geral do Correio Ge-/ral de Pernambuco 11 de outubro de 1839.*

Segue assinatura

**Anexo B.36**

(CG187)

APEJE- Setor de Manuscritos - Correio Geral 01 fl.348 Foto nº 187. Administração dos Correios de Pernambuco 12 de maio de 1840.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor/ A vista da incluza participação official que me/dirigio o Agente do Correio da Villa de Flores e que/tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelencia/ me ordenará Vossa Excelencia que destino devo eu agora/ dar a elle. Desta feta que ontem as 4 horas/da tarde da quella Villa aqui chegou tem de re-/gressar a Maranhão ao meio dia: o que participo/ à Vossa Excelencia à quem Deos Guarde muitos annos/Administração Geral dos Correios de Pernambuco/ 12 de maio de 1840.*

Segue

## Anexo C - Processos encontrados nas cartas oficiais

### achar

(01) procure remetter para as Quintas/de Belem do mesmo Senhor, alguns viveiros de / passaros dos mais esquitos que se **acharem** nessa ca-/ pitania vindo com separações nos mesmos viveiros (OR6)

(02) as certidoens dos rendimentos e despezas da Fazenda Real das Capitania do Ceara e Rio Grande do Norte; e como as desta ultima Capitania se **achão** totalmente informes, com as do Ceara diminutas e faltas de algumas explicaçoens necessárias para no mesmo Real Erario se proceder a escrituração exacta, e methodica na forma que Sua Magestade tem ordenado. (OR10)

(03) (Dona Josepha Ignacia Xavier) se **acha** pela falta de assistênciã da terça que seu pay lhe deixou por sua morte, a qual não tem pago de annos a esta parte seu irmão ,como devia, e era obrigado. (OR18)

(04) **achando** Vossa Excelencia meio de ahi mandar satisfazer aquelles o que se lhe deve, o haja de effectuar, no que muito confia. (MM30)

(05) o Navio do meu Comando se **acha** pronto, a excessão do cesto de mantimentos lenha,... (MM31)

(06) Para bordo das embarçaçoens Reaes, *que se achão*/ neste Porto, não se tem dado ração de agoardente/há sete dias (MM35)

(07) Participo a Vossa Excelencia que a charrua Sucesso de meu commando, se **acha** pronta para se fazer a vella amanhã 28 do corrente,... (MM36) **Relacional**

(08) ...lembro a Vossa Excelencia hum quarto próximo a Administaçam do mesmo correio *que se acha* devoluto, e *que he bastante para se agasalharem*, e guardarem com segurança as suas ropas,... (CG166)

(09) cujo quarto se **acha** de baixo das vistas do Inspector das Obras Publicas, a fim de ivitar despesas, e incommos *que outros companheiros ja tem/sofrido de pessoas que movidas do interesse/dos seus salarios lhe facultão precárias hospitalidade*,... (CG166)

(10) succede a descer ontem hum correio que devia hir em companhia de outro que se **acha** prompto para aquella cidade, e auterando eu o risco *que foi de susceder*, nesta jornada na mala das cestas, sendo concluzo/da por hum só caminheiro, quando da quella partem dous,... (CG170)

(11) **Achando** extinta a Agencia do Correio da Povoação d'Agoa Preta como me foi por Vossa Excelencia ordenado; exigiu daquelle encarregado que me remetteste todos os papeis e utences à Ella pertencente,... (CG179)

(12) o nomiado Guarda Nacional do Municipio da quella Villa e ja se **acha** no exercício da quelle encargo: (CG186)

**dar**

(01) Dom Joze por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem/d'alem mar, em Africa e Senhor de Guine &c faço saber a vos Governador e Capitam General/da Capitania de Pernambuco que o Capitão mor da Ordenança da Villa dos Aquiras/ me **deu** contas em carta de dezoito de fevereiro do presente anno (OR4)

(02) que o Capitam mor do Ceara lhe/ impedia a jurisdição que lhe he **dada** pelo Alvara de dezoito de outubro de mil, settecentos, e nove ... (OR4)

(03) o Capitam Mor do Ceara que **dara** a razão da duvida que temos. (OR4)

(04) E he o mesmo *Senhor* servido, que necessitando elle para esta deligencia/do auxillio de Vossa *Senhoria* lhe **dê** toda vez de que necessitar, e *porque* os officiais dita/Meza representarão ao mesmo Senhor que nessa Capitania... (OR5)

(05) a quem se entregarem o cuidado, e bom trato que deve/**dar** lhes para que cheguem vivos: (OR6)

(06) por esta fra/gata Nossa Senhora da Nazareth, para se **dar** fardeta aos/dous Regimentos de Infantaria, e Companhia da Artilharia/dessa capitania, os quais *Vossa Senhoria* mandará descarregar, e distribuir/segundo as Ordens do mesmo Senhor. (OR13)

(07) *Vossa Senhoria* me dirigio, da data de 5 de março deste anno, **dando**/parte, assim da cauza porque não mandou render o Destaca-/mento da Ilha de Fernando... (OR14)

(08) o Destacamento da Ilha de Fernando como das Providencias, que **tem dado**, para alli se reedificarem os Armazens Reaes para a segurança da mesma Ilha; (OR14)

(09) **dando** *Vossa Senhoria* conta/ por esta Secretaria de Estado de tudo o que se obrar a este res/peito. (OR18)

(10) O Principe Regente Nosso Senhor, he servido que/*Vossa Excelencia*, *Senhoria* e *Merce* abráo as vias do Real Serviço que pela/charrua activo vão dirigidas ao Governador, Capitão General dessa Capitania por esta Secretaria de/Estado, e que **facção dar** à devida execução as Reais Or-/dens que ali se declarão, em caso que o dito Govern-/dor não tenha ainda chegado a essa Capitania. (MM29)

(11) as circunstancias do cofre da Marinha que es-/ta à disposição do mesmo Serenissimo Senhor à **dou**.(MM30)

(12) Recebi ordem de *Vossa Excelencia* para me fazer/avela nestas águas, ahir **dar** fundo no lama=/rão; .(MM31)

(13) o Navio do meu Comando se acha pron-/to, a excessão do cesto de mantimentos lenha,/e parte d'Aguada, o que so posso receber depois/de **ter dado** fundo no lamarão. .(MM31)

(14) Hontem a noite me **deu** Ordem o Ajudante/de *Vossa Senhoria* havia de ser meia noite que *Vossa Senhoria*/me mandava diser que empedise a sahida/de

Embarcassões, o qual fiz em té hoje *que*/tive a honra de hir perguntar a Vossa *Senhoria* se he=*r*ão todas as Embarcassões, (MM32)

(15) ao sol-posto fomos surpren/*d*idos por huma calma, junto a Barra de Sere=*n*hem, que estiverão os Navios de Sua Magestade/*cu*aze perdidos, porque havia muito mar, e a Costa/*n*ão he capaz para se **dar** fundo, e as bar/*ras* so a demitem pequenos barcos; .(MM34)

(16) Para bordo das embarçaçoens Reaes, *que* se achão/*n*este Porto, não se tem **dado** ração de agoardente/ .(MM35)

(17) em com-/*sequencia* pois pesso à Vossa *Excelencia* **digne-se di dar** suas/*providencias*... .(CG179)

(18) e como Vossa *Excelencia* na precitada Portaria me tinha ordenado que exija somente parte das amostras que vierem fora das malas das cartas, e não havendo como fica expendido malas, se **devo** todavia **dar** grátis tais amostras, ou se às devo prostiar conforme as ordens que tive a honra em original patentia-las a Vossa *Excelencia*... (CG180)

(19) **Tendo dado** demissão do lugar de Agente do Correio/ da Cidade de Olinda, *que* occupava Francisco da/Costa Teixeira por me aver pedido em em rasão de se mu/*dar* da quella para esta Cidade, nomeio para o su-/*bst*ituir ao Cidadão João Nicolao Gomes da Motta por/*se* achar ele estabelecido e nelle concorrer os precisos re-/*quisitos* e como esteja desde 22 do mês passado no exercício/*deste* emprego por isso requisito a Vossa *Excelencia* digni-*se*/ de expedir suas ordens para *que* seja este Empre-/*gado* despenca do serviço da Guarda *Nacional* do Munici-/*pio* de Olinda a *que* pertence, sendo elle Guarda da 1<sup>a</sup>/ Companhia do 1<sup>o</sup> Batalhão da quella Cidade.(CG181)

(20) A vista da incluza participação official que me/*dirigio* o Agente do Correio da Villa de Flores e *que*/*tenho* a honra de levar ao conhecimento de Vossa *Excelencia*/ me ordenará Vossa *Excelencia* que destino **devo** eu agora/ **dar** a elle. (CG187)

### **determinar**

(01) Sendo presente a *Sua Magestade* a Carta que Vossa *Excelencia*/me derigio na datta de 2 de mayo do anno proximo pas-/*sado*, em resposta da que a Vossa *Excelencia* escrevi em 6 de fevereiro/ de 1765 sobre se mandarem administrar por conta da Real/ Fazenda os contratos dos Direitos dos Escravos, que das três Ca-/*pit*anias do Rio de Janeiro, da Bahia, e dessa de Pernambuco/*passão* para as Minas, e a proposta que Vossa *Excelencia* fes na Junta/*que* mandou convocar para se dessedirem algumas duvidas,/em que entrara para a inteira observancia da referida Carta./ O mesmo Senhor manda louvar a Vossa *Excelencia* tudo/o que obrou respectiva à execução daquella ordem **determi-*n*ando**, que na conformidade do que se assentou na mesma/junta,...(OR9)

(02) Da copia inclusa verá Vossa *Excelencia* o que *Sua Magestade*/**determina** se observe na Alfandega dessa cidade onde te/*nho* a certeza que em nada faltarão às mesmas determina/*ço*ins, porque sei o grande zello com *que* Vossa *Excelencia* promove os in-/*teresses* da Real Fazenda,... (OR12) **VERBAL**

(03). Outro sim/me falta a completar a guarnição 66 pra=/cãs, entrando neste nº 7 soldados, que eu/ quero prienncher com Marinheiros; tenho fei-/to menção desta falta, em todas as par=/tes, assim como o tenho representado ao Co=/mmandante da Policia. *Vossa Excelencia* **determinara** a que/for servido (MM31)

(04) tendo simmultaneamente desta em o mês proximo passado par-/tido dous; agora por um vejo um urgido não poder expedir a mala/das costas para aquella estação em razão do expendido sem que/ *Vossa Excelencia* **determine** o que devo executar a este respeito. (CG170)

(05) Com a inclusa tabella do Orcamento para as/Despesas do 1º de julho de 1832 a 30 de junho de/1833 satisfaço na forma que me **determina** *Vossa Excelencia*/ na Portaria de 10 de janeiro do corrente, resolvendo/na referida Tabella as despesas que de novo podem/ocorrer do estabellecimento ou criação de mais Correios/itinerários, e com a mudança da Casa do Correio que se faz de absoluta necessidade. (CG175)

(06)...as correspondencias officiaes,/ que são por esta *Administraçam* constantemente remettidas de umas/para outras Authoridades em diversos pontos aonde senão/acha estabelecido regularmente Agencias de Correio, o que/agora o faço designando *Vossa Excelencia* de assim o **determinar**. Deos Guarde a *Vossa Excelencia*. *Administraçam* do Correio de Pernambuco,23 de setembro de 1835. (CG178)

#### fazer

(01) Me pareceo mandar vos remeter a copia incluza / da informação do Vedor geral assignado pello Secretario do meu *Conselho Ultramarino* para que man / deis praticar na vedoria dessa Praca o que informa o ditto Vedor Geral desta corte El Rey Nosso Senhor o mandou pellos Conselleiros do seu *Conselho Ultramarino* abaixo-assignados, e se passou/por duas vias. Caetano Ricardo da Silva o **fes** em Lisboa a sete de janeiro de mil sete/centos e cinquenta e dois. (OR1)

(02) que o *Capitam* mor do Ceara lhe impedia a jurisdição que lhe he dada pelo Alvara de dezoito de outubro de mil, settecentos,e nove para **fazer** a nomeação de Ajudante das Ordenanças de pé no seu destritto,... (OR4)

(03) Luis Manoel o **fazem** Lisboa a quatorze de dezembro de mil setecentos, cincoenta/ e quatro. (OR4)

(04) e a proposta que *Vossa Excelencia* **fes** na Junta/ (OR9)

(05) Sua Magestade mandou pôr prompta a charrua,que conduz esta Carta, para **fazer**/viagem desse Porto,e transportar todo o Pao Brasil, que nella se poder carregar.(OR11)

(06) *Vossa Excelencia* passe felismente, mas tambem para **fazer** lhe serto... (OR12)

(07) *Vossa Excelencia*/ **fará** em tudo eficazes as mesmas ordens advertindo aos executores dellas o seo inteiro comprimento. (OR12)

(08) requerimento que lhe **fes** Manoel de Araujo Cavalcanti/que serve de Procurador da Coroa e Fazenda, e de Deputado/da Junta da Administração e Arrecadação da mesma/Fazenda na Capitania de Pernambuco,... (OR17)

(09) que chamando *Vossa Senhoria* a sua presença lhe insinue a obri/gação que tem de alimentar a dita sua irmã; e quando este/o duvide **fazer**,... (OR18)

(10) nomeie *Vossa Senhoria* hum dos Ministros dessa Capitania/para que puchando a si o Testamento, e Inventario que se **fez** por morte do dito seu pay e aja de concluir o mesmo Inventario, e obrigue a satisfação da sobre dita terça; (OR18)

(11) o Cargo de Ouvidor Geral, e com esta autoridade, se **fes** publico,... (OR26)

(12) *Vossa Senhoria* informe sobre este assumpto com toda a individuação,e clare/za necessaria, expecificando se era, ou não precisa esta commissão pa-/ra aquelle fim, por se **fazer** tudo preciso para se comprovar verídica, e/legalmente a certeza deste facto. (MM28)

(13) Recebi ordem de *Vossa Excelencia* para me **fazer**/avela nestas águas, o hir dar fundo no lama=/rão; o Navio do meu Comando se acha pron-/to, a excessão do cesto de mantimentos lenha,/e parte d'Aguada, o que so poso receber depois/de ter dado fundo no lamarão. (MM31)

(14) **tenho feito** menção desta falta, em todas as partes, assim como o tenho representado ao *Commandante* da Policia. (MM31)

(15) Hontem a noite me deu Ordem o Ajudante/de *Vossa Senhoria* havia de ser meia noite que *Vossa Senhoria*/me mandava diser que empedise a sahida/de Embarcassões, o qual **fiz** em té hoje *que*/tive a honra de hir perguntar a *Vossa Senhoria* se he=/rão todas as Embarcassões, (MM32)

(16) Participo a *Vossa Excelencia* que a charrua/ Sucesso de meu commando, se acha/pronta para se **fazer** a vella ama-/nhã 28 do corrente, não o impedin-/do o tempo, e não mandando *Vossa Excelencia*/ o contrario. (MM36)

(17) que *Vossa Excelencia* **fez**, com o mensionado soccorro. (MM193)

(18) os Capitaes, tornando-/se por isso necessario aquelle numero, agora porem *que*/o da *Paraiba* se dirigiu somente ate Goiana, mais proximo/a esta cidade, ponto central da communicação com a-/quella *Provincia*, onde se trocão as malas, basta um so/correio *para* manter esta communicação; por *quanto* penço dever poupar a Nacao a despeza *que* actual **faz** esta/*Administaçam* com mais hum correio desnecessário, *Vossa Excelencia*/porem decidirá o que for mais justo. (CG173)

(19) No pedido que a dias a *Vossa Excelencia* inderecei *para* que **fa-/sem** as mallas, *que* servem de conduzir as corresponden-/cias terrestres desta *Provincia* *para* as diferentes agencias/concertadas irmãs e aliadas outras pelo Arsenal de Guer-/ra, não me occorreu na *quela* occazião pedir igualmente/ a *Vossa Excelencia* *para* que fossem por ali feitas duas mallas novas mais reforçadas *para* conter as correspondências de Maceió, Alagoas, e as de mais Agencias, *que* pode afluir com/ a chegada direta a esta *Provincia* de alguma Embarcação/ do *Rio Grande do Norte*, e *Bahia*, como tambem seus pastas pequenas de/ couro *para* conduzir dentro as correspondencias officiaes (CG178)

(20) ao conhecimento de *Vossa Excelencia* que/as amostras de fazendas de que **fas** menção a Portaria de *Vossa Excelencia* de 25 do corrente, todas ellas sem exce/pção vem avulsas como mesmo as cartas sem aquel/la formalidade prescripta pelo Regulamento da Administração Geral dos Correios de 5 de Março/de 1829; (CG180)

### haver

(01) em/ cuja posse elle *Capitam* mor dos *Aquiras* estava **havia** onze annos, suppondo o de *Ceará* que se/ [armava] àquelle pela ordem de três de Novembro de mil settecentos, quarenta e nove,... (OR4)

(02) *Vossa Senhoria* na primeira ocasião que **houver** de embarca/cão para este Reino,... (OR6)

(03) Sua Magestade attendendo ao novo/ requerimento que lhe **fes** *Manoel* de *Araujo Cavalcanti*/que serve de Procurador da Coroa e Fazenda, e de Deputado/da Junta da Administração e Arrecadação da mesma/Fazenda na Capitania de Pernambuco, em que pede se lhe/ estabeleça ordenado annual pelos ditos empregos, he ser-/vida mandar remeter a *Vossa Senhoria* por copia o aviso de 23/de junho de 1774 pelo qual se mandou informar o pri-/ meiro requerimento do dito Cavalcanti e não **havendo**/ate ao presente chegado ao Real Erario a dita informa-/ção ordena a mesma senhora que *Vossa Senhoria* informe da/justiça que assiste ao *Supplicante* na conformidade do sobredito/aviso.(OR17)

(04) Compri com as ordens de *Vossa Excelência* o melhor/que me foi pociavel: fez-se a *Vella* o *Bergantim*/do meu *Commando*, e o lugar *D. Maria Thereza*/no dia oito, sahimos a *Barra*, e continuamos a bor=/dejar para montar o *Cabo* de *Santo Agostinho*; no/dia nove, procorremos a *Costa* athe *Serenhaem*, *Ilha*/ de *Santo Aleixo*, e *Vossa Senhoria*, sem que se vise embarcação/alguma pela *Costa*; ao sol-posto fomos surpren-/didos por huma calma, junto a *Barra* de *Sere*=/nhem, que estiverão os *Navios* de Sua Magestade/cuaze perdidos, porque **havia** muito mar, e a *Costa*/não he capaz para se dar fundo, e as bar/ras so a demitem pequenos barcos; pelas oito/ horas da noite veio o vento *Sueste* muito forte,/ de *Aguaceiros*, e nos obrigou a vir hoje com tra-/balho, e perigo buscar a barra por neessidade./Quanto posso a firmar a *Vossa Excelencia* he que/por esta parte da *Costa* não **há** embarcação/alguma de suspeita.( MM34)

(05) por esta parte da *Costa* não **ha** embarcação/alguma de suspeita. (MM34)

(06) Para bordo das embarçoens *Reaes*, que se achão neste Porto, não se tem dado ração de agoardente **há** sete dias,... (MM35)

(07) Constando nesta Secretaria de Estado, que de Pernambuco/ que de Pernambuco **há** mais occazioens de correspondências com a *Costa* de *Guinné*,... (MM190)

(08) e como *Vossa Excelencia*/na precitada Portaria me tinha ordenado que/exija somente parte das amostras que vierem/fora das malas das cartas, e não **havendo** como fi-/ca expendido malas, se devo todavia dar grátis/tais amostras, ou se às devo prostiar conforme/ as ordens que tive a honra em original patenti / al-as a *Vossa Excelencia*... (CG180)

**ir**

(01) Sua Magestade manda remetter a/Vossa *Senhoria* as relaçoens incluzas dos generos, que **vão** por esta fra-/gata Nossa Senhora da Nazareth, para se dar fardeta aos/dous Regimentos de Infantaria, e Companhia da Artilharia/dessa capitaniaas.(OR13)

(02) duas/ caxas com suas fechaduras e chaves em que **vão**/ huma botica, para ser entregue à ordem do/novo Governador e Capitam General dessa Ca-/pitania,... .(OR20)

(03) os quaes todos devem ser notificados pelo *dito* despaxo, para que nem succeda notificarem a so os dous aos/ outros, que não **vão** pelos próprios nomes espressados, ficarem por receber / e depois hirem continuar nas mesmas perturbaçoens por *feito*.(OR23)

(04) debaixo da datta de 26 de abril do anno próximo passado, em que participa ter deliberado o sustar o pagamento dos soldos do Major Engenheiro Thomas da Costa Correa Rabello e Silva, por lhe constar ficar demorado por negocios proprios na Capitania de Goias, e não **hir** a deligencia da demarcação de limites, a que foi mandado à Capitania de Mato Grosso... (MM28)

(05) **Vão** Affonço de Albuquerque, e sua guarnição, alguma couza/[ilegível] consta do que se lhe devia, a qual sahio hoje para a Ba-/hia; (MM30)

(06) todas as Embarcassões, me disse *que* herão/so os *que* **hião** para Lisboa o *que* imediatamente de=/zempedi todas as outras daquelle momento/ por diante,... (MM32)

(07) Sendo o dia de ontem o designado para a partida do Correio/terrestre desta *para* o Ceara, que *por* Portaria de Vossa *Excelencia* de 26 de/setembro deste anno assim me foi prescripto; succede a descer/ontem hum correio que **devia hir** em companhia de outro que/se acha prompto para aquella cidade, e auterando eu o risco *que*/ foi de susceder, nesta jornada na mala das cestas, (CG170)

**mandar**

(01) Dom Joze por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem[d'alem mar] em Africa e Senhor de Guine &c. faço saber a vos Governador e Capitam general da Capitania de Pernambuco, que vendosse no meu *Conselho Ultramarino* a informação que mandei tirar do Vedor geral desta Corte sobre o estilo que nella se observava quando por falecimento de algum official ou soldado se pertende [sic]tirar fe de officios do tempo que estes me serviram ate o dia da sua morte. Me pareceo **mandar** vos remeter a copia incluzada da informação do Vedor geral asignado pello Secretario do meu *Conselho Ultramarino* ... (OR1)

(02) o que informa o ditto Vedor Geral desta corte El Rey Nosso Senhor o **mandou** pellos Conselleiros do seu *Conselho Ultramarino* abaixo-asignados, e se passou/por duas vias. (OR1)

(03) suppondo o de Ceará que se/ [armava] àquelle pela ordem de três de Novembro de mil settecentos, quarenta e nove, *que* **mandasse** nas provas os postos das Ordenanças sem proposta das Camaras,... (OR4)

(04) El Rey Nosso Senhor o **mandou** pelos *Conselheiros* do seu *Conselho Ultramarino* abaixo asignados,... (OR4)

(05) Sua Magestade mandou pôr prompta a charrua , que conduz esta Carta, para fazer/viagem desse Porto,e transportar todo o Pão Bra-sil, que nella se poder carregar. E he servido,/ que *Vossa Senhoria mandando* o embarcar com a mayor bre-vidade,...(OR11)

(06) Sua Magestade **manda** remetter a *Vossa Senhoria* as relaçoens incluzas dos generos, que **vão** por esta fragata Nossa Senhora da Nazareth,... (OR13)

(07) he servida **mandar** remeter a *Vossa Senhoria* por copia o aviso de 23/de junho de 1774 pelo qual se mandou informar o primeiro requerimento do dito Cavalcanti... (OR17)

(08) *Pede a Vossa Excelencia* designe **mandar** que/ o respeitável despaxo seja notificado a todos os/asima declarados, e que o *Capitão* Mor respectivo/os faça entregar ao Juiz por hum official da/Ordenança para este passar por *Certidam/havelas* entregado ao Juiz para constar da/entrega, e responder por ellas o sobredito Juiz/que todas estas cautelas são necessarias aos /suplicantes (OR23)

(09) o of-ficio que a Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo dirigio a este Real / Erario, debaixo da datta de 26 de abril do anno próximo passado, em/que participa ter deliberado o sustar o pagamento dos soldos do Major Engenheiro Thomas da Costa Correa Rabello e Silva, por lhe constar/ficar demorado por negócios proprios na Capitania de Goias, e não hir a de /ligencia da demarcação de limites, a que **foi mandado** à Capitania de/Mato Grosso, pelo Ex Governador da de São Paulo Antonio Manoel de Mello/Castro e Mendonça: (MM28)

(10) Para bordo das embarçaçoens Reaes, que se achão/neste Porto, não se tem dado razão de agoardente/há sete dias, por não terem os negociantes en-/carregados das compras entrado nos armazéns/deste arcenal com a que se pedio em relação/de 19 de novembro do corrente assim como o feijão, o qual/ se tem suprido com arroz, e deste mesmo so existe/ nos armazéns dois alqueres. He o que posso in-/formar a *Vossa Excelencia* que **mandava** o que for servido. (MM35)

(11) Participo a *Vossa Excelencia* que a charrua/ Sucesso de meu commando, se acha/pronta para se fazer a vella ama-nhã 28 do corrente, não o impedin-/do o tempo, e não **mandando** *Vossa Excelencia/* o contrario./ (MM36)

### **ordenar**

(01) Me pareceo **ordenar** vos informei com vosso parecer ouvindo por/meritto o *Capitam* Mor do Ceara que dara a razão da duvida que temos.(OR4)

(02) Sua Magestade foy servido **ordenar** ao Ouvidor dessa / Capitania tomasse contas do Provedor que os Officiais da Mesa de Santo/ Antonio Megerão para cobrar as esmollas que os moradores da mesma Capitania/ offerecem ao mesmo santo, como também do que tivesse recebido dos mos/steyros :... (OR5)

(03) me **ordena** recomende a *Vossa Senhoria* muy particularmente os faça observar não con/sentindo que as esmolas que se tirarem se apliquem a outra igreja que não/ seja a do ditto santo nesta corte, como se expressa nos mesmos papeis.(OR5)

(04) que Sua Magestade **ordenou** se embarcassem/ nas duas naos da Companhia Geral decla-/radas nos ditos conhecimentos, as quaes Vossa Excelencia/ applicara segundo a necessidade o pedir. (OR8)

(05) faltas de algumas explicaçoens necessárias para no mesmo Real Erario se proceder a escrituração exacta, e methodica na forma que Sua/Magestade **tem ordenado**. (OR10)

(06) Taobem o mesmo Senhor **ordena**, que /em conserva da dita charrua, mande *Vossa Senhoria* com a mes-/ma Carga de Pao Brasil o Navio Holandez, /que ahi foi aprezado; (OR11)

(07) Sua Magestade attendendo ao novo/ requerimento que lhe **fes** Manoel de Araujo Cavalcanti/que serve de Procurador da Coroa e Fazenda, e de Deputado/da Junta da Administração e Arrecadação da mesma/Fazenda na Capitania de Pernambuco, em que pede se lhe/ estabeleça ordenado annual pelos ditos empregos, he ser-/vida mandar remeter a *Vossa Senhoria* por copia o aviso de 23/de junho de 1774 pelo qual se mandou informar o pri-/ meiro requerimento do dito Cavalcanti e não havendo/ ao prezente chegado ao Real Erario a dita informa/ção **ordena** a mesma senhora que *Vossa Senhoria* informe da/justiça que assiste ao *Supplicante* na conformidade do sobredito/aviso. (OR17)

(08) O Concelho me **ordena** remeta à Junta da Real / Fazenda de Pernambuco o conhecimento incluzo,/ para por elle mandar receber de João Ferreira / Cappitam do Navio São Jose Macapá [ilegível] duas / caxas com suas fechaduras e chaves em que vão / huma botica, para ser entregue à ordem do /novo Governador e Capitam General dessa Ca-/pitania, (OR20)

(09) Constando nesta Secretaria de Estado, que de Pernambuco/há mais occazioens de correspondências com a Costa de Guinné/, **Ordena** O Principe Regente Nosso Senhor que *Vossas Senhorias (forma de saudação/ilegível)* re-/mettão pelas primeiras que se offerecem com seguranças/ as vias do Real Serviço incluzas para o Governador/o Capitão General das Ilhas de Cabo Verde. (MM190)

(10) e como *Vossa Excelencia*/na precitada Portaria me **tinha ordenado** que/exija somente parte das amostras que vierem/fora das malas das cartas,... (CG180)

(11) A vista da incluza participação official que me/dirigio o Agente do Correio da Villa de Flores e que/tenho a honra de levar ao conhecimento de *Vossa Excelencia*/ me **ordenará** *Vossa Excelencia* que destino devo eu agora/ dar a elle. (CG187)

### **pedir**

(01) ...*Vossa Excelencia* descarregar, e pôr na sua devida arrecadação as seis centas arrobas de polvora que Sua Magestade ordenou se embarcassem nas duas naos da Companhia Geral declaradas nos ditos conhecimentos, as quaes *Vossa Excelencia* applicara segundo a necessidade o **pedir**. (OR8)

(02) Sua Magestade attendendo ao novo/ requerimento que lhe **fes** Manoel de Araujo Cavalcanti/que serve de Procurador da Coroa e Fazenda, e de Deputado/da Junta da Administração e Arrecadação da mesma/Fazenda na Capitania de Pernambuco, em que pede se lhe/ estabeleça ordenado annual pelos ditos empregos,... (OR17)

(03) o *que* tenho a honra de diser/ a *Vossa Senhoria* pois não me consta *que* fosse *nim*=/guem da Embarcação Estrangeira **pedir** re-/zisto *para* sahir, so sim se houviu fallar/nisso em terra pois mesmo as horas de maré *para* sahir he *para* de pois do meio/dia. (MM32)

(04) por não terem os negociantes en-/carregados das compras entrado nos armazéns/deste arcenal com a que se **pedio** em relação/de 19 de novembro do corrente assim como o feijão, o qual/ se tem suprido com arroz, e deste mesmo so existe/ nos armazéns dois alqueres. (MM35)

(05) No pedido que a dias a *Vossa Excelencia* inderecei *para* que fa-/sem as mallas, *que* servem de conduzir as corresponden-/cias terrestres desta *Provincia* *para* as diferentes agencias/concertadas irmãs e aliadas outras pelo Arsenal de Guer-/ra, não me occorreu na *quela* occazião **pedir** igualmente/ a *Vossa Excelencia* *para* que fossem por ali feitas duas mallas novas mais reforçadas *para* conter as correspondências de Maceió, Alagoas, e as de mais Agencias, *que* pode afluir com/ a chegada direta a esta *Provincia* de alguma Embarcação/ do *Rio Grande do Norte*, e *Bahia*, como tambem suas pastas pequenas de/ couro *para* conduzir dentro as correspondencias officiaes,... (CG178)

(06) ...chamando-o igualmente a prestar contas do rendimento da referida Agencia pelo incluso officio em resposta communica elle a dificuldade que encontra na remessa de tais objectos *que* só por mar pode ter lugar a sua conducção; em consequencia, pois **pezzo** à *Vossa Excelencia* digne-se di dar suas providencias *para* que me sejam por intermédio do Comandante do destacamento alli estacionado remettido os mencionados objectos por mar... (CG179)

(07) Representando-me o encarregado da Agencia/do Correio da Villa de Goiana a necessidade da/substituição de hua pessoa *para* a entrega das/cartas do Serviço Publico dentro da *quella* Villa/*que* ali podem ser retardadas por falta dessa/medida em rasão do *que* exercia este encargo/ter-se demettido e mudado de residência, nome-/ara por isso aquelle encarregado hua outra/pessoa *para* o substituir de nome Joze Nunes/Monteiro em observância do avizo da Secre-/taria d' Estado dos Negocios do Imperio de 14/de novembro de 1834, e como seja o nomiado/Guarda Nacional do Municipio da *quella* Vil-/la e ja se acha no exercício da *quella* encargo:/ **pezzo** a *Vossa Excelencia* em cumprimento do precitado/avizo *para* que digne-se de expedir suas or-/dens *para* que seja elle despensado do serviço/das referidas Guardas, durante o seu exercício na/*quella* Agencia (CG 186)

### **passar**

(01) a copia incluza da informação do Vedor *geral* assignado pello Secretario do meu Conselho Ultramarino *para* que mandeis praticar na vedoria dessa Praca o *que* informa o ditto Vedor Geral desta corte El Rey Nosso Senhor o mandou pellos Conselleiros do seu Conselho Ultramarino abaixo-assignados, e se **passou** por duas vias. (OR1)

(02) *que* mandasse nas provas os postos das Ordenanças sem proposta das Camaras, não attendendo o dito/Capitam Mor do Ceará serem aquelles de *que* sem nomeação lhes **passavam** os governadores das/gentes o *que* visto. (OR4)

(03) El Rey Nosso *Senhor* o mandou pelos *Conselheiros* do seu *Conselho Ultramarino* abaixo asignados, e se **passou** por duas vias. (OR4)

(04) os contratos dos Direitos dos Escravos, que das três Capitánias do Rio de Janeiro, da Bahia, e dessa de Pernambuco **passão** para as Minas, ... (OR9)

(05) ou ainda **passar** a esta Corte para o dito/efeito, não a deve *Vossa Senhoria* embarçar, antes facilitar-lhe todos os meios/para que Ella consiga a reparação que lhe for devida. (OR16)

(06) fazendo **passar** recibo pela peço a/ que pertencer, para dezcarga do dito Capitão. (OR20)

(07) e que o *Capitão* Mor respectivo os faça entregar ao Juiz por hum *official* da/Ordenança para este **passar** por *Certidam* havelas entregado ao Juiz para constar da/entrega, ... (OR23)

### **remeter**

(01) faço saber a vos Governador e Capitam/general da Capitania de Pernambuco, que vendosse no meu *Conselho Ultramarino* a informação que/ mandei tirar do Vedor geral desta Corte sobre o estilo que nella se observava quando por fale/cimento de algum official ou soldado se pertende [sic]tirar fe de officios do tempo que estes me/serviram ate o dia da sua morte. Me pareceo mandar **vos remeter** a copia incluza/da informação do Vedor geral asignado pello Secretario do meu *Conselho Ultramarino* para que man/deis praticar na vedoria dessa Praca o que informa o ditto Vedor Geral desta corte El Rey Nosso *Senhor* o mandou pellos *Conselleiros* do seu *Conselho Ultramarino* abaixo-asignados, e se passou/por duas vias. Caetano Ricardo da Silva o fes em Lisboa a sete de janeiro de mil sete/centos e cinquenta e dois (OR1)

(02) E he o mesmo *Senhor* servido, que necessitando elle para esta deligencia /do auxillio de *Vossa Senhoria* lhe dê todo o de que necessitar, e *porque* os *officiais* dita / Meza representarão ao mesmo *Senhor* que nessa Capitania senão guardavão/inteiramente os privilegios, que lhe tinha concedido, se hão de **remetter** a *Vossa Senhoria* ... (OR5)

(03) *Sua Magestade* he servido que/ *Vossa Senhoria* na primeira ocasião que houver de embarca/ cão para este Reino, **procure remetter** para as Quintas/de Belem do mesmo *Senhor*, alguns viveiros de / passaros dos mais esquesitos... (OR6)

(04) *Sua Magestade* manda **remetter** a/*Vossa Senhoria* a petição inclusa com os documentos juntos/de Antonio Gonçalves de Araujo; (OR7)

(05) será *Vossa Excelencia* como se **remetterão** ao Real/Erario as certidoens dos rendimentos e despezas da Fazenda Real das/ Capitánias do Ceara e Rio Grande do Norte; (OR10)

(06) com que se faz necessario que na Provedoria do Rio Grande do Norte se **re/mettão** as certidoens de todas as receitas e despezas desde o primeiro de/janeiro de mil sete centos sessenta e dois, e de todos os annos succes-/sivos,... (OR10)

(07) e com que na Provedoria do Ceara se devem continuar a **remetter**/as que faltão do anno de mil sete centos sessenta e cinco, e dos que mais tem/decorrido, e decorrerem. (OR10)

(08) Sua Magestade manda **remetter** a/Vossa *Senhoria* as relaçoens incluzas dos generos, que vão por esta fra-/gata Nossa Senhora da Nazareth (OR13)

(09) E sobre a duvida que *Vossa Senhoria* teve a este respeito, de-/ vo dizer- lhe, que sendo esta Real Determinação unicamente/fundada na sentença de absolvição, que o dito Sebastião Lopes/alcançou na Caza da Suplicação desta Corte de que **remeto** a / *Vossa Senhoria* huma copia, não foi, nem he da intenção de *Sua Magestade*/... (OR16)

(10) he ser-/vida mandar **remeter** a *Vossa Senhoria* por copia o aviso de 23/de junho de 1774 pelo qual se mandou informar o pri-/ meiro requerimento do dito Cavalcanti... (OR17)

(11) / O Concelho me *ordena* **remeta** à Junta da Real/Fazenda de Pernambuco o conhecimento incluzo,/ (OR20)

(12) Vossas Senhorias (*forma de saudação*/ilegível) **remettão** pelas primeiras que se offerecem com seguranças/ as vias do Real Serviço incluzas para o Governador/o Capitão General das Ilhas de Cabo Verde. (MM190)

(13) Achando extinta a Agencia do Correio da Povoação/ d' Agoa Preta como me foi por *Vossa Excelencia* ordenado; exigiu/daquelle encarregado que me **remettesse** todos os papeis/ e utences à Ella pertencente, chamando-o igualmente/a prestar contas do rendimento da referida Agencia/pelo incluso officio (CG179)

## Ser

(01) os postos das Ordenanças sem proposta das Camaras, não attendendo o dito/Capitam Mor do Ceará **serem** aquelles de que sem nomeação lhes passavam os governadores das/gentes o que visto. (OR4)

(02) não consentindo que as esmolos que se tirarem se apliquem a outra igreja que não/ **seja** a do ditto santo nesta corte, como se expressa nos mesmos papeis. (OR5)

(03) **Sendo** presente a *Sua Magestade* a Carta que *Vossa Excelencia*/me derigio na datta de 2 de mayo do anno proximo pas-/sado,... (OR9)

(04) os sobre ditos Direitos nessa Capitania para à vista da/mesma conta, e das que vierem das outras Capitancias,/se tomar a resolução, que **for** mais util a beneficio dos mes-/mos Direitos, e arrecadação delles. (OR9)

(05) **será** *Vossa Excelencia* como se remetterão ao Real/Erario as certidoens dos rendimentos e despezas da Fazenda Real das/ Capitancias do Ceara e Rio Grande do Norte; (OR10)

(06) os/eficazes desejos que sempre me assistem de que *Vossa Excelencia* passe fe-/limente, mas tambem para fazer lhe serto que **são** inseparaveis da/ minha lembrança as atençoins com que *Vossa Excelencia* sempre me/distinguio das quaes sera eterno o meo agradecimento e a su-/geição com que a mesma obediencia executara os seos estima-/veis perceitos (OR12)

(07) com que *Vossa Excelência* sempre me/distinguiu das quaes **sera** eterno o meo agradecimento e a su/geição com que a *mesma* obediencia executara os seus estima-/veis perceitos. (OR12)

(08) Recebi a Carta de *Vossa Senhoria* com data de 15 de ja-/neiro do presente anno, em resposta do meu officio de 23 de agos-/to do anno passado, em que participava a *Vossa Senhoria* as Ordens de/Sua Magestade a respeito de Sebastião Lopes Vidal não **ser**/inquietado, por cauza dos crimes de que tinha sido accusado, (OR16)

(09) ...que **sendo** esta Real Determinação unicamente/fundada na sentença de absolvição, que o dito Sebastião Lopes/alcançou na Caza da Suplicação desta Corte ... (OR16)

(10) *Vossa Senhoria* huma copia, não **foi**, nem **he** da intenção de *Sua Magestade*/embaraçar por modo algum aos seus vassallos os meios ordinários/da justiça,... (OR16)

(11) ...*Sua Magestade* embaraçar por modo algum aos seus vassallos os meios ordinarios da justiça, para os proceguirem em juizo competente, e nêstes termos se a viuva do morto quizer accusa-lo judicialmente quando elle chegar a essa Capitania, ou ainda passar a esta Corte para o dito effeito, não a deve *Vossa Senhoria* embaraçar, antes facilitar-lhe todos os meios para que Ella consiga a reparação que lhe **for** devida ... (OR16)

(12) **Sendo** presente a Sua Magestade a pe/tição incluza de Dona Josepha Ignacia Xavier, reli-/gioza no Convento de Odivelas,... (OR18)

(13) a qual não tem pago de annos a esta parte/ seu irmão ,como devia, e **era** obrigado. (OR18)

(14) Paulo *Cavalcante Alves /Cavalcante*, com tudo elle comprehende os demais *erdeiros* de Christovão / de Olanda, que são *Manuel Cavalcante* e *Albuquerque*, Christovão de Olanda / *Cavalcante Junior*, Joam Mauricio Vanderley, Christovão de Barros,/ que **he** um dos perturbadores,... (OR23)

(15) Diz o *Capitão Mor Jose Pereira da Costa*, que *obteve de Vossa Excelencia* o respei/tavel despaxo datado de 17 de junho de 1795, por que, posto *que/no* requerimento, em que foi proferido, *somente* aparecem Paulo *Cavalcante Alves /Cavalcante* , com tudo elle comprehende os demais *erdeiros* de Christovão / de Olanda, que são *Manuel Cavalcante* e *Albuquerque*, Christovão de Olanda / *Cavalcante Junior*, Joam Mauricio Vanderley, Christovão de Barros,/ que he um dos perturbadores, os quaes todos devem **ser** notificados pelo *dito* despaxo, para que nem succeda notificarem a so os dous aos/ outros, que não vão pelos próprios nomes espressados (OR23)

(16) o respeitável despaxo **seja** notificado a todos os/asima declarados, e que o *Capitão Mor* respectivo/os faça entregar ao Juiz por hum *official* da/Ordenança... (OR23)

(17) *Pede a Vossa Excelencia* designe mandar que/ o respeitável despaxo seja notificado a todos os/asima declarados, e que o *Capitão Mor* respectivo/os faça entregar ao Juiz por hum *official* da/Ordenança para este passar por

Certidam/havelas entregado ao Juiz para constar da/entrega, e responder por ellas o sobredito Juiz/que todas estas cautelas **são** necessarias aos /suplicantes. (OR23)

(18) Esta **he** a cauza que teve o dito Cabo de Esqua/dra, Manoel Queluz Midina, de se retirar desta Villa,/ das Alagoas,... (OR26)

(19) **he** esta a verdade com que devo informar, e-/ com palavra de ôrra,... (OR26)

(20) com palavra de ôrra, o afirmo por **ser** publico. (OR26)

(21) **Sendo** presente a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, o of-/ficio que a Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo dirigio a este Real / Erario, debaixo da datta de 26 de abril do anno próximo passado, em/que participa ter deliberado o sustar o pagamento dos soldos do Major Engenheiro Thomas da Costa Correa Rabello e Silva, por lhe constar/ficar demorado por negócios proprios na Capitania de Goias, e não hir a de /ligencia da demarcação de limites, a que foi mandado à Capitania de/Mato Grosso, pelo Ex Governador da de São Paulo Antonio Manoel de Mello/Castro e Mendonça: e merecendo a decisão desta dependência huma/seria contemplação: he por tanto o mesmo Augusto Senhor Servido (MM28)

(22) Ex Governador da de São Paulo Antonio Manoel de Mello/Castro e Mendonça: e merecendo a decisão desta dependencia huma/**seria** contemplação: (MM28)

(23) Vossa Senhoria informe sobre este assumpto com toda a individuação,e clare/za necessaria, expecificando se **era**, ou não precisa esta commissão pa-/ra aquelle fim,... (MM28)

(24) O Serenissimo Senhor Infante Almirante Gene/ral junto a Real pessoa do Principe Regente Nosso Se,/nhor manda-me levar ao conhecimento de Vossa Excelencia que/ não **sendo** possível pagar-se ao Commandante, e officiais do/ Bergantim Falcão,... (MM30)

(25) Hontem a noite me deu Ordem o Ajudante/de Vossa Senhoria **havia de ser** meia noite que Vossa Senhoria/me mandava diser que empedise a sahida/de Embarcassões, (MM32)

(26) me disse que **herão**/so os que hião para Lisboa o que imediatamente de=/zempedi todas as outras daquelle momento/ (MM32)

(27) o que imediatamente de=/zempedi todas as outras daquelle momento/ por diante, e **he** o que tenho a honra de diser/ a Vossa Senhoria ... (MM32) **DÚVIDAS**

(28) pois não me consta que **fosse** nim=/guem da Embarcação Estrangeira pedir re/zisto para sahir,... (MM32)

(29) so sim se houviu fallar/nisso em terra pois mesmo as horas de maré para sahir **he** para de pois do meio/dia. (MM32)

(30) Compri com as ordens de Vossa Excelência o melhor/que me **foi** pocivel: fez-se a Vella o Bergantim/do meu Commando,... (MM34)

(31) procorremos a Costa athe Serenhaem, Ilha/ de Santo Aleixo, e Vossa Senhoria, sem que se vise embarcação/alguma pela Costa; ao sol-posto **fomos** surpren-/didos

por huma calma, junto a Barra de Sere=/nhem, ao sol-, que estiverão os Navios de Sua Magestade/cuaze perdidos,... (MM34)

(32) ao sol-posto fomos surpren-/didos por huma calma, junto a Barra de Sere=/nhem, que estiverão os Navios de Sua Magestade/cuaze perdidos, porque havia muito mar, e a Costa/não **he** capaz para se dar fundo, e as bar/ras so a demitem pequenos barcos; pelas oito/ horas da noite veio o vento Sueste muito forte, (MM34)

(33) Quanto posso a firmar a Vossa Excelencia **he** que/por esta parte da Costa não ha embarcação/alguma de suspeita. (MM34)

(34) **He** o que posso in-/formar a Vossa Excelencia que mandava o que for servido. (MM35)

(35) e generos com que Vossa Excelencia socorreo o Ber/gantim Falcao de que **he** Commandante o Cap/itam Senhor Joze Joaquim da Silva. (MM193)

(36) Tenho a honra em levar ao conhecimento de Vossa Excelencia/ a queixa dos Indios Correios empregados nos/trabalhos desta administraçam, e como Ella me pare-/ça razoável, não **sendo** para esse effeito ne-/cessario a Nação despender, lembro a Vossa Excelencia/ hum quarto próximo a Administaçam do mesmo/ correio que se acha devoluto, e que he bastante/para se agasalharem, e guardarem com se-/gurança as suas ropas, cujo quarto se acha/de baixo das vistas do Inspector das Obras/Publicas, a fim de ivitar despesas, e incom-/mos que outros companheiros ja tem/sofrido de pessoas que movidas do interesse/dos seus salarios lhe facultão precárias/hospitalidade, tornando-se desta corte muito/pezada a subsistencia dos queixosos nesta/ Praca, e assim Vossa Excelencia com a justiça que/costuma decidirá o que for de razão. (CG166)

(37) e que **he** bastante/para se agasalharem, e guardarem com se/gurança as suas ropas, cujo quarto se acha/de baixo das vistas do Inspector das Obras/Publicas,... (CG166)

(38) e assim Vossa Excelencia com a justiça que/costuma decidirá o que **for** de razão. (CG166)

(39) **Sendo** o dia de ontem o designado para a partida do Correio/terrestre desta para o Ceara,... (CG170)

(40) Sendo o dia de ontem o designado para a partida do Correio/terrestre desta para o Ceara, que por Portaria de Vossa Excelencia de 26 de/setembro deste anno assim me **foi** prescripto; succede a descer/ontem hum correio que devia hir em companhia de outro que/se acha prompto para aquella cidade, e auterando eu o risco que/foi de susceder, nesta jornada na mala das cestas, (CG170)

(41) e auterando eu o risco que/foi de susceder, nesta jornada na mala das cestas, **sendo** concluzo/da por hum só caminheiro, quando da quella partem dous,/ (CG170)

(42) Vossa Excelencia/porem decidirá o que **for** mais justo. (CG173)

(43) No pedido que a dias a *Vossa Excelencia* inderecei para que fa-/sem as mallas, que servem de conduzir as corresponden-/cias terrestres desta *Provincia* para as diferentes agencias/concertadas irmãs e aliadas outras pelo Arsenal de Guer-/ra, não me occorreu na *quela* occazião pedir igualmente/ a *Vossa Excelencia* para que **fossem** por ali feitas duas mallas novas mais reforçadas para conter as correspondências de Maceió, Alagoas, e as de mais Agencias, que pode afluir com/ a chegada direta a esta *Provincia* de alguma Embarcação/ do *Rio Grande do Norte*, e *Bahia*, como tambem seus pastas pequenas de/ couro para conduzir dentro as correspondencias (CG178)

(44) como tambem suas pastas pequenas de/ couro para conduzir dentro as correspondencias officiaes,/ que **são** por esta *Administraçam* constantemente remetidas de umas/para outras *Authoridades* em diversos pontos aonde senão/acha estabelecido regularmente *Agencias de Correio*,... (CG178)

(45) suas/providencias para que me **sejão** por intermédio do/Comandante do destacamento alli estacionado remet-/tido os mencionados objectos por mar, os quais achao-se/contidos em hum caixão à cargo d'aquelle *Agente*. (CG179)

(46) *Vossa Excelencia* digni-se/ de expedir suas ordens para que **seja** este Empre/gado despenca do serviço da *Guarda Nacional* do *Munici/pio de Olinda*,... (CG179)

(47) por que como estrangeiro não **são** obri/gados aformalisar malas, nem a metter dentro d'el/las cartas ou amostras de fasendas: (CG180)

(48) *Vossa Excelencia* digni-se/de expedir suas ordens para que **seja** este Empre/gado despenca do serviço da *Guarda Nacional* do *Munici/pio de Olinda* a que pertence,... (CG181)

(49) **sendo** elle *Guarda da 1ª/ Companhia do 1º Batalhão* da *quella Cidade*. (CG181)

(50) dentro da *quella Villa*/que ali podem **ser** retardadas por falta dessa/medida em razão do que exercia este encargo/ter-se demettido e mudado de residência,... (CG186)

(51) nome/ara por isso aquelle encarregado hua outra/pessoa para o substituir de nome *Joze Nunes/Monteiro* em observância do avizo da *Secre/taria d' Estado dos Negocios do Imperio* de 14/de novembro de 1834, e como **seja** o nomiado/*Guarda Nacional* do *Municipio* da *quella Vil/la* e ja se acha no exercício da *quelle* encargo: (CG186)

(52) pesso a *Vossa Excelencia* em cumprimento do precitado/avizo para que digne-se de expedir suas or/dens para que **seja** elle dispensado do serviço/das referidas *Guardas*, durante o seu exercício na/*quella Agencia*. : (CG186)

ter

(01) Me pareceo ordenar vos informei com vosso parecer ouvindo por/meritto o *Capitam Mor* do *Ceara* que dara a razão da duvida que **temos**.(OR4)

(02) Da copia inclusa verá *Vossa Excelencia* o que *Sua Magestade*/determina se observe na *Alfandega* dessa cidade onde **tenho** a certeza que em nada faltarão às

mesmas determinaçoens, porque sei o grande zello com *que Vossa Excelencia* promove os in/teresses da Real Fazenda,... (OR12)

(03) Foi o mesmo Senhor ser-/vido approvar as prudentes dispoziçoens de *Vossa Senhoria*./E pelo que respeita ao provimento da ferragem pela/ Secretaria de Estado do Ultramar **terá** *Vossa Senhoria* a Decisão/necessaria. (OR14)

(04) E sobre a duvida que *Vossa Senhoria* **teve** a este respeito, de/vo dizer-lhe, que sendo esta Real Determinação unicamente/fundada na sentença de absolvição, que o dito Sebastião Lopes/alcançou na Caza da Suplicação desta Corte,... (OR16)

(05) No anno de 1799 este Inocencio da/ Costa Mouzinho, alvarou de Juiz *Ordinario*, nesta Vi-/lla de Alagoas, occupou juntamente pelas leis o Cargo/ de Ouvidor Geral, e com esta autoridade, se fes publico, e queria/ proceder summariamente, contra o dito Cabo, prendendo-o/ para morte / , que com esta noticia, auzentou-se elle oje desta Villa, e/desde o dia em que fora acommetido, nunca ja mais nella/me consta substira [ilegível], nem mais morara em companhia de/ Seus Pays, e Irmans ônradas, e velhas./ Esta he a cauza que **teve** o dito Cabo de Esqua/dra, Manoel Queluz Midina, de se retirar desta Villa,/ das Alagoas, he esta a verdade com que devo informar, e-/ com palavra de ônrada, o afirmo por ser publico (OR26)

(06) Hontem a noite me deu Ordem o Ajudante/de *Vossa Senhoria* havia de ser meia noite que *Vossa Senhoria*/me mandava diser que empedise a sahida/de Embarcassões, o qual fiz em té hoje que/**tive** a honra de hir perguntar a *Vossa Senhoria* se he=/rão todas as Embarcassões, me disse que herão/so os que hião para Lisboa (MM32)

(07) há sete dias, por não **terem** os negociantes en/carregados das compras entrado nos armazéns/ (MM35)

(08) **Tenho** a honra em levar ao conhecimento de *Vossa Excelencia*/ a queixa dos Indios Correios empregados nos/trabalhos desta administraçam, e como Ella me pare/ça razoável,... (CG166)

(09) Sendo o dia de ontem o designado para a partida do Correio/terrestre desta para o Ceara, que por Portaria de *Vossa Excelencia* de 26 de/setembro deste anno assim me foi prescripto; succede a descer/ontem hum correio que devia hir em companhia de outro que/se acha prompto para aquella cidade, e auterando eu o risco que/ foi de succeder, nesta jornada na mala das cestas, sendo concluzo/da por hum só caminheiro, quando da quella partem dous,/**tendo** simmultaneamente desta em o mês proximo passado par-/tido dous; agora por um vejo um urgido não poder expedir a mala/das costas para aquella estação em razão do expellido sem que/ *Vossa Excelencia* em determine o que devo executar a este respeito (CG170)

(10) Achando extinta a Agencia do Correio da Povoação/ d' Agoa Preta como me foi por *Vossa Excelencia* ordenado; exigiu/daquelle encarregado que me remetesse todos os papeis/ e utences à Ella pertencente, chamando-o igualmente/a prestar contas do rendimento da referida Agencia/pelo incluso officio em resposta communica elle a dif-/ficuldade que encontra na remessa de tais objectos que/ só por mar **pode ter** lugar a sua conducção;(CG179)

(11) se devo todavia dar grátis/tais amostras, ou se às devo prostiar conforme/ as ordens que **tive** a honra em original patenti / al-as a *Vossa Excelencia*: sobre esta

duvida pesso à *Vossa Excelencia*/digne-se esclarecer-me para com acirto desempenhar/as determinações de *Vossa Excelencia* áquem Deos Guarde/muitos annos. (CG180)

#### **ver**

(01) Dom Joze por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem/[d'alem mar] em Africa e Senhor de Guine &c. faço saber a vos Governador e Capitam/general da Capitania de Pernambuco, que **vendosse** no meu *Conselho Ultramarino* a informação que/ mandei tirar do Vedor geral desta Corte sobre o estilo que nella se observava quando por fale/cimento de algum oficial ou soldado... (OR1)

(02) Igualmente **verá** *Vossa Excelencia* a formalidade/com que se faz necessario que na Provedoria do Rio Grande do Norte se re/mettão as certoens de todas as receitas e despesas desde o primeiro de/janeiro de mil sete centos sessenta e dois,... (OR10)

(03) Da copia inclusa **verá** *Vossa Excelencia* o que *Sua Magestade*/determina se observe na Alfandega dessa cidade onde te-/nho a certeza que em nada faltarão às mesmas determina-/çoins, porque sei o grande zello com que *Vossa Excelencia* promove os in-/teresses da Real Fazenda, e nesta certeza creyo que *Vossa Excelencia*/ fará em tudo eficazes as mesmas ordens advertindo aos exe-/cutores dellas o seo inteiro comprimento. (OR12)

(04) no/dia nove, procorremos a Costa athe Serenhaem, Ilha/ de Santo Aleixo, e *Vossa Senhoria*, sem que se **vise** embarcação/alguma pela Costa; (MM34)

(05) O Serenissimo Senhor Infante Almi-/rante General, **vio** o officio que *Vossa Excelencia* lhe dirigio/ em data de vinte e sete de novembro próximo,/ (MM193)

(06) ontem hum correio que devia hir em companhia de outro que/se acha prompto para aquella cidade, e auterando eu o risco que/ foi de susceder, nesta jornada na mala das cestas, sendo concluzo/da por hum só caminheiro, quando da quella partem dous,/tendo simmultaneamente desta em o mês proximo passado par-/tido dous; agora por um **vejo** um urgido não poder expedir a mala/das costas para aquella estação em razão do expellido sem que/ *Vossa Excelencia* em determine o que devo executar a este respeito. (CG170)

#### **vir**

(01) procure remetter para as Quintas/de Belem do mesmo Senhor, alguns viveiros de / passaros dos mais esquesitos que se acharem nessa ca/pitania **vindo** com separações nos mesmos viveiros,/ e com largueza nelles;(OR6)

(02) em resposta da que a *Vossa Excelencia* escrevi em 6 de fevereiro/ de 1765 sobre se mandarem administrar por conta da Real/ Fazenda os contratos dos Direitos dos Escravos, que das três Ca-/pitancias do Rio de Janeiro, da Bahia, e dessa de Pernambuco/passão para as Minas, e a proposta que *Vossa Excelencia* fes na Junta/que mandou convocar para se dessedirem algumas duvidas,/em que entrara para a inteira observancia da referida Carta./ O mesmo Senhor manda louvar a *Vossa Excelencia* tudo/o que obrou respectiva à execução daquella ordem determi-/nando, que na conformidade do que se assentou na mesma/junta, se fique inteiramente observando o determinado nel-/ la athé nova ordem de *Sua Magestade*,

que recomenda a/Vossa Excelencia a remessa da conta do que produzirem annualmen-/te, os sobre ditos Direitos nessa Capitania para à vista da/mesma conta, e das que **vierem** das outras Capitancias,/se tomar a resolução, que for mais util a beneficio dos mes-/mos Direitos, e arrecadação delles. OR9)

(03) **vindo** igualmente remet-/tidos por ambos com a mayor segurança todos/ os prezos incurso no contrabando do referido na/vio, e com todas as provas, que contra elles houve-/rem acrescido.(OR11)

(04) Compri com as ordens de Vossa Excelência o melhor/que me foi pociavel: fez-se a Vella o Bergantim/do meu Commando, e o lugar D. Maria Thereza/no dia oito, sahimos a Barra, e continuamos a bor=/dejar para montar o Cabo de Santo Agostinho; no/dia nove, procorremos a Costa athe Serenhaem, Ilha/ de Santo Aleixo, e Vossa Senhoria, sem que se **vise** embarcação/alguma pela Costa; ao sol-posto fomos surpren-/didos por huma calma, junto a Barra de Sere=/nhem, que estiverão os Navios de Sua Magestade/cuaze perdidos, porque havia muito mar, e a Costa/não he capaz para se dar fundo, e as bar/ras so a demitem pequenos barcos; pelas oito/ horas da noite veio o vento Sueste muito forte,/ de Aguaceiros, e nos **obrigou a vir** hoje com tra-/balho, e perigo buscar a barra por nesessidade. (MM34)

(05) as amostras de fasendas de que fas menção a Porta-/ria de Vossa Excelencia de 25 do corrente, todas ellas sem exce/pção **vem** avulsas como mesmo as cartas sem aquel/la formalidade prescripta pelo Regulamento da Administração Geral dos Correios de 5 de Março/de 1829; (CG180)

(06) e como Vossa Excelencia/na precitada Portaria me tinha ordenado que/exija somente parte das amostras que **vierem**/fora das malas das cartas, e não havendo como fi-/ca expendido malas,exija somente parte das amostras (CG180)